

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ARIANE DINIZ HOLZBACH

“Gente de toda parte foi ver o ex-metalúrgico
virar presidente da República”

A narrativa da posse de Lula na Folha de S. Paulo e em O Globo

Niterói, RJ

2008

ARIANE DINIZ HOLZBACH

“Gente de toda parte foi ver o ex-metalúrgico virar presidente
da República” - A narrativa da posse de Lula
na Folha de S. Paulo e em O Globo

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do
Título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. AFONSO DE ALBUQUERQUE

Niterói, RJ

2008

ARIANE DINIZ HOLZBACH

“Gente de toda parte foi ver o ex-metalúrgico virar presidente da República” - A narrativa da posse de Lula na Folha de S. Paulo e em O Globo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

_____ em junho de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. AFONSO DE ALBUQUERQUE – Orientador

UFF

Prof. Dr. WILSON GOMES

UFBA

Prof. Dr. FERNANDO RESENDE

UFF

Niterói, RJ

2008

III

A GRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu melhor amigo, companheiro, confidente e amante, Érico Almeida Santos, pela paciência, compreensão e muito carinho em todos os momentos, especialmente os mais difíceis.

Aos meus queridos pais, Julieta e Marco, que aceitaram tranqüilos minhas escolhas pessoais e profissionais, que me ensinaram que temos que ser fortes e que tudo é possível, desde que feito com esforço, amor e perseverança.

A Afonso de Albuquerque, por revisar meus textos uma centena de vezes, no mínimo, por me incentivar sempre, por confiar incondicionalmente na minha capacidade e por ser um pesquisador exemplar.

À Marialva Barbosa, a grande responsável pela minha entrada no mestrado.

À Isaltina Gomes, que desde o segundo período da faculdade de jornalismo me mostrou o quanto é fascinante a vida acadêmica.

Ao meu irmão Michel, que foi fundamental quando ministrei disciplinas para a graduação durante o mestrado e que desde pequeno me ensina que se desejamos muito, o impossível acontece. Exatamente como diz o ditado.

Aos queridos alunos de Linguagem de Videoclipe e Crítica Midiática, pelo carinho, compreensão e sorrisos. Todos me ensinaram como o trabalho pode ser gratificante.

A Maurício, Paulinho e Antônio Junior, do Departamento de Estudos Culturais e Mídia, por terem carinho e paciência com esta ansiosa pesquisadora de primeira viagem.

Às amigas Isabela e Janaína, por trazerem cor e confiança à minha vida.

À toda equipe Clipesesia – Zé, Marcelo, Paty, Bruno, Bianca, Francisco, Rodrigo, Larissa e Joélion – por me ensinar que trabalho também pode ser diversão.

Aos professores da Academia Tio Sam, responsáveis por deliciosos momentos de relaxamento quando a cabeça não conseguia mais pensar.

À Iaciara, minha manicure, que transforma os piores problemas nas maiores soluções.

A James Carey, Peter Burke e Eric Hobsbawm, que mesmo sem nem imaginarem que eu existo, foram responsáveis pelos maiores insights encontrados neste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como foco o comportamento da mídia no Ritual de Posse presidencial brasileiro. Para tanto, optou-se por analisar as matérias sobre a primeira posse de Luis Inácio da Silva, dia 1º de janeiro de 2003, publicadas nos dois jornais mais vendidos do país: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Ao todo, o *corpus* compreende 83 matérias – 35 de *O Globo* e 48 da *Folha* –, publicadas dia 2 de janeiro de 2003, e se referem diretamente à ascensão do novo presidente ao poder. O Dia da Posse presidencial constitui um momento diferenciado na democracia representativa pois coloca em suspenso os conflitos que normalmente regem a vida política, e a mídia tem um papel muito importante nesse contexto. A exceção que rodeia o ritual de posse pode ser traduzida como uma janela simbólica que possibilita perceber elementos que integram os comportamentos social e midiático que dificilmente seriam observados de forma tão expressiva no decorrer da vida cotidiana. Ao reportar os fatos, de maneira geral, a mídia prioriza um entre dois modelos discursivos: o modelo informativo, mais comum e que tem a informação como protagonista, e o modelo narrativo, caracterizado por priorizar a história em detrimento dos detalhes referentes ao acontecimento. A partir disso, a análise levará em conta o padrão geral da cobertura dos dois jornais e três das principais características intrínsecas à democracia representativa: o mandato representativo, a alternância de poder e o caráter popular. Percebe-se que cada um dos jornais analisados adotou um modelo discursivo distinto, e isso é reflexo direto da história e do desenvolvimento de cada um. Enquanto a *Folha* optou por uma cobertura eminentemente informativa, *O Globo* priorizou o modelo narrativo, o que faz com que mantenha uma relação de proximidade com o evento reportado.

Palavras-chave: ritual de posse, democracia representativa, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the media behavior during the Brazilian investiture ceremony. Hence, we are going to analyze the news of the first investiture ceremony of Luiz Inácio Lula da Silva, which happened on January, 1st, 2003 and was published in the two most sold newspapers of Brazil: *Folha de S. Paulo* and *O Globo*. The analyzed *corpus* consists of 86 pieces of news – 35 of *O Globo* and 48 of *Folha de S. Paulo* – that were published on January, 2nd, 2003. All the news refer to the ascension of Lula as president. The investiture ceremony is a singular moment of the representative democracy because it holds back the conflicts that normally take part in our political life, and the media is fundamental in this context. The exception of this ritual can be viewed as a “symbolic window” which helps us to see some social elements that are not explicit during the every-day life. Generally, when the media reports those facts, two discursive models can be prioritized: the informative model, which are more common and the information is the protagonist; and the narrative model, which prioritizes the history of the event, not their details. Therefore, this work analyzes the general default of both newspapers coverage and three of the representative democracy inherent characteristics that can be observed in the news: the representative mandate, the power alternation and the popular character. We can observe that each newspaper has adopted different kinds of discursive models, and it is a reflex of each one’s history and development. Besides, *Folha* has an informative coverage, *O Globo* has preferred the narrative model.

Key-words: investiture ceremony, representative democracy, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	IV
<i>Resumo</i>	V
<i>Abstract</i>	VI
<i>Sumário</i>	VII
<i>Índice de Figuras</i>	IX
<i>Introdução</i>	10
<i>Capítulo I</i>	16
<i>A cerimônia de posse</i>	16
1.1 A posse como um ritual	17
1.2 Ritual político	20
1.3 Ritual político na democracia representativa	23
1.4 Ritual de posse, tradição e união nacional	28
1.5 Lula é eleito presidente	32
1.6 A posse de Lula	34
<i>Capítulo II</i>	38
<i>Jornalismo, mediação e ritual</i>	38
2.1 Jornalismo e mediação	40
2.2 Jornalismo e ritual	45
2.3 Ritual midiático: a posse	48
2.4 Jornalismo: Folha de S. Paulo e O Globo	56
2.5 Folha de S. Paulo: origens, o Projeto Folha e a situação atual	57
2.6 O Globo: diversos públicos para um único jornal	64
<i>Capítulo III</i>	70
<i>Ritual de posse na mídia</i>	70
3.1 Padrões gerais da cobertura da posse em O Globo	72
3.1.1 Considerações sobre a primeira página de O Globo	77

3.2	Padrões gerais da cobertura da posse na Folha de S. Paulo	80
3.2.1	Considerações sobre as primeiras páginas da Folha de S. Paulo	85
3.3	Ritual e alternância de poder em O Globo	91
3.4	Ritual e alternância de poder na Folha de S. Paulo	97
3.5	Ritual e mandato representativo em O Globo	102
3.6	Ritual e mandato representativo na Folha de S. Paulo	107
3.7	Ritual e caráter popular em O Globo	115
3.8	Ritual e caráter popular na Folha de S. Paulo	125
<i>Conclusão</i>		132
<i>Obras citadas</i>		137
<i>Obras consultadas</i>		144

ÍNDICE DE FIGURAS

(Figura 1, página 1, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	74
(Figura 2, página 13, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	75
(Figura 3, página 12, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	75
(Figura 4, página 12, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	76
(Figura 5, página 5, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	77
(Figura 6 e Figura 7, página 1, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	78
(Figura 8, página 2, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	82
(Figura 9, página 2, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	83
(Figura 10, página 2, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	83
(Figura 11, página 3, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	84
(Figura 12, página 1, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	86
(Figura 13, página 1, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	87
(Figura 14, página 1, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	88
(Figura 15, página 1, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	88
(Figura 16, capa do especial, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	89
(Figura 17, página 1, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	92
(Figura 18, página 7, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	98
(Figura 19, página 6, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	113
(Figura 20, página 1, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	118
(Figura 21, página 22, <i>O Globo</i> de 02/01/2003)	124
(Figura 22, páginas 8-9, <i>Folha de S. Paulo</i> de 02/01/2003)	130

INTRODUÇÃO

Às 14 horas do dia 1º de janeiro de 2003, um ritual político fundamental teve início no Brasil: a primeira posse presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Semanas antes, a imprensa nacional já estava em polvorosa, pois em termos de *novidade* jornalística, a posse parecia ter grandes especificidades: pela primeira vez um líder operário, representante do maior partido de oposição do país, se transformaria em presidente da República. O evento foi cuidadosamente organizado por semanas a fio por uma equipe escalada pelo Partido dos Trabalhadores. Afinal, a posse marcaria o início oficial do novo governo.

Como era de se esperar, a imprensa nacional praticamente deixou todos os demais acontecimentos do dia de lado, preocupando-se exclusivamente com a cobertura da posse. Jornalistas do país inteiro descreveram as ações do evento até a exaustão através da publicação de cadernos especiais, narrativas detalhadas e retrospectivas políticas. A despeito de toda a atenção conferida ao evento, a posse seguiu os mesmos protocolos que acompanham o início de um governo democrático no Brasil desde a posse para presidente, em 1985: desfiles em carro aberto, discurso presidencial, assinatura do termo de posse... Mesmo com a nítida repetição dos protocolos, a mídia “cumpriu” o seu papel de interlocutora social e reportou todos os fatos. Havia, ao menos, um charme adicional à ocasião, dadas as características singulares do novo presidente em relação aos anteriores. Mas o evento em si – a posse – tem se mantido praticamente invariável. Ele se configura a partir de um ritual político que acontece a

cada quatro anos e cujo valor simbólico vai muito além do que ser um ponto de partida em um cenário político. Trata-se de um ritual que tem, entre suas funções principais: legitimar o poder que se instala, explicitar a aceitação de toda a população em relação a essa nova liderança e, principalmente, reforçar o valor do sistema democrático. A posse, nesse sentido, agrega significado à democracia.

Além disso, por ser um ritual, a posse enfatiza seu caráter repetitivo e excepcional, invertendo a ordem cotidiana e modificando, assim, o comportamento “normal” dos seus agentes – incluindo o comportamento da mídia. Sendo um momento temporário de fuga da ordem natural da vida social, o ritual é uma janela que permite vislumbrar uma série de características sociais que dificilmente poderiam ser observadas analisando-se as ações que se desenvolvem no cotidiano. Isolado das disputas comezinhas que caracterizam a vida política, o ritual da posse constitui uma das raras ocasiões em que as instituições políticas são enunciadas enquanto tais, tendo em vista a sua natureza, antes que os seus efeitos em circunstâncias particulares. A normalidade que rege a vida política é definida pela *disputa*. No decorrer do ritual, ao contrário, a sociedade aparentemente se homogeneíza, e a disputa cede lugar ao consenso. Nesse contexto, a questão a ser levantada diz respeito ao tratamento jornalístico conferido ao ritual de posse nessa ocasião: *como* a mídia se comporta durante o evento? Que narrativa midiática é construída a partir de um momento político excepcional e cheio de significado? Tendo como base a primeira posse de Lula, em 2003, é esta pergunta que o presente trabalho pretende responder.

Optou-se por analisar a cobertura que os dois jornais mais vendidos do país, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, destinaram ao evento. Quando comparados à televisão, os jornais atingem um público muito reduzido: somados, os leitores dos dois jornais correspondem a uma ínfima fração dos espectadores que assistiram ao evento pela televisão. Além disso, o meio escrito e as ilustrações fotográficas fornecem uma experiência muito menos vívida do que aquela que se obtém na fruição televisiva, plenamente audiovisual. Entretanto, o jornal impresso cria um *registro* (ONG, 1998¹)

¹ Ong faz um detalhado estudo sobre a cultura escrita em oposição à oral e, entre as principais conclusões, destaca que a grande característica da cultura escrita é a sua capacidade de ampliar “quase ilimitadamente a potencialidade da linguagem” (ONG, 1998:16). A escrita é tão importante que acaba servindo de marco diferenciador entre sociedades que a utilizam daquelas que construíram sua cultura sem o registro impresso. Nesse sentido, a escrita ajuda a imortalizar os acontecimentos.

do evento que, em última análise, atuará na construção de uma memória coletiva. Desde o seu surgimento, a imprensa adquiriu um importante valor cultural na medida em que a sua fixidez tipográfica atua diretamente na aceleração, preservação e difusão do conhecimento (EISENSTEIN, 1998). Em última análise, a imprensa modificou as relações sociais e os sistemas de idéias, fazendo com que o homem percebesse os acontecimentos de uma forma essencialmente diferenciada em relação ao registro oral e, também, em relação à contemplação ao vivo. Análises e estudos científicos, por exemplo, apareceram em grande escala após o surgimento da imprensa (ONG, 1998). Atualmente, a imprensa (escrita) divide espaço com um grande número de mídias. Mas a escrita continua sendo, por excelência, o meio através do qual os acontecimentos verdadeiramente se transformam em história².

No caso da cerimônia de posse, ao ser transmitida pela televisão, acaba invariavelmente atingindo um grande público; ao ser publicada em um jornal no dia seguinte, ela se transforma em história, ampliando expressivamente o seu campo de atuação social. Enquanto a televisão trabalha com o imediato, fazendo com que a cerimônia seja experimentada coletivamente no momento que ocorre, o jornal pode fazer algo que a transmissão ao vivo não pode: apresentar uma síntese dos acontecimentos, cristalizando-os por meio do texto, das fotografias e da estrutura de explanação dos acontecimentos. A maneira como os editores e repórteres descrevem os acontecimentos, ou seja, o fio narrativo escolhido acaba se transformando na forma como o evento será lembrado na posteridade. O jornal escolhe pontos de vista que servirão como referência e que se transformam em “premissas acima de qualquer suspeita” (SCHUDSON, 1999). Com efeito, a transmissão televisiva e a cobertura do jornal acabam se complementando: enquanto o primeiro atua como mobilizador social, o segundo finca o acontecimento na memória coletiva. No caso da pesquisa em questão, a idéia é justamente verificar de que maneira a memória relativa à posse presidencial é construída pelos jornais e quais ângulos foram selecionados nessa criação, de acordo com a narrativa dos acontecimentos.

² A internet também é moldada a partir da escrita, mas, ao contrário do meio impresso, ela não transforma, de maneira geral, o evento em registro histórico. Isso porque o espaço virtual possibilita um acentuado e importante processo de difusão de idéias, mas, na sua maioria, apenas de forma temporária. A enorme quantidade de informação que é posta na rede e a incredibilidade de parte das fontes impossibilitam considerar legítima a maior parte dos eventos reportados. É difícil, com efeito, ter confiança na maior parte dos fatos narrados a ponto de integrá-los à memória coletiva.

Além de todo o exposto, os jornais ocupam um lugar de fala importante na sociedade brasileira. Trata-se de uma mídia cuja narrativa continua sendo o lugar de legitimação da notícia e o ambiente onde a informação realmente toma forma. Por um lado, a televisão se utiliza de uma linguagem “superficial”³ e a internet concentra um número tão grande de notícias que fica difícil separar o que é legítimo do que é “mentiroso” no que concerne à fidedignidade da informação e das fontes. As mesmas críticas não atingem os jornais. A tradição jornalística concede crédito ao que é posto em cada página, principalmente quando os jornais a serem vistos como exemplos são considerados “sérios” e de “qualidade” há décadas, como é o caso dos dois exemplos que serão objeto de estudo. Além disso, esses jornais têm um grande peso simbólico na cena política nacional: comumente, as autoridades das instituições políticas utilizam os jornais como uma espécie de pêndulo que mostra como anda a popularidade de cada personagem no país. Se um desses jornais publica uma informação de caráter negativo em relação a determinado político, normalmente esse político “responde” às acusações em outro jornal ou até em programas de televisão ou na internet. Além disso, blogs na internet e outras formas de veiculação de informação virtual ganham pontos quando estão ligados a jornais e configuram, por sinal, uma forma de adaptação da mídia impressa aos novos tempos. Nesse sentido, o jornal atua como um grande agente de legitimação jornalística e política.

Levando em consideração todo o exposto, esta pesquisa pretende mostrar como a mídia impressa se comporta quando o evento jornalístico em questão se desenvolve a partir de um ritual político fundamental: a posse de um presidente no contexto da democracia representativa brasileira. A hipótese central é de que apesar de os dois jornais aparentemente ocuparem um mesmo lugar de fala (são jornais tradicionais, voltados para o Sudeste do país e destinados principalmente às classes A e B), o discurso que ambos utilizaram para falar do ritual de posse é essencialmente diferente. Enquanto a *Folha de S. Paulo* prima por um olhar mais analítico em relação aos fatos, *O Globo* utiliza uma visão mais voltada para o emocional. Entre as causas dessa diferenciação destacam-se a origem histórica dos dois jornais e o lugar que ambos

³ Não se está afirmado que a linguagem televisiva é superficial, mas que é essa a afirmação que rege o senso comum.

ocupam atualmente na sociedade. Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos, destrinchados a seguir.

No primeiro deles, a intenção é fazer uma discussão em torno do conceito de ritual e de como ele aparece nas sociedades atuais. Mais do que explicitar uma determinada ordem social, os rituais são “estruturas de ação” (GEERTZ, 1980) que personificam tendências comportamentais presentes na sociedade não apenas no seio da própria sociedade civil, mas, sobretudo, por parte das instituições que regem o sistema onde o ritual se desenvolve. Alguns rituais políticos – como a posse presidencial – provocam uma mudança na ordem cotidiana, e o valo que se abre nessa ocasião permite observar características sociais fundamentais. Nesse contexto, o que será discutido não é apenas a posse como um evento *per si*, mas, sobretudo, de que maneira as características que se observam nesse momento de exceção ajudam a formar o esqueleto da democracia representativa no Brasil. Isso porque uma das principais funções desse ritual político é, justamente, reforçar simbolicamente o significado da democracia e transformá-la em um elemento crucial da vida social.

O segundo capítulo se refere ao agente cujo papel é fazer um elo entre o ritual da posse, a democracia e o público, ou seja, a imprensa. Atualmente, não é possível conceber um ritual político sem a participação ativa da mídia, tanto na mediação do fato em si como na construção do seu significado simbólico (DAYAN e KATZ, 1984). Isso porque um evento só toma corpo realmente quando mediado pelos meios de comunicação, pois são eles que eternizam o fato e transpassam o seu significado da localidade pura e simples para o imaginário social. Sem a mídia, o ritual perde seu maior sentido de existir, pois não havendo público, não há construção de significado, muito menos de significado político. Que legitimização a posse teria se não fosse acompanhada pela mídia? Que sentido seria construído? Mais do que agentes que mediam informações entre o Estado e a sociedade civil, a imprensa trabalha mediando forças de poder. Assim, a maneira como ela seleciona e reporta os fatos será crucial para a legitimação deles – mesmo que esses fatos tenham importância política e social intrínseca, como é o caso da posse do presidente na democracia representativa.

Após a explanação da mídia, será a vez do terceiro capítulo: a análise dos jornais. É interessante observar que, mesmo sendo dois jornais que integram a mídia hegemônica, cada um constrói uma narrativa diferente, e é isso que será observado.

Ambos vendem uma imagem de seriedade pautada no seguimento do que se convencionou chamar de jornalismo. Entre as regras, está a construção de um texto objetivo, informativo e desprovido de marcas literárias, pois a principal questão aqui é criar um nítido abismo entre o jornalismo “sério” – que seria uma instituição respeitada e independente – e o jornalismo sensacionalista, galgado em elementos encontrados na literatura, normalmente vista como o ambiente dos enfeites discursivos e do apelo ao sensorial (dramas, suspense etc.). Mas como a posse trabalha com uma suspensão da ordem cotidiana, é interessante observar de que maneira essas regras jornalísticas aparecem e acabam sendo quebradas, incentivando o desenvolvimento de um jornalismo específico, típico do local onde foi gerado.

CAPÍTULO I

A CERIMÔNIA DE POSSE

Um grande evento está prestes a ter início. Uma multidão está reunida em frente a um dos símbolos da nova democracia brasileira: o Parlatório. O público, as bandeiras, as crianças e até o tempo parecem parar quando o mais novo presidente do Brasil inicia seu discurso de posse. Durante alguns minutos, o presidente reafirma seu compromisso com a população que o elegera e faz promessas que devem ser realizadas no mandato que se inicia. A emoção parece tomar conta de todos. Quando o presidente termina a última sentença, uma aclamação de palmas o saúda, expondo nas entrelinhas que o público aceita o governo que, agora, já começa a fazer história.

Esta descrição se refere à posse de Fernando Collor de Mello, no dia 15 de março de 1990. E também se refere à posse de Fernando Henrique Cardoso, dia 1º de janeiro de 1995, e à de Luis Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003. Não se pode afirmar que os três eventos são iguais, pois foram realizados em contextos diferentes, mas tantas semelhanças são indícios de que o evento em si – a posse – concentra uma importância incomum quando comparado a vários acontecimentos do cotidiano. Trata-se, pois, de um evento excepcional e rodeado de protocolos cuja função simbólica supera a sua função prática, ou seja, a dimensão ritualística da posse é mais relevante do que as ações que têm lugar nela. Cada passo a ser dado pelos presidentes eleitos é minuciosamente planejado para *significar*: o que demarca poder, status político e legitima o novo presidente a ascender ao cargo não são os protocolos do evento

separadamente, como a leitura do discurso de posse ou mesmo a assinatura do termo de posse, mas pelo conjunto de todos os eventos, ou seja, pelo seu caráter ritual.

Mas qual a natureza deste ritual? Que dramas ele encena? Que questões se apresentam nele? Este capítulo se propõe a discutir algumas dimensões de análise acerca do ritual da posse. Em primeiro lugar, trata-se de analisá-lo como um ritual político, ou seja, de um ritual cujo tema diz respeito às relações de poder tal como se configuram no interior de uma dada sociedade. Trata-se, nos termos de Geertz, de investigar a dimensão simbólica do poder. Em segundo lugar, trata-se de considerá-lo como um ritual fundamental da democracia moderna, cuja questão diz respeito a um dilema central que o governo representativo enfrenta no sistema presidencialista: como transformar o vencedor da disputa eleitoral, favorito da maioria dos eleitores, no representante de *toda* a nação. O ritual da posse se constitui como ocasião de superação dos conflitos e de firmar um compromisso com a união nacional. O ritual da posse mira o futuro (ele é um ritual de inauguração), mas se fundamenta no passado: a posse se constitui como o ponto de chegada de um trajeto histórico. Em terceiro lugar, trata-se de analisar a posse como um ritual mediado. Mais do que meras testemunhas, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na legitimação ao permitir que ele se realize em um espaço público ampliado, muito além da Praça dos Três Poderes ou das avenidas de Brasília. O capítulo se encerra com uma descrição sucinta da posse de Lula como presidente do Brasil em 2003.

1.1 A posse como um ritual

No Brasil, a posse de um presidente desde a retomada da democracia segue um trajeto básico: o presidente é levado de carro até a Praça dos Três Poderes, em Brasília, sobe a rampa do Palácio do Planalto, recebe a faixa presidencial e faz o discurso de posse – usando, evidentemente, a tradicional faixa verde-e-amarelo que o transforma, perante a população, em presidente da República. Contudo, essas ações não têm um valor concreto, visto que o vencedor da disputa eleitoral se transforma em presidente apenas quando assina o termo de posse, normalmente dentro de um dos prédios da Praça dos Três Poderes, cercado apenas pela imprensa e por vários representantes de partidos

políticos, e não quando recebe a faixa presidencial. Com exceção da assinatura do termo de posse, um ato contratual, todas as ações da cerimônia são eminentemente simbólicas e atuam exclusivamente na consolidação da representatividade do novo presidente como líder da nação.

De acordo com uma perspectiva que tem origem em Durkheim, o ritual é uma ação ou conjunto de ações marcado pela repetição e carregado de simbolismos, cujo sentido fundamental é auxiliar na construção e manutenção do laço social. Apesar de Durkheim tratar a “coletividade” como se fosse um todo homogêneo (COTTLE, 2006), as suas reflexões são fundamentais para a compreensão do ritual enquanto fenômeno cultural, portanto historicamente determinado, e que está em permanente e conflitante busca por afirmação.

Nesse contexto, a posse de um presidente é feita através de um ritual em que cada etapa do evento, cada protocolo carrega uma função simbólica. Como característica fundamental, a posse demarca um “rito de passagem”, uma fase de “liminaridade” (TURNER, 1974) dentro do sistema social. Trata-se de um momento ambíguo, posto que “esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural” (TURNER, 1974:117), que ocorre sempre que a sociedade passa por algum tipo de mudança. O termo “liminar” já indica que o momento é transitório, demarcando assim o fim de um período e início de outro. Ele modifica o “estado” das pessoas de uma dada sociedade, como afirma Turner, e também das relações de poder, fazendo com que o comportamento social seja modificado temporariamente. Incentivada pelo momento excepcional, a sociedade passa por uma inversão da ordem cotidiana que culmina em uma significativa mudança nas relações. Isso acontece porque, sendo um período de transição, a fase liminar prepara a sociedade para as mudanças sociais que já estão em andamento. No caso da posse, o ritual da passagem da faixa presidencial faz com que oficialmente seja demarcado o início de um novo governo e consequente abandono do governo anterior. Isso acontece até mesmo nas posses em que se têm a reeleição ou a eleição de um presidente da mesma ala política

do governo que chega ao fim, visto que o próprio ritual se encarrega de incentivar simbolicamente um recomeço⁴.

Na sua gênese, o ritual está intimamente ligado a um importante elemento cultural: a noção de religiosidade (TURNER, 1974, COTTLE, 2006, RIVIÈRE, 1989)⁵. Não se trata de uma religião em particular, como o Catolicismo ou o Anglicanismo, e sim da idéia de que algo “sagrado”, sobre-humano estimula e/ou delineia a vida social. A força religiosa que move o ritual, inclusive, acabou influenciando a própria natureza das religiões de um modo geral, pois as ações religiosas são fundamentadas e mantidas por rituais. É interessante observar que, embora Turner e Rivière não analisem especificamente os rituais de sociedades onde há troca de poder, a idéia de religiosidade está presente em rituais democráticos⁶. Referindo-se aos Estados Unidos, Bellah (1967) cunhou o termo “religião civil americana” para definir o conjunto de ritos, símbolos e crenças que confere uma dimensão religiosa à cultura do país, inclusive no que concerne à esfera política. Embora constitucionalmente a Igreja esteja separada do Estado, existe uma religiosidade intrínseca à política que vai além de qualquer seita ou religião e que é fundamental para compreensão da cultura democrática americana.

No contexto brasileiro, o ritual de posse concede certa sacralidade ao presidente da República. O novo líder da nação – que no caso é Lula – recebe, com a posse, uma aura diferenciada das demais personagens presentes na realização dos protocolos: durante todo o evento, ele se mantém distante em relação às demais personagens. Enquanto os outros o saúdam, é ele quem recebe as honras e é a ele que todos se

⁴ Cazeneuve (1971) tem um conceito de ritual diferente do de Turner. Ele afirma que os rituais em geral são estáticos, podendo ser individuais ou coletivos, e que aceitam um nível limitado de improvisação. A individualidade do ritual proposta por Cazeneuve se contrapõe à idéia de Turner segundo a qual os rituais acontecem para e a partir da coletividade. Como os rituais são fenômenos que trabalham com relações sociais, mesmo que ele eventualmente demande ações de uma única pessoa ou de pessoas isoladasumas das outras, a própria condição do ritual necessita de um público, de uma coletividade que o aceite.

⁵ Rivière não utiliza o termo “ritual”, e sim “rito”, expressão mais ligada à religiosidade e à liturgia, centrais na obra do autor. É definida sobretudo por meio da repetição de atos com função simbólica. Neste trabalho, contudo, utilizaremos o rito como sinônimo de ritual, visto que a noção principal dos dois termos reside na força da ação com função expressivamente simbólica.

⁶ Rivière, em particular, chega a afirmar que as “liturgias religiosas” estão presentes também nos governos democráticos das sociedades ocidentais, mas o autor se volta apenas para rituais sem um conflito explícito entre atores sociais, como as coroações da monarquia britânica e as festas nacionais que têm motivação religiosa.

dirigem. Ele desfila em carro aberto, abanando para a multidão, ele é o único que profere um discurso especial, são as ações dele que a mídia destaca ao reportar os acontecimentos do dia. É interessante observar que o discurso que Lula proferiu na cerimônia de posse também explicita religiosidade. Só que nesse caso, a religião Cristã, a mais difundida entre os brasileiros, é citada. Entre as frases de encerramento, Lula agradece a Deus pela vitória nas urnas e pede Sua ajuda para governar o país⁷. A sacralidade intrínseca à posse acaba diferenciando o evento dos demais rituais políticos da democracia representativa, como é o caso das eleições, caracterizados pela laicidade, pois, nesses casos, a religião aparece como um fenômeno cultural separado da vida política. Esse comportamento social diferenciado que ocorre durante o ritual de posse atua diretamente na solução simbólica de um dos principais dilemas do governo representativo: como transformar o candidato vencedor das disputas eleitorais em representante de toda a nação. Essa discussão será aprofundada mais adiante.

1.2 Ritual político

Da mesma forma que os rituais de um modo geral, a análise da dimensão ritual da política costuma ser mais comum na literatura especializada em referência a outras sociedades, especialmente naquelas onde vigoram sistemas de governo monárquicos (GEERTZ, 1980, BURKE, 1992, TURNER, 1974) ou onde a religião propriamente dita está naturalmente misturada à vida política (HOBSBAWM e RANGER, 1984). Nesses casos, os sistemas de governo analisados em geral têm um único protagonista – o rei ou o ditador, por exemplo – e não há mudança regular de poder por livre e espontânea vontade de quem detém essa liderança. Geertz (1980), ao analisar os rituais políticos da ilha de Bali no século XIX, percebe que as diversas ações práticas desenvolvidas no seio da sociedade devem ser vistas como ações simbólicas que reforçam a manutenção do “espetáculo” do poder. Nesse caso, os rituais descritos para manutenção da

⁷ As últimas palavras do discurso de Lula, proferido dia 1/1/2003, foram: “Agradeço a Deus por chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos. Viva o povo brasileiro!” Fonte consultada: jornal *O Globo* de 02/01/2003.

monarquia balinesa contam com dois tipos de público: de um lado está o poder liderado pelo rei e seguido pela realeza, do outro está o povo. Ações como a coroação e a cremação, que atuam no nível concreto, têm um significativo apelo simbólico que reforça os laços sociais do local e que, ao mesmo tempo, legitima e mantém a autoridade do rei. Existe, com efeito, uma significativa relação entre o ritual (político) e o espetáculo definido pelo autor. Os seus protagonistas – o rei e sua comitiva – são os atores enquanto ao povo cabe o papel de público, de plateia⁸.

Burke (1994) segue linha de pensamento semelhante a Geertz e analisa a construção da imagem de Luís XIV na sociedade francesa do século XVII. O autor descreve uma série de estratégias utilizadas pelo rei para melhorar sua imagem perante os súditos e, entre elas, há um conjunto de rituais desenvolvidos por ele. Novamente, estamos diante de um sistema de governo onde uma única figura política atua na manutenção do governo por tempo indeterminado, e onde apenas dois tipos de público convivem no seio social: o rei absolutista e o povo.

Os rituais políticos desenvolvidos na Bali no século XIX e na França no século XVII não retratam as características dos rituais contemporâneos, sobretudo daqueles relacionados à manutenção do poder político na democracia representativa. Como Burke e Geertz, diversos autores trabalham com a ritualização em contextos monárquicos e ditoriais, quando as relações de poder entre a sociedade e as lideranças são essencialmente diferentes do que se vê na democracia. Neles, percebe-se uma tendência a relacionar o ritual político à religiosidade descrita por Rivière (1989), tratando o comandante da nação – como, por exemplo, o rei ou o imperador – como um deus, como uma figura que merece ocupar aquele posto por motivos divinos, sobre-humanos ou simplesmente por causa do sobrenome. Neles, a tradição se transforma em um motivo legítimo para aceitação do líder por parte dos súditos. Não há uma escolha popular, mesmo nos casos em que ocorre a deposição de um rei e ascensão de outro.

Como afirma Cazeneuve (1971), há uma tendência à imutabilidade dos protocolos simbólicos que formam o ritual. Indo mais longe, Eliade (1969) afirma que

⁸ Apesar de o povo representar o papel de público, não se está afirmado que essa representação é passiva, pois a interação entre atores e público é, afinal, a grande mola mestra de qualquer espetáculo, especialmente dos espetáculos midiáticos (DAYAN e KATZ, 1984), que serão analisados mais à frente, como é o caso do ritual de posse. Nesse contexto, sem público não há espetáculo.

todos os rituais das sociedades antigas são mantidos por arquétipos, por modelos que surgiram muitas vezes em tempos imemoriais e cujas criações são comumente creditadas a heróis, mitos ou deuses. No caso dos rituais políticos nesses contextos, um mesmo líder governa o país por anos a fio, de forma que há pouca necessidade de mudança nos rituais políticos que reforçam o poder. Na verdade, os rituais estáticos e a sua consequente repetição acabam servindo para mostrar simbolicamente que o poder continua o mesmo, que o líder não mudou, mesmo se, eventualmente, houver mudança na seara de poder como, por exemplo, quando um rei morre e seu filho passa a ocupar o lugar real. A força dos rituais políticos é tão grande nesses contextos que quando há uma mudança política no país, os rituais são os primeiros a serem quebrados e trocados por outros (já que os rituais podem ser criados em vez de surgirem espontaneamente – e comumente o são), a fim de mostrar que o poder mudou e que nada será como antes. Além disso,

“todos os rituais se desenvolvem não só num espaço consagrado, ou seja, num espaço essencialmente distinto do espaço profano, mas também num ‘tempo sagrado’, ‘naquele tempo’ em que o ritual foi realizado pela primeira vez por um deus, uma antepassado ou um herói” (ELIADE, 1969:35)

É claro que a aparente imutabilidade dos rituais políticos pode ser quebrada, além de sofrer alterações naturais ao longo do tempo. Mas o que importa destacar é que existe um esforço social no sentido de manter o arquétipo, e isso faz com que o simbolismo dos protocolos ganhe ainda mais sentido, pois realça o poder sagrado do próprio ritual e do seu protagonista. Nesse contexto, o ritual de posse é visto como um acontecimento histórico marcado no tempo antes mesmo que se realize. Uma das consequências disso figura no grande peso que a mídia concede ao evento. Semanas antes do Dia da Posse, toda a mídia se organiza para cobrir o evento, comitivas de aliados do partido do presidente se reúnem para comparecer ao local da posse e todo um cenário social é preparado para receber o acontecimento. Trata-se de um evento que integra a história social antes mesmo de se fazer presente na realidade concreta – cada etapa do evento começa a ganhar significado quando ainda está no plano das idéias. Diferentemente do que acontece nas ações políticas cotidianas, a posse é um momento

pontual e extremamente protocolar. Trata-se, por assim dizer, de um “ponto fora da curva” alimentado pelos protocolos que invariavelmente têm significado simbólico.

Em contextos contemporâneos, tem-se rituais políticos em momentos de transição de poder, como é o caso das eleições democráticas e posses presidenciais, e também nas comemorações em contextos políticos, como o 4 de Julho nos Estados Unidos e o 7 de Setembro no Brasil. Como os rituais de maneira geral, os rituais políticos na atualidade legitimam ou contestam o poder que se instala, que já vigora ou que almeja se instalar, fazendo com que a sociedade aceite, continue aceitando ou conteste a hierarquia social que foi definida pelos protagonistas do ritual. Além disso, o ritual político reforça o papel de cada uma das personagens políticas, demarcando o “centro exemplar” (GEERTZ, 1980)⁹, o lugar de poder de cada sociedade.

Na democracia, entretanto, o que diferencia o ritual de posse dos outros rituais políticos é que além de legitimar o poder político (jamais de contestar, visto que se trata, nos termos de Cottle, de um ritual de celebração), o evento tematiza primariamente o funcionamento das instituições políticas que formam a própria democracia. Trata-se de um evento que celebra o Estado Democrático e, também, o presidente da República. Essa questão será mais aprofundada no item a seguir.

1.3 Ritual político na democracia representativa

Democracia representativa, como a expressão indica, se refere a um sistema governamental em que uma parte toma decisões em nome do todo. A discussão de representação, nesse sentido, é fundamental, visto que as pessoas selecionam seus governantes mas não são responsáveis diretas pelas decisões tomadas por eles. Manin (1995) afirma que o governo representativo vem passando por mudanças nos dois últimos séculos, embora alguns princípios básicos continuem solidificados. De maneira geral, os governantes são escolhidos periodicamente pelos governados, a liberdade de

⁹ A “doutrina do centro exemplar” é, segundo Geertz (1980:25), a “concepção geral da natureza e bases da soberania”. Trata-se de uma expressão que define um “microcosmo” das forças políticas que detêm o poder, ou seja, é um modelo que explicita como o poder se desenvolve em uma determinada sociedade.

expressão é uma constante, as decisões políticas são tomadas após um debate feito normalmente por meio de assembléia e os representantes não precisam seguir necessariamente as indicações e promessas feitas a quem os elegeu.

Como a democracia direta (governo do povo feito pelo povo) é inviável na atualidade (MANIN,1995), a representação soluciona um problema quantitativo – o grande número de pessoas torna impossível a participação efetiva de todos na tomada de decisões – mas, ao mesmo tempo, abre espaço para que duas problemáticas sejam evidenciadas. Primeiro, a representação significa dar forma à decisão tomada pela maioria, e isso necessariamente produz um conjunto de insatisfeitos, ou seja, de não representados. Segundo, o momento que o cidadão verdadeiramente tem para opinar e ter certo controle sobre seu representante ocorre nas eleições. Uma vez que o presidente tem autonomia para tomar as decisões em nome de todos, as eleições periódicas estabelecem ocasiões para que o cidadão julgue o desempenho de seu representante e decida se o manterá ou não no cargo. Contudo, “a representação democrática depende de muito mais do que de simplesmente procedimentos eleitorais” (URBINATI, 2006:294). Para além do contrato da delegação, não há segurança de que o mandatário vai obedecer aos cidadãos que o elegeram. A accountability, sendo um vínculo entre representantes e representados, é vista como uma forma importante de os eleitores terem algum controle em relação aos governantes (ARATO, 2002). Mas, mesmo em democracias cujos cidadãos têm alto poder de fiscalização sobre as ações de seus representantes, a accountability não garante a efetiva participação dos eleitores no jogo político, pois apesar de terem informações e até opinarem na esfera política, os representados, em geral, não conseguem deslegitimizar as decisões dos representantes.

No caso do presidencialismo, o poder de representação que o presidente adquire permite que ele dê forma, sozinho, ao consenso político e transforme a minoria insatisfeita em cidadãos conformados que aceitam as decisões com as quais, em princípio, não concordam. Além disso, a representatividade do presidente faz com que ele não apenas tome decisões políticas em nome da nação, mas passe a *incorporar* a nação (PITKIN, 2006). Referindo-se à representação no parlamentarismo, Pitkin sustenta que não existe uma relação direta entre o representante e o eleitorado, visto que aquele representa a nação, não os que o elegeram. Aqui, um dilema intrínseco à democracia representativa é levantado: o presidente eleito é escolhido através do voto em meio a um grupo de candidatos, ou seja, ele não recebe a totalidade dos votos,

apenas a maioria, e não há nenhuma garantia de que ele vá representar efetivamente os interesses dos cidadãos. Mas mesmo assim, as pessoas, de modo geral, acatam as decisões tomadas pelos representantes políticos – não exatamente porque se sentem representadas, mas porque isso faz parte dos princípios da democracia aos quais os cidadãos estão submetidos.

Nas eleições presidenciais de 2002, cerca de 33 milhões de pessoas votaram em José Serra, que disputava a eleição com Lula no Segundo Turno, um número relevante de potenciais insatisfeitos com a vitória de Lula¹⁰. Este, então, venceu as eleições, e passou a falar em nome de toda a nação. Mas a questão a ser levantada nesse contexto é: como Lula se transformou em representante do país inteiro? De que forma ocorre a transformação do candidato de uma parte em representante do todo? O ritual de posse, aqui, oferece uma eficiente resposta ao dilema da representação, pois é responsável por transformar, simbolicamente, o candidato de uns em presidente de todos. Mais do que concretizar a troca de representantes, a posse dramatiza a democracia e confere a ela uma dimensão transcendente. O ritual de posse é, por assim dizer, o grande legitimador do contrato representativo, pois a partir dele finca-se na memória coletiva que a presidência que se inicia será, de fato, “o governo do povo”.

Na democracia representativa, uma das principais características dos rituais políticos é que uma mudança de governo não requer necessariamente uma modificação nos protocolos e no sentido dos rituais. Como se trata de um governo que pode passar pelas mãos de diferentes correntes políticas – e o ideal é que passe mesmo –, o ritual não tem apenas a função de legitimar o poder dos líderes e de conceder a eles certo poder sagrado, mas também de explicitar a continuidade da própria forma de governo, mesmo que seus atores mudem regularmente. Na verdade, a própria definição de democracia necessita de uma *continuidade* dos rituais políticos, pois são elementos de um sistema de governo, não de um indivíduo em particular. Em governos monárquicos ou ditatoriais, os rituais atuam de forma diferenciada. Rivière (1989) destaca que durante a Alemanha Nazista, por exemplo, quando Hitler governava com mãos de ferro, os rituais representavam o poder do ditador, não do seu governo: era o “culto ao

¹⁰ No primeiro turno, José Serra teve 23,2% dos votos válidos, metade do percentual alcançado por Lula. No segundo turno, Lula ganhou com 61,3% dos votos válidos, o que representa cerca de 52 milhões de votos, ao passo que José Serra atingiu 38,7%, ou cerca de 33 milhões. Fonte: www.tse.gov.br.

Führer”. O mesmo ocorre nas monarquias tradicionais, em que os rituais reforçam o poder do rei e o sagram encarnação divina; sua legitimidade deriva da divindade (ANDERSON, 1989). O rei que recebe a coroa é, por direito, o único capaz de governar. Na democracia, ao contrário, os rituais reforçam o poder das instituições políticas, não do presidente em particular. A ascensão de Lula explicita o caráter de continuidade do ritual democrático, afinal, ele ganhou as eleições tendo um posicionamento partidário contrário ao governo de então. Mesmo assim, o ritual de posse manteve suas características fundamentais que foram definidas anos antes de Lula ascender ao cargo. Isto, obviamente, não quer dizer que a posse de presidentes diferentes é igual ou que a mídia concede o mesmo tratamento a cerimônias diferentes. O que se manteve intacto entre um governo democrático e outro foi o desenvolvimento dos protocolos da cerimônia de posse.

Há vários rituais políticos que, em última análise, legitimam o poder democrático no Brasil, como as campanhas eleitorais. Mas nesses casos, a característica principal é constituírem, sobretudo, espaços de disputa, enfrentamento e competição, sendo, portanto, rituais de “reconstrução” da política (BARREIRA, 2006). O ritual de posse, diferentemente, dramatiza a democracia na sua dimensão de superação da disputa, celebra seus protocolos fundamentais e busca cimentar a união nacional. Trata-se de um acontecimento que tem como causa a legitimação democrática; os outros rituais têm como consequência essa legitimação¹¹. Isso acontece até mesmo entre outros rituais que, como a posse, suspendem o conflito político, como é o caso de vários festejos de celebração política (o Dia da Proclamação da República, por exemplo). Neles, a legitimação política se dá pela celebração do consenso, todavia, nenhum se refere exclusivamente ao sistema democrático.

¹¹ É interessante observar que nem sempre os rituais políticos presentes na democracia legitimam essa forma de governo, mesmo indiretamente. Veja-se, por exemplo, os pronunciamentos televisivos e o programa de rádio Voz do Brasil. Ambos têm regularidade, desempenham papéis definidos na sociedade e atuam segundo um consenso midiático, visto que são transmitidos em rede nacional com o aval das emissoras de rádio e televisão. Contudo, sabe-se que as emissoras são obrigadas a transmitir os programas por determinação do Código Brasileiro de Telecomunicações. Não se trata de um consenso, portanto, mas do cumprimento de uma regra.

Como afirma Cottle (2006), os rituais celebratórios costumam reforçar o consenso e a ideologia dominante¹²; enquanto celebram, omitem conflitos e disputas entre as várias forças que estão em jogo na arena política. Em termos simbólicos, tratar-se de um momento único, criado para ser símbolo de uma espécie de unificação nacional, em que todos estão ideologicamente do mesmo lado, ou seja, do lado do presidente. O evento da posse entra no imaginário nacional como um momento (talvez o único) em que as disputas que regem a vida política cedem espaço ao consenso. Durante a cerimônia de posse, toda a população – incluindo partidos e políticos de oposição – parece cantar no mesmo ritmo, e isso mesmo que o país esteja mergulhado em crises políticas, sociais ou econômicas, como foi o caso do período em que a posse de Fernando Collor, o primeiro presidente eleito de forma direta após a Ditadura Militar, ocorreu¹³.

No momento da posse, naturalmente, as disputas que regem a política na democracia são temporariamente postas em suspenso, pois esse consenso não consegue extinguir os conflitos e contradições por completo. Os atores políticos formados pela oposição e pela situação, os diversos eleitores e mesmo a personagem principal do evento – o presidente – estão o tempo todo cientes de que a disputa não foi extinta na sua totalidade, mas estão cientes também de que naquele momento não há espaço para que as disparidades aflorem. Aliás, a presença da oposição realça a pluralidade partidária que rege o sistema democrático. Assim, o consenso político apenas acontece na fase de liminaridade definida pela cerimônia de posse, ou seja, no período de excepcionalidade marcado pela realização e consolidação dos protocolos do ritual. Em geral, esse período vai um pouco além do dia em que a posse ocorre. No Brasil, por exemplo, costuma-se falar dos “90 dias de trégua”, que seria o período de adaptação do

¹² Silva (2003) faz um interessante estudo sobre as ações estatais e midiáticas que rodearam os festejos dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em 2000, um evento pontual mas marcado por rituais simbólicos. Organizando e divulgando uma série de eventos criados exclusivamente para a ocasião, a mídia e o Estado acabaram unidos na construção de um aparente consenso sócio-político, visto que omitiram os vários conflitos que atuaram na criação da nação brasileira, como se as miscigenações de raça e cultura tivessem ocorrido de forma pacífica e harmônica.

¹³ Ninguém que viveu o período vai esquecer os graves problemas econômicos que assolavam o país: no ano anterior à posse de Collor, em 1988, o IBGE constatou uma inflação de 1.764%. Sarney já havia feito três planos econômicos para pôr fim à crise, sem sucesso. A situação só começou a melhorar em 1993, com o Plano Real, um plano de estabilização econômica elaborado no governo de Itamar Franco e que acabou sendo o impulso fundamental que possibilitou a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1993.

novo presidente no cargo em que a oposição política deixa as disputas de lado. Em eleições problemáticas, por exemplo, a suspensão dos conflitos pode durar apenas um curíssimo espaço temporal – ou mesmo nem existir – mas casos assim acontecem em momentos de exceção. Na democracia representativa, de maneira geral, há uma tendência em alongar o consenso para além do momento liminar¹⁴.

1.4 Ritual de posse, tradição e união nacional

O consenso orquestrado pela cerimônia de posse atua num âmbito mais amplo do que o político. Cultivando seus protocolos a partir de uma idéia de “tradição”, a posse reforça questões relativas à união nacional. Essa tradição, porém, tem características singulares, visto que apesar de os protocolos da posse na atualidade terem sido definidos com a redemocratização, na década de 1980, a forma como o ritual se desenvolve, com as rotinas e os protocolos, faz crer que se trata não de algo recente, mas de um evento que já faz parte da tradição do país, ou seja, nos termos de Hobsbawm, a cerimônia de posse é uma tradição inventada¹⁵. No Brasil, ela tem um caráter de repetição e continuidade (geralmente, o processo protocolar é o mesmo em posses consecutivas), suas rotinas são bem definidas e aparentemente imutáveis e existe uma forte tentativa de ligar o evento ao passado. Analisada superficialmente, a cerimônia causa a impressão de que integra a cultura da nação há muito tempo. Mas muitos de seus elementos cumprem apenas uma função ilustrativa, sem terem um papel definido, o que não acontece com uma tradição surgida espontaneamente. Os elementos da cerimônia são fixos, ocupando as mesmas posições, desempenhando os mesmos papéis. O “tradicional” discurso presidencial, por exemplo, apesar de constituir um

¹⁴ Na segunda posse de Lula, em 2007, um dos maiores partidos de oposição, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo maior representante é Fernando Henrique Cardoso, não compareceu à posse. A ausência foi registrada pelo partido como sendo uma maneira pacífica de explicitar desaprovação com o governo que se iniciava, mas pode ser interpretada segundo razões políticas, pois Lula havia vencido as eleições no Segundo Turno contra Geraldo Alckmin, que era do PSDB. Como não havia nada de concreto para se opor, visto que o processo eleitoral que conduziu Lula à vitória em nenhum momento foi posto em questão, nem mesmo pelo PSDB, a ausência do partido não foi uma afronta ao sistema democrático e nem à suspensão demarcada pelo ritual de posse.

¹⁵ Hobsbawm (1984) define “tradição inventada” como sendo um conjunto de práticas ou ações, de natureza ritual ou simbólica, que são reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, e que “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição (...)" (1984:9).

importante elemento protocolar da posse, não tem uma função concreta específica. Afinal, o novo presidente não precisaria reforçar o compromisso que firmou com a população, pois isto já está subentendido desde o momento em que ele venceu as eleições e aceitou ocupar o cargo de representante da nação. Simbolicamente, entretanto, o discurso explicita esse compromisso à população (e a todos os políticos), reforça as premissas democráticas que o presidente pretende seguir e mostra que ele está ciente dos deveres que acabara de assumir.

Ao definir o conceito de tradição inventada, Hobsbawm diferenciou três categorias superpostas de tradições inventadas desde a Revolução Industrial: as que estabelecem ou simbolizam uma espécie de unificação nacional, as que estabelecem ou legitimam instituições e aquelas cujo propósito primordial é a socialização, a propagação e o fortalecimento de idéias. As duas últimas estão ligadas à primeira e esta, por sua vez, pode ser considerada a tradição inventada que prevaleceu no mundo moderno, dando sustentação para as outras. Nesse sentido, as tradições inventadas – onde se inclui a posse – atuam na propagação e fortalecimento do conceito de “nação”.

Em sua obra clássica, Anderson (1989) definiu a nação como uma comunidade imaginada. Ela é uma *comunidade* na medida em que, independentemente de todas as hierarquias sociais existentes, se define a partir de um profundo laço horizontal e de companheirismo entre seus membros, e é *imaginada* uma vez que nem nas menores nações os cidadãos se conhecem pessoalmente. Além disso, ela é imaginada como implicitamente *limitada*, uma vez que se define por suas fronteiras com as outras nações, e como *soberana*, isto é, livre para conduzir o seu próprio destino. De acordo com Anderson, a nação ocupa em parte um lugar que no passado fora desempenhado pelas comunidades religiosas como instrumento de integração do indivíduo em uma ordem mais abrangente. Mais do que uma conceituação prática, a nação se define pelo seu aspecto simbólico; e é ela que justifica, em última análise, a existência do nacionalismo e, também, dos rituais que visam a inculcar na população um sentimento de pertencimento a um lugar comum, como é o caso da cerimônia de posse. O objetivo maior do evento é a demarcação de um novo presidente, mas os protocolos da posse, na medida em que valorizam o Estado como instituição através de símbolos e protocolos, também legitimam a nação e o nacionalismo.

A nação, vista como uma comunidade imaginada, adquire valor simbólico a partir de diversas tradições inventadas. A criação de bandeiras, de hinos nacionais, de dias comemorativos e a ovação de heróis nacionais atuam fortemente na manutenção e mesmo na criação do nacionalismo nas sociedades. E não podem ser confundidos, como Hobsbawm afirma, com os costumes que formam uma cultura nacional. Normalmente, as tradições inventadas são imutáveis e invariáveis, ao passo que os costumes se adaptam às mudanças históricas e podem até ser substituídos, caso não tenham mais utilidade. No caso brasileiro, as várias tradições inventadas ligadas à idéia de nação, como o Hino à Bandeira, o Hino Nacional e a bandeira nacional, aos poucos foram expandindo sua função, e hoje também ajudam a reforçar o sistema democrático no país, especialmente quando utilizados na cerimônia de posse. Diversos protocolos que formam o ritual de posse – senão a maior parte – configuram tradições inventadas. O desfile em carro aberto, que no Brasil é feito com o Rolls-Royce presidencial, comunica aos cidadãos e à mídia o início do evento de troca de poder; os abraços e apertos de mão que o presidente recebe de aliados e opositores – sempre sorridentes – reforçam o consenso político do momento e expressam que até os opositores estão de acordo com o andamento da cerimônia; a presença de representantes e chefes de Estado de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas confere prestígio ao novo presidente¹⁶. As Forças Armadas estão ali para demonstrar lealdade e subjugação à democracia e ao presidente, afirmado simbolicamente que não pretendem tomar o poder e impor a força, como aconteceu na Ditadura Militar. A participação incondicional da primeira-dama no desenrolar de todos os protocolos, além de explicitar lealdade e confiabilidade por parte do presidente, mostra que ele constitui uma família sólida, um elemento cultural considerado fundamental no Brasil, e que desta forma está apto a gerenciar uma grande “família” como a brasileira. O discurso presidencial reafirma os compromissos e deveres que o presidente assume com a população e com as instituições democráticas. Os símbolos nacionais relembram e reforçam a idéia de que o Brasil é uma nação, e aproximam essa característica à identidade dos cidadãos (HALL, 2002), que passam a

¹⁶ Para o presidente ter um prestígio político considerável, quanto maior o número de chefes de Estado acompanhando a cerimônia, maior a “importância” do presidente-eleito. Normalmente os jornais demarcam essa importância elaborando matérias que enumeram quem estava presente. Obviamente, a presença dessas personalidades acaba servindo ao presidente-eleito e também aos próprios visitantes, visto que a principal intenção deles é se mostrar perante o poder que se instala com a posse, com vistas a projetos futuros e cooperação mútua.

se ver não como pessoas, mas como brasileiros. A faixa presidencial e o desfile em carro aberto mostram a todos, continuamente, quem de fato é o líder da nação e diferenciam, dessa forma, o presidente de todos os outros habitantes do país.

O evento, nesse sentido, normalmente é rodeado de simbolismos que reforçam a história da nação e seus principais pressupostos, direitos e deveres. No Brasil, é interessante observar que o Dia da Posse, desde a primeira posse de Fernando Henrique, acontece no primeiro dia do ano, pegando carona nas esperanças coletivas que rodeiam a data na sociedade brasileira, um momento de renovação naturalmente galgado na esperança do que virá no futuro. O primeiro dia do ano é um feriado nacional onde todos, em princípio, devem permanecer unidos ao redor da família e pensar no ano que se inicia como um ótimo pretexto para “começar de novo” e concentrar energias positivas para a vida que se inicia. O Dia da Posse, assim, se apropria das esperanças que rodeiam o início do ano e acaba sendo entendido também como o dia do recomeço para a sociedade brasileira. O evento abarca para si essa esperança reunida na data, como se a posse também significasse um recomeço, a possibilidade de não repetir os erros do passado. Esse teor esperançoso atinge tanto a posse inédita dos presidentes, como aconteceu com Lula em 2003 ou mesmo com Fernando Henrique Cardoso em 1995, quanto a reeleição, como foi o caso de Lula em 2007 e de Fernando Henrique em 1999. Mesmo sabendo que o ator político a governar o país seria o mesmo no caso das duas reeleições, a forma como o evento de posse foi montado, bem como a data em que ele ocorre, fez crer que “tudo será diferente”. Há um novo discurso presidencial, uma equipe ministerial com novos integrantes e novas idéias sendo apresentadas ao público, pelo menos em teoria.

O ritual da posse é um momento de reafirmação das premissas que formam uma democracia representativa (MANIN, 1995), e um pacto firmado entre o povo e o novo presidente. É com a realização da posse que os direitos e deveres da população são concretizados no que concerne à escolha do líder da nação que vai delinear os rumos do país pelos próximos quatro anos. Apesar de a maioria das ações protocolares ocuparem apenas papéis simbólicos, eles acabam tendo uma função muito importante no contexto social porque reificam poderes e encaixam cada personagem em seu lugar na sociedade. Ao presidente, nesse sentido, cabe a função de líder. À sociedade, por outro lado, cabe a adaptação e a aceitação de que aquela personagem, agora, é o líder de fato e de direito.

1.5 Lula é eleito presidente

A primeira posse presidencial de Lula, em 2003, foi a quarta de um presidente eleito desde o fim da Ditadura Militar. Pela primeira vez na história do país um ex-operário, que fugiu com a família pobre do Nordeste para tentar a vida em São Paulo, sem curso superior e líder do então maior partido de oposição da nação (o PT, Partido dos Trabalhadores) chegou à presidência da República. E isso depois de vencer com grande margem de votos o candidato da situação, José Serra, que era apoiado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual governou o país por oito anos. Tanto em 1989, quando Fernando Collor de Mello venceu as eleições presidenciais, quanto em 1994 e 1998, quando foi a vez de Fernando Henrique, as personagens políticas que ascenderam representavam a elite nacional. No primeiro caso, Collor era representante das oligarquias políticas de Alagoas, integrante da família que é dona da retransmissora da Rede Globo de Televisão no Estado. Fernando Henrique, por outro lado, é filho de um general do Exército, construiu sua biografia na academia, como sociólogo, e até hoje ministra aulas em universidades ao redor do mundo. Lula, por sua vez, não tem curso superior, construiu sua biografia política ao lado de um partido identificado com a esquerda e, principalmente, aliou sua trajetória política à forte identificação popular.

Além do valor para a democracia representativa, a cerimônia de posse de Lula foi diferente das anteriores. Na esperada posse presidencial de 1985, a população estava ansiosa para proclamar Tancredo Neves o primeiro presidente civil pós-ditadura (mesmo tendo sido eleito de forma indireta). Em meio a uma grande comoção popular, todavia, Tancredo não chegou a assumir o poder, pois foi internado com fortes dores abdominais na véspera da posse, que ocorreria dia 15 de março, causando um anticlímax total. José Sarney assumiu o poder e Tancredo morreu cinco semanas depois. Na segunda posse, a primeira em que o eleito foi escolhido pelo voto direto, houve até uma expressiva presença popular para receber Fernando Collor. Mas não houve a presença de Sarney e nem troca de faixas, sem contar com o fato de que seu governo durou apenas dois anos e meio, por causa do impeachment que sofreu em 1992. Itamar Franco, que era o então vice-presidente, tomou o lugar de Collor de modo discreto, sem os protocolos de uma posse oficial. E, por fim, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder, ele se elegeu como pai do Plano Real, desenvolvido durante o

governo de Itamar e que conseguiu pela primeira vez estancar de forma perene a inflação que assolava a vida econômica do país havia vários anos. Com isso, seu governo foi entendido como uma espécie de continuação do governo anterior. A estabilização econômica, aliás, foi o grande “trunfo” que levou Fernando Henrique à vitória nas urnas, ainda no Primeiro Turno, em 1994. Antes de ser ministro da Fazenda do governo de Itamar, ele não era um político conhecido do grande público, especialmente fora do Estado de São Paulo, onde firmou suas bases políticas.

O próprio estilo pessoal de Lula pouco se assemelha ao do seu antecessor direto, ao de Itamar e ao de Collor, e confere um caráter mais popular ao governo que se inicia. Fernando Henrique representava um modelo cosmopolita de comportamento e mostrava orgulho por ser professor de universidades européias, pelos seus conhecimentos em Sociologia, por ser poliglota e por levar um modo de vida requintado. Itamar Franco era considerado um homem rígido, um engenheiro civil que simpatizava com a organização e fixidez do exército e que tinha um estilo de vida moderno: não era casado e, por vezes, fora fotografado com mulheres bonitas e celebridades. O estilo de Collor, por sua vez, personalizava o jovem destemido e aventureiro. Além de integrar uma família de posses financeiras consideráveis, Collor aparecia na mídia constantemente andando de lancha, lutando karatê, correndo e praticando outros esportes. Lula, contrariamente, ganhou as eleições fazendo um estilo mais humilde, com modos mais simples de se vestir e demonstrando gostos mais populares, como futebol, feijoada e até cachaça.

Além de tudo isso, o fato de Lula ter vencido as eleições na quarta tentativa, depois de treze anos, aumenta ainda mais a novidade que é a sua ascensão política. A posse de Lula conseguiu conciliar, pela primeira vez, duas características bastante distintas: a alternância real de poder, que já havia ocorrido em 1989, e uma posse civilizada e protocolar, como aconteceu em 1994 e em 1998. Essas características podem ser observadas no passado, mas é interessante observar que, no caso de Lula, ocorreram simultaneamente, o que, de certa forma, acaba por definir a posse como um ritual que dramatiza a democracia. É especialmente dessa forma que a primeira posse de Lula se opõe às anteriores. Houve uma enorme mobilização popular desde que foi constatada a vitória nas urnas até o dia da posse. A mídia nacional mostrou comemorações nas ruas feitas pela multidão em várias partes do país. Pouco depois de constatada a vitória, no final de outubro de 2002, o Jornal Nacional, um dos principais telejornais do país, entrevistou Lula durante 75 minutos ao vivo, na bancada onde é

apresentado o jornal – um fato inédito (MIGUEL, 2002). Além da aclamação popular que a posse de Lula recebeu, foi a primeira vez na história do país que um presidente civil – Fernando Henrique – transmitiu a faixa ao novo presidente.

Por tudo isso, não causou espanto a euforia com que o PT, o povo e a mídia trataram o evento. A cerimônia foi minuciosamente organizada pelo publicitário Duda Mendonça e, de acordo com dados divulgados pelo PT, o partido pagou todos os gastos da festa, que somaram R\$ 1,5 milhão. Artistas famosos como Zezé di Camargo e Luciano e Zeca Pagodinho fizeram apresentações antes da realização da cerimônia. Seis mil policiais militares, 1.500 bombeiros e 200 delegados da Polícia Civil estavam a postos em diversos pontos da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Como uma grande festa de carnaval, jornais e programas de televisão divulgaram o cronograma de atividades e informações de interesse do público, como os locais onde foram instalados banheiros e a posição dos telões que transmitiram a cerimônia e os shows. De acordo com o jornal *O Globo*, cerca de 200 mil pessoas ovacionaram o novo presidente do Brasil.

1.6 A posse de Lula

Centenas de milhares de pessoas esperam ansiosas pelo “dia histórico”. Enquanto o futuro líder da nação se prepara para a realização dos protocolos, Brasília já está em festa: pessoas fantasiadas, bandeiras hasteadas, crianças brincando ao redor da Praça dos Três Poderes, ônibus superlotados que não param de chegar desde o dia anterior, jornalistas são vistos em todos os lugares. Antes de os protocolos terem início, um palco montado na Esplanada dos Ministérios abriga shows gratuitos. Zézé di Camargo e Luciano, Gilberto Gil e muitos outros fazem pequenos shows e ajudam a conter um pouco a ansiedade que afeta a multidão.

A cerimônia de posse tem início às 14 horas do dia 1º de janeiro. Acompanhado por um grupo de diversos carros e motos, Lula segue ativo no segundo carro da comitiva, usando um terno impecavelmente alinhado e um pequeno broche com a bandeira do Brasil preso ao paletó. O presidente eleito sai da Granja do Torto, residência oficial do presidente da República, e segue para a Catedral de Brasília –

comprovando que o Brasil ainda guarda uma expressiva proximidade entre Estado e Religião. Meia hora mais tarde, Lula chega à catedral e segue, então, para o Congresso Nacional. Neste momento o presidente, agora acompanhado do vice, José de Alencar, entra no tradicional Rolls-Royce presidencial. Os dois maiores líderes da nação estão em pé no carro, acenando para a multidão que acompanha todos os detalhes do evento. Os Dragões da Independência, alinhados ao lado do automóvel, cedem espaço à Polícia Militar, que agora segue escoltando o Rolls-Royce. A mídia está desde o início acompanhando o evento e se mostra altamente organizada, utilizando helicópteros e um verdadeiro exército de fotógrafos, repórteres, cinegrafistas, automóveis, celulares, gravadores e rádios portáteis.

Perto das 15 horas, o carro chega ao Congresso Nacional. Logo na entrada, Lula e Alencar são recebidos pelos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Efraim Moraes. Os quatro trocam cumprimentos, atravessam a passarela sobre o espelho d'água que enfeita o local, passam pelo Salão Negro e entram no Congresso. O presidente do Senado então declara estar aberta a Sessão de Posse. Em pé, o presidente e o vice fazem o juramento à Constituição, um dos mais importantes documentos da democracia nacional. Só após o presidente prometer honrar e respeitar a Constituição, o presidente do Senado o declara oficialmente empossado. O Hino Nacional começa a tocar imediatamente.

Após a Câmara inteira cantar o hino, o primeiro secretário do local, Severino Cavalcanti, lê o termo de posse na íntegra. Agora é hora de Lula e Alencar, na presença de todas as emissoras de televisão, vários jornais e representantes de sites informativos, assinarem o termo de posse. Por volta das 15 horas e 20 minutos, Lula põe os óculos e começa a ler pausadamente o seu discurso de posse. Durante mais de 40 minutos, o agora presidente reafirma o compromisso firmado com o povo de governar por quatro anos e de manter o sistema e a autonomia da democracia. Alguns aliados de Lula choram. Ao terminar o discurso, o presidente é aplaudido por todos. Tebet, então finaliza a sessão e Lula, depois de receber incontáveis cumprimentos de políticos aliados e de oposição, além de convidados, sai do Plenário.

Lula e Alencar estão agora ladeados pelos presidentes da Câmara e do Senado e, parados em frente à saída do Congresso, ouvem novamente o Hino Nacional e recebem a tradicional salva de 21 tiros de canhão. Como, a partir de então, Lula é a maior

autonomia da nação, ele passa em revista os militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Acompanhando a cerimônia, a Esquadrilha da Fumaça faz acrobacias no céu de Brasília. Ao final da revista, Lula retorna ao Rolls-Royce e parte para a nova etapa da cerimônia: a troca da faixa presidencial, que vai ocorrer no Palácio do Planalto.

Agora são 17 horas. Lula chega ao Palácio e, pela terceira vez, ouve o Hino Nacional, embora dessa vez seja apenas um trecho. Junto com o vice-presidente, ele sobe a rampa do local e encontra no topo o até então presidente Fernando Henrique Cardoso e seu vice, Marco Maciel. Todos trocam cumprimentos e se dirigem ao Parlatório. Precisamente às 17 horas e 4 minutos, Fernando Henrique passa a faixa para Lula e, mais uma vez, o Hino Nacional é tocado. O agora ex-presidente não consegue conter o nervosismo: ao retirar a faixa do corpo, deixa os óculos caírem. Antes de receber a faixa, Lula se abaixa, pega os óculos do chão e os entrega a Fernando Henrique. Após receber a faixa que vai acompanhá-lo até os últimos minutos da cerimônia, Lula dá um caloroso abraço no ex-presidente.

No Salão Nobre, ainda no Palácio do Planalto, Lula e Fernando Henrique são cumprimentados por ministros novos e antigos e por uma multidão de convidados que representam a sociedade civil. Lula acompanha Fernando Henrique até um dos cantos do Palácio, onde se despedem. Logo após, Lula retorna para o Salão Nobre e assina a nomeação de ministros e secretários, começando pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Por volta das 18 horas, Lula participa da foto oficial com a equipe ministerial que acabara de se formar. Junto com toda a equipe, participam da foto as esposas de Lula, Marisa Letícia, que usa um vestido longo e vermelho, e do vice, Mariza, que optou por um tailleur branco.

Agora é hora de um dos mais emocionantes momentos da posse: Lula volta ao Parlatório junto com o vice e as respectivas esposas para, às 18 horas e 9 minutos, dar início ao discurso de posse feito de improviso para a multidão que rodeia os prédios oficiais da Praça dos Três Poderes. Lula tem que interromper sua fala em diversos momentos por causa da salva de palmas que recebe regularmente da multidão. Ao finalizar mais um discurso, Lula desce a rampa do Palácio do Planalto e se dirige ao Rolls-Royce presidencial junto com a primeira-dama. Ao vice e à sua esposa cabe outro automóvel que segue atrás daquele que guia o presidente. Todos partem, então, para mais um desfile em carro aberto pelos arredores da Praça dos Três Poderes. Pouco

depois das 18 horas e 30 minutos, a comitiva passa pela frente do Palácio da Justiça começa a andar em zigue-zague por entre a Esplanada dos Ministérios. O povo continua nas ruas acompanhando a comitiva e celebrando a posse. Às 18 horas e 49 minutos, os carros chegam novamente à Catedral de Brasília, de onde a comitiva partiu no início da tarde. Lula troca de carro e segue para o Palácio da Alvorada, pondo fim à cerimônia de posse do 39º presidente da República¹⁷.

¹⁷ Os detalhes relativos à narrativa que descreve a cerimônia de posse de Lula foram retirados do caderno especial publicado dia 2 de janeiro de 2003 pela *Folha de S. Paulo*.

CAPÍTULO II

JORNALISMO, MEDIAÇÃO E RITUAL

No capítulo anterior, afirmou-se que a mídia tem um papel fundamental na transmissão e, também, na formatação da cerimônia de posse enquanto um evento expressivamente simbólico. Para tentar dar conta da complexa relação entre os meios de comunicação com a informação em si e com o público, dois modelos de análise podem ser apontados. No primeiro, o foco é baseado na característica informacional dos meios de comunicação, ou seja, os meios de comunicação são vistos como agentes que mediam relações entre o fato e o seu receptor. Com base nesse olhar, há uma série de estudos que se complementam, como as teorias do gatekeeper, da agenda-setting e do enquadramento. Todos estes, em alguma medida, tratam os meios de comunicação como transmissores de informação. Alternativamente, há outra linha de pensamento que percebe os meios de comunicação não como transmissores, mas como agentes que constroem e modificam relações sociais. Neste caso, mais do que a informação e a sua captação, o que está em jogo é a narrativa construída e a forma como ela ajuda na compreensão e interpretação da realidade que a cerca. A esta forma de olhar os meios de comunicação, Carey (1989) denomina de perspectiva ritual da comunicação.

Este capítulo, portanto, pretende fazer uma discussão mais aprofundada em torno do duplo papel orquestrado pelos meios de comunicação: eles atuam como mediadores do evento e também como construtores de realidades sociais. Para tanto, o texto está dividido em três partes. Na primeira, os esforços se concentrarão em demarcar o papel que o jornalismo desempenha como agente transmissor de informação e fazer uma discussão em torno de diversas teorias que fazem reflexões sobre o tema. Na

segunda parte, o texto se voltará para a comunicação vista como construtora de significado simbólico. Tendo em vista que a cerimônia de posse presidencial é um evento excepcional, construído por meio de regras singulares que demarcam um consenso político, a análise vai descrever como esse mediador se comporta em um meio desprovido de disputas políticas e que, ao mesmo tempo necessita da legitimação oferecida pela presença midiática. Como atestam Dayan e Katz (1984), sem participação midiática, o evento perderia sentido e não alcançaria as dimensões simbólicas de que precisa para manter seu status político.

A terceira parte do capítulo vai tratar especificamente dos dois jornais utilizados na análise deste trabalho: *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. A idéia é traçar o desenvolvimento que os jornais tiveram a partir de seu surgimento até a definição do perfil atual, demarcando as diferenças no que se refere à perspectiva histórica e, também, aos perfis editoriais. No caso da *Folha*, além da sua história, será levado em conta o surgimento e consolidação do Projeto Folha, na década de 1980, um marco do jornalismo brasileiro que fez com que o jornal atingisse grande peso político e jornalístico, além de ter sido fundamental na reestruturação do jornalismo brasileiro após a Ditadura Militar. O Manual Geral da Redação, nesse contexto, ajudou na legitimação da *Folha* como empresa fundamentada em regras profissionais de ação e de conduta ética, e fez com que crescesse sendo vista como o principal jornal brasileiro do final do século XX. Em função do seu desenvolvimento histórico, a *Folha* privilegia um texto elitista, focado na informação, resultado do constante esforço do jornal em ser visto como empresa fundamentada em ideais de mercado.

No caso de *O Globo*, será feita uma explanação histórica e uma análise de sua situação atual. A descrição terá características diferentes em relação à explanação feita da *Folha*, devido à escassez de material bibliográfico específico sobre *O Globo*. O perfil dos estudos jornalísticos no Rio de Janeiro seguiu um caminho diferenciado quando comparado a São Paulo: no lugar de focar o jornal em particular, há diversos estudos que analisam a situação jornalística da região como um todo. Ao contrário da *Folha*, *O Globo* tem um estilo mais populista, com vários apelos ao sensacionalismo, adquirindo discursivamente um tom envolvente e passional. Ele não passou por uma grande e pontual revolução empresarial, mas cresceu aglutinando o público de diversos jornais, o que fez com que colecionasse leitores significativamente heterogêneos. Para agradar a essa pluralidade, *O Globo* teve que seduzi-los através da narrativa do texto e das

temáticas privilegiadas. A busca pela informação crua, como foi o caso da *Folha*, não era suficiente para agradar ao seu público.

2.1 Jornalismo e mediação

Os estudos dos meios de comunicação costumam tratar os media como um espelho que por vezes deturpa ou distorce, mas invariavelmente reflete uma determinada realidade. De acordo com esse olhar hegemônico, o mais importante não é a maneira como o jornalista desempenha seu papel, mas sim o fato que ele reporta. A informação, portanto, tem lugar privilegiado na análise. Hallin e Mancini (1999) observam, todavia, que se trata de uma forma bastante limitada de olhar os media, pois a realidade histórica de cada região é tão determinante que um mesmo tipo de notícia pode mudar sua natureza quando publicada em dois lugares diferentes, pois o jornalismo de cada local se desenvolve de uma maneira singular. A essa perspectiva dos media vistos como espelhos da realidade Carey (1989) denomina de “perspectiva transmissional da comunicação”, pois vistos por essa ótica, o principal papel dos meios de comunicação é mediar informações. Esse olhar transmissional é fundamental na hora de analisar informações porque ele atua em duas frentes na cultura jornalística contemporânea: fundamenta um conjunto de abordagens teóricas através do qual se baseia a maior parte dos estudos sobre jornalismo e permeia o discurso que os jornalistas constroem acerca da sua própria profissão.

Existe, contudo, uma perspectiva alternativa de análise que observa os meios de comunicação não como transmissores, mas como construtores de realidades sociais. Trata-se, nos termos de Carey, de adotar uma perspectiva ritual da comunicação. Nesse caso, ao nos determos na comunicação e no jornalista, importa mais o conjunto de elementos que fazem parte da transmissão de informação do que a informação em si. Essa perspectiva não fundamenta a profissão jornalística em si, mas está fortemente presente, como poderá ser visto, em todas as etapas do ato de informar. Esta perspectiva anti-hegemônica será descrita ao final do presente item. Antes, haverá uma explanação de algumas características do discurso profissional, bem como das principais abordagens teóricas que fundamentam esse discurso.

No caso do discurso profissional, a visão que baliza o modelo hegemônico nasceu nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX e ganhou força em diversos países ocidentais, incluindo o Brasil: o jornalismo centrado em fatos (CHALABY, 1996). Esse modelo apresenta um estilo fechado e descritivo, centrado na informação e com regras estruturais bem definidas. Não interessa, a este modelo, a opinião do jornalista ou o seu juízo de valor, pois a informação é tratada como mercadoria, de forma que transmitir a informação é mais importante do que qualificá-la. Na sua gênese, o jornalismo centrado em fatos se opunha ao discurso jornalístico francês, caracterizado sobretudo por se preocupar menos com a verossimilhança e por defender um estilo mais aberto e livre, que se aproximava do discurso literário. Quando comparados, o modelo norte-americano era mais original e autônomo, e isso legitimava de forma mais eficiente o jornalismo como profissão independente. Atualmente, até a França adota o estilo americano de noticiar os fatos, reduzindo o espaço dedicado à opinião do jornalista e supervalorizando a informação.

O jornalismo norte-americano solidificou seu modelo discursivo introduzindo um conjunto de valores e princípios operacionais que engessam o texto para tentar deixá-lo limpo, desprovido de enfeites “literários” e, assim, aparentemente com um maior valor de verdade. De acordo com Schudson, (1999), entre as “convenções indiscutíveis” que estruturam o texto jornalístico atual, destacam-se a objetividade, a pirâmide invertida e o lead. Quando o jornalista retorna à redação munido de uma notícia, ele simplesmente deve encaixar as informações nesse modelo pré-definido e dar forma à sua narrativa. No lead, por exemplo, o jornalista deve responder às famosas perguntas – O quê? Quando? Onde? Como? Por quê? –, transformando o primeiro parágrafo em um exercício de preencher lacunas a partir da informação adquirida.

Transmitir informação, como já foi afirmado, é um processo complexo que impossibilita o jornalista de ser um mediador linear entre a informação e o público, pois “o jornalismo é um programa de trabalho e não apenas uma série de *flashes* noticiosos” (CAREY, 1987:194). Contudo, como o jornal é visto como empresa que visa a resultados, a criação de um modelo pré-definido de notícia parece de acordo com a função do jornalista – transmitir fatos –, além de facilitar o seu trabalho. Atualmente, sabe-se que a objetividade plena é um mito, visto que a própria hierarquização de informações requer um julgamento que depende de questões subjetivas, mas escrever a partir de um modelo estrutural faz com que, em princípio, o jornalista consiga cumprir

os prazos da redação, esteja seguro no caso de processos judiciais e ainda consiga informar ao grande público, incluindo a parcela de leigos no assunto tratado (TUCHMAN, 1999).

De maneira geral, o modelo americano de jornalismo trata o jornalista como um profissional que desempenha uma atividade técnica, ou seja, as informações que transmite devem ter um caráter de neutralidade. De acordo com Traquina:

(...) a ideologia da objetividade reforça um “empirismo ingênuo” ainda reinante no campo jornalístico, onde as notícias são vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real, bastando ao jornalista ser o espectador do que se passa transmitindo-o fielmente. A metáfora, habitualmente evocada no campo jornalístico, do jornalista como “espelho”, reflete bem esse conceito do jornalista como simples mediador cuja existência se suprime quando o acontecimento é “reproduzido” na notícia. (TRAQUINA, 1999:168)

Uma série de teorias do jornalismo vão se opor a essa linha de raciocínio. Apesar de fundamentarem o pensamento na transmissão de informação, como faz o modelo profissional, diversos autores vão desenvolver linhas teóricas de análise na tentativa de provar que não existe jornalista acrítico, pois ele faz parte de uma sociedade repleta de conflitos de interesses. Diferentemente de transmitir a realidade crua, o jornalista reflete e mantém uma determinada realidade social.

Uma das teorias mais simples a tratar disso é o “gatekeeper”. Define-se como sendo o profissional responsável por filtrar o que deve ou não ser publicado nos veículos jornalísticos. Trata-se de uma visão bastante personalista sobre o ato de selecionar a informação a ser transmitida ao público, pois, de acordo com ela, há jornalistas que agem como “portais”, fazendo a seleção do que vai ser oferecido ao leitor, “proibindo” determinadas informações de alcançarem o grande público e direcionando, por conta disso, o que acaba sendo considerado de interesse geral. Vários jornalistas estão envolvidos nas escolhas noticiosas que estamparão os jornais, mas alguns têm maior poder de escolha que outros, como é o caso dos editores que definem o que estará nas primeiras páginas de cada edição (WHITE, 1999). É interessante perceber que, segundo esse ponto de vista, o jornalista que observou os fatos *in loco* não

raro tem pouca influência sobre o destino da própria matéria, pois ocupa hierarquicamente uma posição inferior na tomada de decisões nas redações. Por outro lado, os selecionadores de notícias, que não observaram os acontecimentos pessoalmente, escolhem as notícias consideradas mais relevantes de acordo com seu contexto de trabalho, sua experiência de vida e, também, a política editorial do jornal. Trata-se, pois, de uma escolha direcionada por motivos políticos e sociais.

Enquanto a teoria do gatekeeper é focada no jornalista, a teoria do agendamento ou agenda-setting foca o jornalismo como instituição. A teoria surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1970 e se caracteriza especialmente por definir uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública (TRAQUINA, 1999). A agenda-setting leva em conta uma premissa básica dos estudos sobre jornalismo: como o jornalista é o mediador entre a informação e a sociedade civil, esta só toma conhecimento dos fatos por intermédio da mídia. Sendo assim, ao escolher o que vai ser reportado, a mídia intervém nos assuntos que farão parte das discussões públicas, hierarquizando o que é mais ou menos importante. Questões que não aparecem na mídia são questões que não existem ou que existem apenas no ambiente privado, não constituindo, portanto, “interesse público”. A mídia é, por assim dizer, a instituição que coleta e oferece as informações relevantes para que o público tenha acesso a elas.

Desafiando a teoria do agendamento, os estudos em comunicação desenvolveram a teoria do enquadramento¹⁸. Mais do que filtrar a informação e agendar os assuntos que se tornarão públicos, esse modelo visa a observar de que maneira o jornalismo, mesmo inconscientemente, “manufatura” os fatos antes de passá-los ao leitor, ou seja, de que maneira ele manipula a informação que tem em mãos para, então, transmiti-la ao público. O jornalista assiste ao fato, escolhe uma maneira de interpretá-lo que varia segundo a sua vivência e seu contexto de trabalho e, só então, transmite as informações ao público. Nesse ínterim, o jornalismo dissemina ideologias, hierarquia acontecimentos e, de maneira geral, mantém a hegemonia (GITLIN, 1980), atuando na manutenção da ordem política. Esse foco de análise, apesar de continuar privilegiando a informação em detrimento do contexto sócio-histórico em que o profissional vive,

¹⁸ De acordo com Gitlin (1980:7), “enquadramentos de media são padrões persistentes de cognição, de interpretação e de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os manipuladores-de-símbolos organizam habitualmente o discurso, seja ele visual ou verbal”.

começa a apontar as nuances e complexidades que integram o ato de transmissão de informação. Isso porque jornalistas não criam a informação que vai virar notícia, mas dão forma e conteúdo determinado ao que reportam (FISHMAN, 1990), ou seja, atuam na construção social de uma realidade específica.

A teoria do enquadramento se refere ao trabalho rotineiro desempenhado pelo jornalista. Sobrepondo-se a esse trabalho cotidiano do repórter, os jornais necessariamente têm uma política editorial específica que direciona escolhas (BREED, 1999) e um grupo de repórteres e editores que constroem, a partir do ponto de vista defendido pela empresa que paga seus salários, realidades que vão agir no mundo concreto. De acordo com Hall:

Os media não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são só por si “naturalmente” noticiáveis. “As notícias” são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. (HALL, ET. AL., 1999:224)

Baseado nessas “categorias socialmente construídas”, o jornal é capaz de transformar um fato, ou melhor, a versão particular de um fato em verdade absoluta, modelando assim a memória coletiva. Nesse caso, a sociedade não vai se lembrar da informação pura e simples, mas da versão construída pela mídia. Da mesma forma, não vai hierarquizá-la segundo seus próprios juízos de valor, mas de acordo com a hierarquização fabricada pela mídia. Assim, de acordo com os estudos do jornalismo, apesar de haver uma orientação e um esforço por parte do jornalista para que ele seja “imparcial e objetivo” ao reportar informações, existe uma série de elementos que impossibilitam essa tarefa.

Mas por que, então, no caso brasileiro e de boa parte do mundo, a maior parte dos jornais se preocupa em passar uma imagem de veículo objetivo? Trata-se, pois, de uma estratégia de legitimação e manutenção de status político, visto que a imagem de veículo imparcial agrupa um valor simbólico que transcende a notícia reportada e ajuda na construção de uma imagem de seriedade e distanciamento, aparentemente desprovida

de interesses políticos e ideológicos¹⁹. Esse fazer jornalístico demonstra independência e autonomia profissional, diferenciando a profissão de outros modos de construção de discurso, como é o caso da literatura. Em última análise, a objetividade é um ritual estratégico que concede autonomia profissional ao jornalista (TUCHMAN, 1999) e, ainda, confere importância política ao jornal como instituição.

2.2 Jornalismo e ritual

Tradicionalmente, como pôde ser visto até aqui, o foco principal de análise dos meios de comunicação se concentra na característica transmisional da informação. Mas como o jornalismo não atua apenas nesse âmbito e é parte significativa de um contexto social, é possível definir um olhar alternativo que valorize outros aspectos, como os elementos simbólicos. Carey (1989) atesta que essa perspectiva pode ajudar a revelar importantes características não apenas do processo comunicacional mas, sobretudo, da sociedade que dá origem à informação. É a chamada perspectiva ritual da comunicação. Tanto o modelo hegemônico como esse modelo alternativo consideram o jornalismo como um mediador social, mas enquanto a perspectiva transmisional prioriza o conteúdo da informação, a perspectiva ritual está preocupada com o modo como ela é socialmente apropriada.

A partir do ponto de vista ritual, uma matéria jornalística não deve ser analisada apenas como uma estrutura textual que descreve uma história, mas como uma narrativa recheada de convicções, conflitos e lutas de interesses que são um reflexo da sociedade onde o evento descrito se desenvolve. A análise ritual está interessada no caráter *representacional* da notícia publicada pelo jornal. Isso porque comunicação – sendo um processo em que atores (os jornalistas) observam o mundo, constroem uma determinada realidade e mantêm uma conjuntura política determinada – retrata uma “arena de forças dramáticas e de ação” (CAREY, 1989:21), e a perspectiva ritual tem como premissa a idéia de que o jornal elabora uma grande narrativa que revela diversas facetas sociais do

¹⁹ Essa ligação entre imparcialidade e seriedade empresarial remonta ao jornalismo norte-americano que influenciou o brasileiro sobretudo a partir da década de 1950.

contexto histórico em que foi escrito. Pensar na perspectiva ritual para entender, por exemplo, o desenvolvimento do jornalismo no Ocidente, é perceber que ele causou uma mudança drástica na relação da sociedade com a informação. O surgimento da comunicação²⁰ trouxe uma nova roupagem para os acontecimentos do dia-a-dia. Na medida em que certos fatos passaram a ser tratados como informação de interesse comum, sendo assimilados pela população e considerados “mais importantes” que outros, houve uma rápida e perene mudança na relação das pessoas entre si e também na relação da sociedade com o poder público. A comunicação mudou a forma segundo a qual a sociedade enxerga o mundo. De acordo com Campbell:

Eu também considero o jornalismo não apenas como um emprego ou uma profissão, mas como um sistema cultural vibrante e ritualizado, análogo à religião, à universidade, à ciência e à arte, no sentido em que, através de suas histórias, ele procura dar sentido a um mundo frágil e freqüentemente contraditório. (CAMPBELL, 1991:3)

Da mesma forma que Carey, Campbell entende que jornalismo faz parte de uma ampla arena de disputas sociais. Ele analisa as matérias do programa de notícias norte-americano *60 Minutes*, mas não em busca de mensagens com fins de controle ou em intenções escondidas por detrás das reportagens; e sim como sendo um espaço construído a partir de uma grande narrativa que contém sentidos que ajudam a compreender a cultura norte-americana. Campbell lembra que um modesto exemplar da vida social não consegue explicar a totalidade de um contexto social, mas várias nuances e características vêm à tona, auxiliando na compreensão do jornalismo local.

Nesse sentido, analisar o jornalismo como sendo um “sistema cultural” é nas palavras de Schudson (1992), adquirir uma abordagem cultural, prestando atenção no aspecto simbólico das narrativas e das histórias reportadas pelos repórteres e assimiladas pelos jornais. Essa narrativa deve ser entendida em sentido amplo, não como categoria textual, mas definida como um conjunto de ações e práticas que expõem

²⁰ Comunicação aqui está sendo entendida como um campo do conhecimento, não como uma produção de sentido entre duas ou mais pessoas que existe desde que o homem aprendeu a emitir e interpretar sinais que expressam sentimentos, gostos e emoções.

singularidades e características do local em que foram elaboradas. Isso porque o modo como o jornalista expõe os acontecimentos, bem como as notícias que escolhe publicar acabam sendo mais importantes, em termos simbólicos, do que o fato em si. Quando o jornalista escolhe narrar um fato, ele está necessariamente utilizando juízos de valor decorrentes da própria experiência subjetiva. “Todos os repórteres, no final, são essencialmente contadores de histórias que oferecem – não transparências precisas – mas interpretações narrativas da experiência” (CAMPBELL, 1991:39). E o jornal, quando publica algo, está tomando posições e admitindo que aquela é a versão que mais se aproxima do real. Entretanto, devido ao grande poder simbólico que o jornal detém na atualidade, a versão do jornal se transforma em premissa, ou seja, em verdade incontestável (SCHUDSON, 1992). Nesse sentido, a narrativa que o jornalista constrói acaba sendo a forma como a sociedade vai encarar o acontecimento.

A partir do exposto, quando se observa a forma como a imprensa brasileira constrói sua narrativa, é possível compreender características próprias da cultura em que foram geradas. Em estudo sobre jornalismo no Brasil, Albuquerque (2005) lembra que em muitas pesquisas, o jornalismo de boa parte dos países ocidentais é visto como uma simples adoção do modelo “objetivo” de jornalismo norte-americano. No Brasil, isso teria acontecido especialmente a partir do final da II Guerra Mundial, quando os jornais brasileiros começaram a se transformar em organizações comerciais. Nessa época, influenciados pelo “American way of life” que os Estados Unidos tentavam implantar na América Latina, muitos jornais começaram a se inspirar na retórica e na técnica americanas e passaram a se preparar para a reforma do jornalismo que ocorreria no país na década de 1950. Entretanto, diferentemente da adoção de um modelo, Albuquerque sustenta que o que ocorreu foi uma adaptação criativa, visto que o modelo americano surgiu em um contexto cultural específico que jamais poderia ser repetido na íntegra em outros países. A adoção restrita de um modelo por parte de outros países não ocorre nem mesmo se houver intenção explícita por parte da mídia local, pois as características culturais da região vão exigir adaptações.

2.3 Ritual midiático: a posse

No primeiro capítulo deste trabalho, a posse foi tratada como um ritual, mas do ponto de vista político. Uma das principais características desse ritual político fundamental diz respeito ao consenso social que, através da realização de seus protocolos, o evento celebra e torna possível que um candidato se transforme em representante de todos. A partir de agora, a idéia é analisar o papel dos meios de comunicação na legitimação do ritual de posse e na formação desse consenso. Para além do papel que a mídia ocupa como transmissora de informação, este item pretende refletir sobre o modo como a mídia se transforma em um agente constituinte desse ritual. A atuação midiática na construção do ritual de posse se dá em duas vias principais: ela amplia o alcance do ritual político – jornais, revistas, televisão e internet levam a posse para todos os cantos do país e do mundo – e agraga valor simbólico ao evento. Sem a atuação midiática, o evento perderia a maior parte de seu significado simbólico. Vista sob este ângulo e nos termos de Dayan e Katz (1984), a posse constitui um ritual midiático fundamental. A discussão sobre ritual midiático prolonga as questões levantadas por Carey (1989) relativas à perspectiva ritual da comunicação. Trata-se de uma maneira de olhar o evento que privilegia sobretudo a narrativa construída pela mídia sobre ele e o seu caráter representacional.

Dayan e Katz desenvolveram um trabalho pioneiro e fundamental sobre rituais midiáticos. Eles consideram a televisão como o principal veículo midiático que atua no desenvolvimento e consolidação dos rituais contemporâneos. De acordo com os autores, todas as personagens do evento desempenham papéis definidos: o protagonista segue os protocolos e incentiva a continuação do ritual. O público presencia o ritual e invariavelmente reage a ele. A televisão, por fim, transmite o evento ao grande público e, dessa forma, se transforma em peça-chave do próprio ritual. A forma como os jornalistas constroem a narrativa televisiva do acontecimento, com depoimentos de celebridades, ovAÇÃO de esperanças e alegrias coletivas, exposição de detalhes do evento e histórias pitorescas acabam reforçando a manutenção do consenso político-social.

Tendo a construção do consenso e a atuação do público como ponto de partida, Dayan e Katz apresentam uma série de categorias que visam a demarcar o papel dos meios de comunicação (especialmente da televisão) nos acontecimentos ritualizados.

Eles definem três tipos de eventos que têm características ritualizadas: os espetáculos, as festas e as cerimônias. Um espetáculo é um ritual caracterizado sobretudo pela expressiva limitação que é conferida à participação popular. Trata-se de um acontecimento em que apenas um lado dos atores age no sentido de dar forma a ele. O jogo de futebol, por exemplo, seria um espetáculo, pois o público que assiste a ele realiza apenas o papel de torcedor, cujas ações são limitadas “a um registro de reações pré-definidas (aprovação, desaprovação, apatia)” (Dayan e Katz, 1983: 5). É verdade que mesmo sendo o jogo de futebol um produto acabado, com atores e espectadores definidos, os torcedores não agem de forma totalmente passiva, e suas reações podem influenciar o andamento desse jogo, por exemplo, através da vantagem de se “jogar em casa”.

Uma festa, por outro lado, é um ritual em que todos os participantes desenvolvem o papel de agente e podem interferir decisivamente no rumo dos acontecimentos. Trata-se de um evento inevitavelmente interativo, “posto que os papéis atribuídos aos participantes e aos espectadores são flutuantes, reversíveis, ludicamente abertos à negociação” (Dayan e Katz, 1983:5). Todos os agentes, aqui, ocupam simbolicamente o mesmo lugar de poder: não há uma hierarquia rígida. Desse ponto de vista, a festa não é um produto acabado, ao contrário do jogo de futebol: ela vai sendo moldada em tempo real, à medida que os seus participantes a desenvolvem. Pelo menos em princípio, não existe nenhuma forma de passividade, posto que a participação ativa é a coluna vertebral de uma festa, ela dá sustentação e forma ao evento.

A cerimônia, por fim, é um ritual simbolicamente localizado entre a festa e o espetáculo, pois o público tem um poder mediano de influir no andamento dos acontecimentos através de um roteiro pré-delimitado. Em relação ao espetáculo, a cerimônia também se constrói a partir de um tema e de um programa precisos: tudo é cuidadosamente organizado com objetivos determinados e há uma forte distinção entre atores e espectadores. Mas diferentemente do espetáculo, a cerimônia requer uma forte interação entre todos os seus atores, e justamente essa interação faz com que, apesar de ser minuciosamente organizada, ela possa ser modificada em tempo real, como acontece com a festa. Sem a reação instantânea do público, como acontece com o espetáculo, tanto a cerimônia quanto a festa não se concretizariam e se restringiriam a um amontoado de eventos sem uma função social específica. Nesse caso, a platéia é hierarquicamente inferior aos atores que estão no palco, mas o evento só ganha sentido se houver uma interação direta e expressiva entre o público e quem ocupa o palco.

Ao fazer essa diferenciação, Dayan e Katz atestam que apenas as cerimônias se encaixam nos eventos ritualizados que têm a mídia como personagem constitutiva, e é justamente sobre as cerimônias televisionadas que os autores vão se debruçar. No caso do ritual de posse presidencial, suas características definem o seu tom ceremonial: as bases da posse já estão traçadas mas podem ser modificadas pelo público, tudo é minuciosamente organizado, há uma explícita separação entre atores e espectadores mas o papel desses espectadores é imediato e fundamental, e, sobretudo, a mídia é crucial para o desenvolvimento do evento. Diferentemente do que acontece com o espetáculo, a separação dos agentes é explícita, embora ocorra no momento em que o evento se desenvolve. Mas o sentido da cerimônia de posse só se concretiza quando todos os participantes dialogam e aceitam ocupar cada um o seu papel.

A partir dessa conceituação de cerimônia, Dayan e Katz também definem três “gêneros ritualizados²¹” de cerimônias na atualidade: os combates regulamentados, a exemplo dos debates presidenciais, as conquistas, como a chegada do homem à Lua, e as coroações. No caso dos combates regulamentados, o que delinea as ações é a existência de regras bem definidas. É por causa e através das regras que o evento toma forma e se desenvolve. Já as conquistas vão um pouco além da simples adoção de regras; elas também contam com certa regulamentação, mas o protagonista é visto como herói, atinge um status mítico. A “vitória” que ele celebra não é individual, mas pertence a todo o grupo social. Já as coroações – onde se inclui a cerimônia de posse – são o nível mais alto dos gêneros ritualizados. Elas também são regulamentadas e têm um protagonista visto como herói, mas, nesse caso, o herói recebe ainda mais poder, transformando-se em um símbolo. É em função dele que o evento se desenvolve e é a ele que o público se rende. Transpondo essa categorização para o ritual de posse, percebe-se que o evento é todo direcionado a um único protagonista: o presidente da República. A “coroação” pode ser entendida como o momento do recebimento da faixa presidencial, que é o clímax da cerimônia. Nesse caso, a pessoa que recebe a faixa não é encarada pela população que assiste ao evento (ao vivo, pelos jornais, televisão etc.) como um ser humano, ou como Luis Inácio Lula da Silva, pois o presidente se transforma em uma instituição política.

²¹ Esses gêneros ritualizados são claramente tipos ideais que Dayan e Katz encontraram para categorizar a heterogeneidade dos rituais televisionados da atualidade. Freqüentemente, como os próprios autores afirmam, essas categorias se misturam em um único evento.

A reflexão central do trabalho de Dayan e Katz diz respeito ao conceito de cerimônia, tendo em vista a tradição analítica que a Antropologia desenvolveu sobre o tema. Com base nos estudos da dupla, vários autores desenvolveram, posteriormente, trabalhos mais sistemáticos focando o ritual midiático em particular. Dois pesquisadores se destacam ao proporem definições específicas para as ações ritualísticas que têm a mídia como constituinte e por analisarem uma série de eventos que se enquadram no conceito de ritual midiático: Couldry e Cottle.

Couldry (2003) apresenta uma definição do ritual midiático que se baseia em uma leitura específica de Durkheim que privilegia as ações sociais como construção de significados. Para o autor, Durkheim é uma referência inevitável nos estudos sobre rituais porque ele insistiu na necessidade de se adquirir um olhar sobre a vida social que transcendesse o cotidiano. Seus estudos compararam a vida social a uma religião que, para além dos aspectos cósmicos e divinos, desenvolve seu próprio sistema de idéias, seus próprios significados. Vista como uma religião, a sociedade deve ser compreendida através de suas relações e do resultado dessa interação. Os estudos de Durkheim relativos à experiência social, segundo Couldry, devem ser vistos como um ponto de partida fundamental nos estudos atuais, mas não dão conta de toda a complexidade dos eventos contemporâneos, especialmente dos que têm a mídia como agente.

A interpretação de Couldry critica a teoria defendida por Dayan e Katz de que os rituais midiáticos devem ser vistos a partir da noção de celebração. Para ele, a leitura que a dupla privilegia sobre a obra do sociólogo considera os eventos midiáticos como espaços onde as emoções coletivas afloram, incentivando a integração social e a noção de pertencimento, ou, de acordo com a expressão criada por Durkheim, a “efervescência coletiva”. Couldry, por sua vez, se baseia em uma leitura “cognitiva” da obra desse autor que possibilita perceber o ritual midiático não apenas como um evento que reforça a noção de pertencimento a um grupo social mas, principalmente, como um acontecimento que explicita “conhecimentos” através dos quais a sociedade baseia seus princípios e valores. Nesse caso, os rituais midiáticos podem explicitar como o grupo social *constrói* significados. Couldry afirma que atualmente, não é possível separar a vida social – definida por conflitos, momentos de reunião coletiva, desejos, construção de mitos etc. – das formas sociais construídas pela mídia. Além disso, ao analisar os rituais midiáticos, é preciso ter em mente que os rituais não apenas produzem e mantêm

integração social. Eles são capazes de mostrar como a sociedade compartilha seus valores, gerencia conflitos e mascara desigualdades.

Para Couldry, os rituais midiáticos são ações da vida concreta que envolvem valores transcendentais e que são necessariamente organizadas em torno da mídia. Mais do que transmissora, a mídia atua como legitimadora dessas ações. A partir do momento em que são transmitidos pelos meios de comunicação, os rituais midiáticos provocam uma reação direcionada por parte do público: cada leitor/espectador/ouvinte, ao tomar conhecimento dessas ações, passa a se sentir parte integrante de um grupo social. Através de um olhar que percebe a sociedade como um todo orgânico que está em permanente conflito e busca por afirmação, Couldry atesta que os rituais midiáticos são momentos de integração social e solidariedade mútua. Seriam, portanto, *consensuais*²². Entretanto, esse consenso não significa que a sociedade se homogeneizou. Ele mostra de que maneira o ritual midiático “condensa padrões de comportamentos relativos a pensamentos e ações que estão latentes por todo lugar” (COULDY, 2003:13).

Uma questão central no trabalho de Couldry tem relação com a universalidade dos rituais midiáticos. De acordo com o autor, esses rituais *não* são universais, ou seja, não atingem a totalidade do grupo social por dois motivos principais: por serem historicamente recentes (só passaram a existir, obviamente, com o surgimento dos meios de comunicação), dificultando que a sociedade naturalize a sua influência, e pelo fato de a mídia ser uma instituição bastante centralizada na maior parte do mundo. A centralização dificulta a sua segmentação entre a população.

O estudo de Couldry analisa os rituais midiáticos com base na idéia de consenso, ao que Cottle (2006) vai se opor. Sem entrar no mérito da universalidade, Cottle afirma que os rituais midiáticos podem ser encaixados em dois grandes grupos: rituais de celebração e reconciliação – onde se incluiria o ritual de posse – e os rituais de conflito. Os rituais de celebração em geral funcionam incentivando o consenso e, por isso, atuam

²² A definição de Couldry de ritual midiático é diferente da conceituação, feita por Boorstin (1992), de pseudo-evento. Este se caracteriza como sendo uma celebração criada com o objetivo principal de ser transmitida pela mídia. A partir do momento em que magazines, revistas, jornais ou a televisão publicam a informação referente ao pseudo-evento, ele se transforma em um acontecimento em potencial. Um ritual midiático, diferentemente, não é criado em função da mídia, visto que ele tem objetivos concretos que fogem da possível cobertura midiática, embora a mídia ocupe papel fundamental.

na manutenção da ordem política vigente. Os rituais midiáticos de conflito, ao contrário, podem pôr em xeque a ordem política, embora isso nem sempre aconteça.

De modo mais específico, Cottle aponta seis tipos diferentes de ritual midiático que integram a vida social na atualidade: os pânicos morais, os rituais midiáticos celebratórios, eventos midiáticos de conflito, desastres midiáticos, escândalos midiáticos e crises públicas midiáticas²³. Os pânicos morais são ligados à teoria do pânico moral, desenvolvida especialmente por Stanley Cohen, e se refere aos eventos que, através da cobertura midiática, mobilizam medos e ansiedades sociais. São acontecimentos como grandes catástrofes e epidemias que costumam ter grande atenção midiática e deixam a população em estado de alerta. Por conta desses eventos, a mídia ajuda a evocar e policiar solidariedades morais através da circulação de representações coletivas. Os pânicos morais, ao serem reportados ao público, ajudam a manter o controle e a ordem social.

Os rituais midiáticos celebratórios têm relação com os eventos analisados por Dayan e Katz e reforçam a noção de integração social e, por vezes, os sentimentos nacionalistas. Como os pânicos morais, esses rituais midiáticos normalmente mantêm o controle social. Contrariamente a esse gênero, os rituais midiáticos de conflito são definidos por ações que envolvem conflitos e turbulências sociais anti-hegemônicas que mobilizam todo ou grande parte do grupo social.

Os desastres midiáticos, por sua vez, são acontecimentos traumáticos e imprevisíveis que exigem um alto grau performático por parte da mídia. É através da cobertura midiática que o evento vai tomado forma, praticamente em tempo real. Cottle cita desastres como o tsunami que devastou boa parte da Ásia em 2004, o furacão Katrina que atacou os Estados Unidos em 2005 e o terremoto que assolou o Afeganistão em 2005 como exemplos de desastres midiáticos que, através da narrativa construída pelos meios de comunicação, incitaram reflexões sociais, críticas e solidariedades em praticamente todo o mundo.

Os escândalos midiáticos, ao contrário dos desastres midiáticos, sugerem uma ação mais efetiva e dinâmica por parte da mídia. Normalmente eles aparecem através da

²³ Do original: moral panics, celebratory media events, conflicted media events, media disasters, media scandals e mediatised public crises.

própria mídia (diferentemente dos desastres naturais, que independem da ação humana para existirem) e ocorrem quando ações de caráter privado que ofendem ou vão de encontro à moralidade dominante no seio social se tornam públicos e passam a ser narrados pela mídia. Uma das principais consequências dessa ação midiática no que diz respeito ao grupo social é que as polêmicas e discussões geradas pelos escândalos midiáticos acabam por reafirmar condutas dominantes de comportamento, evitando possíveis transgressões do gênero no futuro.

Por fim, as crises públicas midiáticas podem ser contrastadas com os rituais midiáticos de conflito na medida em que exigem uma ação midiática progressiva, que vai se desenvolvendo aos poucos, por um longo período. Esse tipo de ritual, de acordo com Cottle, pode incentivar uma mudança social, pois oferece grande poder simbólico para que a sociedade reflita, critique e modifique comportamentos dominantes.

Recentemente, Cottle se envolveu em um acalorado debate com Couldry e Rothenbuhler relacionado à categorização de ritual criada por ele. Depois que Cottle publicou o texto que caracteriza os seis tipos de ritual midiático, Couldry e Rothenbuhler escreveram juntos um artigo criticando diversos pontos desenvolvidos por Cottle. A dupla atesta que, ao teorizar sobre o papel do ritual na atualidade, ele se baseou em pesquisas importantes, mas antigas e ultrapassadas, ignorando o desenvolvimento do tema que os estudos em mídia e comunicação fizeram nos últimos 20 anos (COULDRY E ROTHENBUHLER, 2007). Ao citar Durkheim, ele teria cometido um erro básico de interpretação que permeou a leitura funcionalista sobre a obra do sociólogo em meados do século XX: a de priorizar a leitura “emotiva” e desprezar o aspecto cognitivo da obra durkheimiana. Além disso, afirmam que praticamente todos os pontos desenvolvidos por Cottle já foram discutidos por outros autores que não foram citados por ele, e que ele apenas descreve fenômenos midiáticos atuais, mas não sugere alternativas para solucionar algumas questões teóricas que o campo enfrenta. Ou seja, não haveria nada de novo ou original em suas idéias. Por fim, a principal crítica diz respeito especificamente às categorizações feitas por Cottle. Para Couldry e Rothenbuhler (2007), a forma como o autor uniu vários eventos diferentes e contrastantes faz crer que praticamente *todos* os acontecimentos reportados pela mídia se encaixam no seu conceito de ritual midiático, o que invalidaria a existência de um campo de estudos exclusivo para essas ações.

O extenso e minucioso ataque feito por Couldry e Rothenbuhler mereceu uma resposta de Cottle. Em novo artigo (COTTLE, 2008), o autor afirma que não prioriza apenas “símbolos e sentimentos”, referindo-se à sua leitura de Durkheim, mas procura dar conta de um assunto complexo e cheio de variáveis que nenhum conceito fechado de ritual vai conseguir dar conta. Mais do que se restringir à visão funcionalista, Cottle sustenta que ao afirmar que os rituais midiáticos “*servem para sustentar e/ou mobilizar sentimentos coletivos e solidariedades*”, refiro-me a entidades plurais, não a coletividades singulares; não se pode dizer, dessa forma, que isso expressa um consenso pré-existente (...)” (COTTLE, 2008:139. Grifos do autor). Sobre a sua possível falta de originalidade, Cottle afirma que textos acadêmicos não têm obrigação de serem sempre originais, e que sua intenção foi justamente mapear e contrastar o extenso trabalho que tem sido feito em torno do campo ritual. Finalmente, sobre a maior crítica recebida, Cottle sustenta que os rituais midiáticos são um campo extenso que abarca, de fato, uma série de fenômenos sociais. Estes, entretanto, reúnem algumas características comuns: trabalham com uma inversão da ordem estabelecida, ou seja, trazem uma interrupção abrupta do ritmo social, e têm a mídia como personagem constituinte do fenômeno. A definição que Cottle elabora para seu conceito de ritual midiático não considera como característica fundamental a função social que o evento e a mídia desenvolvem, como acontece nos estudos de Couldry (2003), mas sim a forma como a mídia age na construção de significado do evento, ou seja, o seu caráter performativo.

Apesar de constituir um assunto atual e controverso, Cottle, Couldry e Rothenbuhler concordam em um importante ponto: os rituais midiáticos vislumbram o término de uma temporalidade e o começo de um novo cenário social. A singularidade do acontecimento e a forma como a mídia o transmite fazem com que a sociedade – ou grande parte dela – temporariamente partilhe de um sentimento comum: todos se sentem parte de uma mesma realidade e comungam em nome do que parece ser o bem comum. A partir dessa construção social, a mídia vai moldando a memória coletiva do grupo social a qual integra, de forma que a sua narrativa relativa ao ritual se transformará na maneira como o grupo social se lembrará do acontecimento. Transpondo essa discussão para o ritual midiático criado em torno do ritual de posse de Lula, é possível adquirir um olhar que perceba de que forma essa temporalidade diferenciada é moldada pelos meios de comunicação, e de que maneira o consenso que o evento procura suscitar (trata-se, nos termos de Cottle, de um ritual celebratório) é transposto para o texto jornalístico.

2.4 Jornalismo: Folha de S. Paulo e O Globo

A proposta desta parte do trabalho é fazer uma análise histórica dos dois jornais que serão analisados posteriormente, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, tendo em vista o desenvolvimento cronológico e a consolidação dos atuais perfis editoriais. Os dois jornais são, respectivamente, os mais vendidos do país, destinados, em princípio, às classes A e B e concentram seus temas jornalísticos em fatos ocorridos na região Sudeste, sendo que a maior parte do público-leitor da *Folha* bem como as temáticas desenvolvidas pelo jornal estão em São Paulo, enquanto os leitores e temáticas preferidas de *O Globo* se concentram no Rio de Janeiro.

Há uma série de análises que focam a cronologia e o desenvolvimento da *Folha de S. Paulo* em particular. O jornal é tido como um ponto-chave no desenvolvimento do jornalismo em São Paulo e no Brasil principalmente após 1980, quando a *Folha* deu início ao Projeto Folha e ascendeu como o principal jornal do país. Por outro lado, há um número bem menos expressivo de trabalhos que analisam a formação do jornalismo em São Paulo em períodos anteriores à década de 1980.

Ao contrário do que acontece com a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* constitui um objeto surpreendentemente pouco investigado. Em parte isso acontece porque as atenções das Organizações Globo foram freqüentemente canalizadas para a Rede Globo de Televisão, sobre a qual há um número significativo de pesquisas acadêmicas, mas essa não é a única causa. Os trabalhos que se referem a *O Globo* não costumam centralizar os estudos no jornal em si, mas na mídia que se desenvolveu no Rio de Janeiro como um todo especialmente entre 1950 e 1970. Quando se comparam os estudos referentes a *O Globo* com aqueles sobre a *Folha*, percebe-se que há uma expressiva tendência em priorizar o papel da *Folha de S. Paulo* na consolidação do jornalismo nacional, minimizando o papel que *O Globo* vem desempenhando especialmente a partir da segunda metade do século XX. Assim, a análise que será feita a partir de agora visa a tentar preencher em parte uma lacuna nos estudos do jornalismo no Brasil; todavia, sabe-se que a maneira como cada jornal será tratado necessariamente sofre variações que são consequência da própria bibliografia que se tem sobre eles.

Além disso, é possível distinguir modelos distintos de jornalismo adotados pelos dois jornais. Schudson (1978) diferencia dois modelos jornalísticos que teriam se solidificado a partir do final do século XIX: o jornalismo narrativo e o jornalismo informativo. O primeiro se define como um modelo que valoriza a história em si mais do que a informação isolada e “pura”. Historicamente, a adoção prioritária desse modelo é comumente relacionada ao jornalismo sensacionalista. O jornalismo informativo, por outro lado, se constitui por ser uma espécie de ruptura em relação ao modelo “narrativo” original e, entre suas principais características, valoriza a informação em si e as técnicas “jornalísticas” de escrita como objetividade e factualidade. Esse modelo costuma ser relacionado a jornais considerados “sérios” e de elite. No caso da *Folha* e de *O Globo*, apesar de se dirigirem, aparentemente, a um mesmo público e contarem com grande peso simbólico na mídia brasileira, apresentam algumas diferenças textuais relacionadas aos dois modelos descritos por Schudson. No caso de *O Globo* há uma tendência em adotar prioritariamente o modelo de jornalismo “narrativo”, ou seja, o jornal costuma valorizar a história em si mais que a informação isolada. A *Folha*, ao contrário, costuma priorizar radicalmente a informação e o distanciamento profissional em relação a outros valores, ou seja, o jornal adota prioritariamente o modelo que segue o ideal de informação. *O Globo* não é considerado um jornal de cunho sensacionalista, mas isso ajuda a explicar a confiança depositada na *Folha* e a prioridade que se concede a ele nas pesquisas sobre jornalismo brasileiro de maneira geral. O jornal é considerado o exemplo mais bem acabado de jornalismo “puro” que se tem no Brasil. Essas questões serão aprofundadas mais adiante.

2.5 Folha de S. Paulo: origens, o Projeto Folha e a situação atual

A *Folha de S. Paulo* é, atualmente, o jornal mais vendido do país. De acordo com a Associação Nacional de Jornais, sua circulação diária é de 309.383 exemplares²⁴. O segundo jornal mais vendido, *O Globo*, quando comparado à *Folha*, vende menos 20 mil exemplares por dia. Integrante da Empresa Folha da Manhã, a *Folha* tem tiragem nacional, embora concentrada na região Sudeste, com ênfase em São Paulo.

²⁴ Dados referentes a 2006 consultados em 1º/04/2008. Fonte: www.anj.org.br.

Diferentemente do concorrente direto *O Estado de São Paulo*, que vem sendo administrado pela mesma família desde o século XIX, o Conglomerado Folha, do qual o jornal faz parte, passou pelas mãos de quatro grupos. A história do grupo Folha começou no dia 19 de fevereiro de 1921, quando foi criado o jornal *Folha da Noite*, por Olival Costa, Pedro Cunha e outros jornalistas saídos do OESP (SILVA, 2005, TASCHNER, 1992). O modelo oligárquico que caracterizou a República Velha dava sinais de esgotamento, abrindo caminho para a Revolução de 1930. Em termos jornalísticos, a década foi marcada por um movimento de modernização da imprensa: vários jornais se espalhavam pelo país, já havia uma agência de publicidade que fazia trabalhos para jornais e, tecnicamente, novas máquinas supriam a necessidade de uma razoável produção em série (TASCHNER, 1992, BARBOSA, 2007).

Estruturalmente, a *Folha da Noite* nasceu a partir de uma visão empresarial e capitalista mais desenvolvida que os jornais que surgiram em momentos anteriores. O OESP, por exemplo, de acordo com Taschner (1992), surgiu com uma visão política determinada, baseando ideologicamente seu direcionamento editorial. A *Folha da Noite*, apesar de também ter um direcionamento político, se orientava por uma perspectiva mais clara de mercado. Em 1925 surge a edição vespertina *Folha da Manhã*, seguindo o mesmo padrão editorial do outro jornal. O grupo fez oposição aos governos da Primeira República por oito anos e, em 1929, Pedro Cunha saiu da sociedade e os jornais passaram a apoiar Washington Luís. Foram, então, empastelados durante as agitações que acompanharam o Movimento de 1930. Com isso, encerrou-se a “primeira fase” do conglomerado Folha: mudam-se os donos e desenvolvem-se ainda mais a noção de mercado que rege a empresa. Agora, os despojos são adquiridos por Octaviano Alves de Lima e, em 20 de janeiro de 1931, a empresa recebe um novo nome: Empresa Folha da Manhã LTDA. Nesse período, os proprietários imprimiram aos diários uma política de defesa do interesse dos cafeicultores paulistas (SILVA, 2005).

A estrutura do conglomerado só voltará a mudar em 10 de março de 1945, quando ocorre uma nova venda e surge uma nova razão social: Folha da Manhã S/A. Neste momento, ocorre uma drástica mudança no estilo e no tom do discurso que regem a empresa (TASCHNER, 1992). Além da visão de eficiência empresarial, reitera-se a preocupação com a *imparcialidade*. O motivo é mercadológico: trata-se de uma estratégia para ganhar credibilidade e ampliar o público leitor. Afora isso, o discurso político mostra um apoio ao *regime democrático*, mas a democracia aqui é vista como

uma espécie de extensão do capitalismo industrial. Entre os novos diretores, o advogado José Nabantino Ramos foi o responsável por tentar modernizar a rotina de trabalho da empresa, através da criação das “Normas de Trabalho da Divisão de Redação” – que tentou racionalizar a produção e a comercialização de notícias – e do “Programa de Ação das Folhas”. Em 1949 Nabantino fundou a *Folha da Tarde* e a redação mudou-se para um novo endereço, mais amplo e com melhores condições técnicas de trabalho.

Em 1960 os três diários se fundiram na *Folha de S. Paulo*, voltado para a classe média urbana de São Paulo. Em 1963 o jornal mudou novamente de mãos, sendo vendido para Otávio Frias de Oliveira, que era ligado ao mercado financeiro, e Carlos Caldeira Filho, ligado à construção civil. Os anos do regime militar foram prósperos para o grupo – Frias e Caldeira compraram uma série de jornais, gráficas e editoras e assumiram a Fundação Cásper Líbero – para o que muito contribuiu a atitude dócil do jornal perante o regime. Em meados da década de 1970, o direcionamento editorial do jornal começou a mudar, e assumiu um perfil mais combativo. De acordo com Abramo (1993), a mudança de perfil obedeceu a uma lógica de competição do mercado: o processo de redemocratização “lenta e gradual” iniciado no governo Geisel oferecia ao jornal a possibilidade de disputar mercado com o muito mais tradicional *O Estado de São Paulo*. O novo perfil se radicalizou em 1983/1984, quando o jornal tomou partido, de forma explícita, do Movimento Diretas-Já (TASCHNER, 1992).

Em junho de 1981, no rescaldo da greve dos jornalistas de 1979²⁵, o Conselho Editorial da Folha faz circular o documento intitulado “A Folha E Alguns Passos Que É Preciso Dar”. Um ano depois, mais um documento do Conselho: “A Folha em Busca do Apartidarismo, Reflexo do Profissionalismo” (SILVA, 2005). Um dos grandes objetivos dos documentos está na necessidade de uma maior profissionalização dos jornalistas e de um posicionamento político que não estivesse agarrado à hegemonia ou a qualquer pensamento de classe, o que vai ficar ainda mais patente com as Diretas-Já. A *Folha*, que desde maio de 1984 está sendo dirigida por Otávio Frias Filho, se coloca o tempo todo a favor do movimento e procura vender uma imagem de jornal a serviço do

²⁵ Foi a maior e mais importante greve da categoria no Brasil. Influenciados pelo retorno do movimento sindical combativo, os grevistas de São Paulo logo conseguiram apoio dos cariocas. Eles reivindicavam 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações. O Tribunal Regional do Trabalho, contudo, julgou a greve ilegal. O resultado abriu espaço para a retaliação das empresas, que iniciaram um processo de demissão de mais de 200 grevistas (SILVA, 2004).

Brasil e em busca de igualdade de condições sociais. Após o movimento e a consequente derrota das Diretas, o Conselho Editorial lança mais um documento, “A Folha Depois das Diretas Já”. A partir de então, estão traçados os novos objetivos do jornal, que seriam a busca pela perfeição técnica do texto jornalístico, o “apartidarismo” político e o aumento da organicidade empresarial do jornal.

O Projeto Folha nasceu com a intenção de definir as normas do jornalismo dentro da *Folha de S. Paulo*. Foi um grande projeto editorial repleto de postulados editoriais, normas e condutas de comportamento que alegadamente visavam a elevar o jornalismo brasileiro ao patamar de primeiro mundo (SILVA, 2005), tendo como principal referência o modelo de jornalismo norte-americano. A fim de garantir maior eficiência no trabalho jornalístico, a *Folha* implantou o controle de produção, a avaliação profissional, as reuniões feitas exclusivamente para críticas e a introdução do concurso como forma de neutralizar a admissão de novos funcionários. A empresa tornou-se rigorosa com prazos, como o horário de fechamento da edição. Mais do que uma forma de aperfeiçoar a produção, o Projeto Folha foi uma estratégia de marketing feita para seduzir o leitor e, claro, aumentar a vendagem do jornal. Um dos itens do Projeto Folha que teve importância simbólica e continua presente no jornalismo brasileiro foi a criação e consolidação do *Manual Geral da Reação da Folha de S. Paulo*.

Publicado originalmente em 1984, o *Manual Geral de Redação* representou um papel muito importante no processo de reforma editorial da *Folha de S. Paulo* detonado pelo Projeto Folha. Estruturalmente, a edição continha 338 verbetes dispostos em ordem alfabética, sem separação temática e inspirado nos dicionários ortográficos. Não havia gráficos ou ilustrações e os verbetes tratavam tanto de padrões gramaticais e equívocos lingüísticos quanto de expressões ligadas à profissão e padrões comportamentais que o jornalista da *Folha* deveria seguir. De maneira geral, os verbetes relacionados à profissão apresentavam um tom bastante impositivo: a *Folha* delimitava as ações e atitudes de seu profissional, como se estivesse “ensinando” a desenvolver o que considera ser um bom jornalismo. Veja-se, por exemplo, o verbete “Distanciamento”:

Para descrever um fato é evidente que o jornalista precisa conhecê-lo bem. Deve pesquisar suas causas e antever suas consequências, examinar

seus pormenores e se possível conviver, ainda que por pouco tempo, com seus protagonistas. Isto pode acarretar em envolvimento pessoal do jornalista com o objeto de seu trabalho, o que é tecnicamente perigoso: o profissional se arrisca, assim, a produzir um texto parcial, acrítico, às vezes até ingênuo. A maneira de evitá-lo não é deixar de se envolver com o assunto, mas envolver-se para em seguida distanciar-se dele. Antes de escrever o texto, convém perguntar se as evidências recolhidas são convincentes, se há fatos ocultos sob as aparências, se as versões que o trabalho de campo permitiu reunir são contraditórias, se os protagonistas poderiam ter agido de modo diferente e comparar os fatos que se vão descrever com fatos e situações análogos, ocorridos no passado. (MANUAL DA FOLHA, 1984:33)

Há uma série de verbetes que definem o perfil editorial e as regras de comportamento dos jornalistas em relação ao jornal, ao público e às instituições políticas. Em relação ao perfil editorial, há um verbete em particular denominado “Apartidarismo” que trata da questão. O Manual destaca nele que o jornal “não se atrela a nenhum grupo, tendência ideológica ou partido político” (MANUAL, 1984:16), mas isso não o impede de tomar partido nas questões controvertidas. Tal posição não implica necessariamente uma contradição; ela faz sentido como parte de uma estratégia de reivindicação, pelo jornal, de um lugar transcendente na vida política do país, acima dos partidos políticos e das instituições de um modo geral (ALBUQUERQUE e HOLZBACH, 2007). Em diversos verbetes, a *Folha* se coloca explicitamente acima do Estado e das demais instituições políticas. Um dos verbetes mais expressivos a lidar com essa questão denomina-se “Liberdade de imprensa”. Nele, o jornal afirma que “não reconhece legitimidade em qualquer restrição, legal ou ilegal, que se possa fazer à liberdade de imprensa” (MANUAL DA FOLHA, 1984:56).

A relação entre a *Folha* e seus leitores é descrita no Manual nos termos de um contrato representativo. O tema merece um verbete intitulado “Mandato do Leitor”:

Nas sociedades de mercado cada leitor delega, ao jornal que assina ou adquire nas bancas, a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências o leitor suspende esse *mandato*, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de *mandatos* que lhe são delegados. (MANUAL DA FOLHA, 1984:58. Grifos do autor)

O aspecto mais notável do verbete é seu empenho em configurar como política uma relação cuja natureza fundamental é de ordem comercial. Ao comprar o jornal, o leitor não oferece apenas uma contrapartida financeira à *Folha*, mas se converte em um instrumento de poder, ainda que não esclareça muito sobre a natureza deste poder ou o seu modo de exercício.

Mais do que um documento interno, o Manual teve como propósito expor ao público os novos compromissos assumidos pelo jornal e ditar as regras que, a partir do Projeto Folha, deveriam ser seguidas como ideais de um jornalismo “sério e objetivo”. Coerentemente com isso, ele foi o primeiro Manual da Redação a ser disponibilizado ao público comercialmente no Brasil. O Manual conheceu três edições subsequentes, em 1987, 1992 e 2001. A edição de 1987 é uma versão revista e ampliada da edição de 1984, sem alterar o seu espírito original. Se a primeira versão corresponde ao lançamento do Projeto Folha, a segunda dá conta da sua conclusão ao final de um período de “mil dias”. Boa parte dos verbetes que tratam do perfil editorial e do posicionamento político continua presente, mas essa edição aparece expressivamente maior: os 338 verbetes da edição de 1984 se transformam em 808 verbetes distribuídos em sete seções temáticas: Política Editorial (59 verbetes), Estrutura da Folha (159 verbetes), Padronização de Estilo (244 verbetes), Procedimentos Profissionais (100 verbetes), Normas Gramaticais (41 verbetes), Convenções Gráficas (53 verbetes), Vocabulário Jornalístico (152 verbetes) e Anexos (12 anexos).

A versão publicada em 1992 se propõe a atenuar alguns traços de radicalismo que haviam caracterizado as primeiras versões. A justificativa para a mudança está logo na introdução do agora chamado *Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, que qualificou o texto publicado em 1984 como “draconiano e impositivo”, por causa do alto teor político que refletiu a passagem da ditadura para a democracia. Esta edição é bem maior que as duas anteriores: são 331 páginas (o Manual de 1984 tinha 91) e mais de 10.000 verbetes. A maior parte dos verbetes de teor político continuam presentes, como “apartidarismo” e “mandato do leitor”, mas com uma definição adaptada e menos impositiva. Em 2001, surgiu mais uma edição, dessa vez com o título simplificado, *Manual da Redação*. Diferentemente das demais versões do Manual, esta apresenta um caráter mais técnico e informativo do que político. Os verbetes de teor político continuam presentes, mas acabam se fragmentando em meio a um número enorme de verbetes técnicos e informações complementares. A quantidade de verbetes é

equivalente à da edição de 1992 e, adicionalmente, há um conjunto de 12 anexos contendo mapas geopolíticos, informações jurídicas, econômicas, militares etc. Das 391 páginas que formam o Manual, 273 são dedicadas aos anexos. É esta versão que se encontra à venda atualmente.

O traço mais característico do *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* é o seu esforço em destacar a especificidade do lugar de fala do jornal. Diferentemente das pioneiras *Regras de Redação do Diário Carioca* que, na década de 1950, se pretendiam um guia para a modernização do jornalismo brasileiro, e dos manuais de redação de *O Globo* e de *O Estado de São Paulo*, expressões particulares de um modelo “genérico” de jornalismo, o Manual em questão se apresenta como o porta-voz de um modelo muito especial de jornalismo: o jornalismo da *Folha de S. Paulo*. Deste modo, o Manual atribui à empresa jornalística um papel que usualmente é associado ao profissionalismo: o controle da qualidade técnica e ética do jornalismo pelos pares (SOLOSKI, 1993). O impacto do *Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo* foi inegável, uma indicação do sucesso da estratégia adotada pela empresa. Quando foi lançado, ele enfrentou relutância por parte de boa parte da mídia nacional, a começar por repórteres da própria *Folha*. De acordo com Abreu (2003), os descontentes foram demitidos. Hoje, contudo, grande parcela dos jornalistas já teve contato com o Manual e utiliza o material como um guia, um tira-dúvidas que define o que é certo e errado na sua prática profissional. Além disso, ele passou a fazer parte da ementa de várias faculdades de jornalismo.

O Projeto Folha e o *Manual da Redação* conferiram uma grande legitimidade jornalística e política à *Folha de S. Paulo*. A partir do fim da Ditadura Militar, em 1985, e do advento da redemocratização, o jornal ascendeu como o veículo impresso mais importante do país, título que mantém até hoje. Sua importância se dá não apenas por ser o jornal com maior número de vendagens, mas especialmente porque tem grande poder de agendar os assuntos que permeiam as diversas mídias e por ter um grande poder de fala entre a sociedade civil e entre os representantes do Estado. A *Folha* continua preocupada com a formação de novos profissionais – o seu programa anual de recrutamento de trainees, por exemplo, é um dos mais concorridos do país – e tem uma forte visão empresarial.

Em relação ao discurso jornalístico, a estrutura das notícias, em geral, pode ser vista como uma continuidade do que foi criado durante o Projeto Folha: tem clara inspiração na objetividade defendida pelo jornalismo norte-americano pós-1950 e a narrativa das notícias costuma ser direta, formal e com alto teor informativo. A última edição do Manual da Redação, publicada em 2001, retirou praticamente todo o discurso ideológico que preencheu as páginas das primeiras edições e se restringe a um agrupamento de dados geográficos, econômicos e sociais referentes ao Brasil e ao mundo. No lugar de direcionar politicamente os profissionais, o Manual hoje oferece dados técnicos que podem ser utilizados durante a prática profissional. Pegando carona nas mudanças que o jornal sofreu na primeira metade dos anos de 1980, a *Folha* hoje parece firmar o compromisso com um projeto de "purificação" do jornalismo. Através do texto limpo, aparentemente sem enfeites considerados literários, o jornal desenvolve um jornalismo "ascético", entendido como uma cruzada incansável travada pelos seus profissionais pela informação correta e “verdadeira”.

2.6 *O Globo*: diversos públicos para um único jornal

O Globo é o jornal mais vendido do Rio de Janeiro e o segundo mais vendido do país: são 276.385 exemplares por dia²⁶. O jornal, atualmente, é um dos ramos das Organizações Globo, um conglomerado midiático que atua em sete grandes áreas: rádio (são, ao todo, seis emissoras), cinema (Globo Filmes), periódicos (Editora Globo e cinco jornais), televisão (cinco emissoras próprias e 68 afiliadas), internet (portal Globo.com), cabo satélite (Sky Brasil, NET e NET Fone, em parceria, e NET Virtua) e outros (como a Fundação Roberto Marinho). As Organizações Globo administraram quatro jornais – *O Globo*, *Diário de São Paulo*, *Extra* e *Expresso* –, e ainda dividem a administração do jornal *Valor Econômico* com o Grupo Folha.

O Globo ganhou importância somente a partir de 1940, mas a sua história remonta ao início do século XX. Nesse período, alguns acontecimentos em especial

²⁶ Dados retirados do site da Associação Nacional de Jornais em 1º/04/2008. Endereço eletrônico: www.anj.or.br.

incentivaram o desenvolvimento jornalístico no Rio de Janeiro: diversos jornais foram criados, ocorreu o reaparelhamento das oficinas gráficas e houve a reorganização administrativa de diversos jornais, o que aperfeiçoou as vendas avulsas e o sistema de assinaturas. No aspecto estrutural e temático do texto jornalístico, o Rio de Janeiro assistia ao crescimento e consolidação do sensacionalismo, expresso principalmente em matérias que noticiavam tragédias urbanas (BARBOSA, 2007).

O Globo tem relação com o jornal vespertino *A Noite*, fundado em 18 de junho de 1911 por Irineu Marinho. Esse jornal foi criado porque Irineu abandonou o cargo de secretário-geral que desempenhava na *Gazeta de Notícias* após se desentender com a diretoria do local. De acordo com Barbosa, *A Noite*, na época, era considerado um jornal popular e definiu-se, inicialmente, por uma linha política de oposição ao Marechal Hermes da Fonseca. Em 1925, Irineu foi obrigado a caucionar a maioria das ações de *A Noite* em favor de Geraldo Rocha²⁷ e, no mesmo ano, em 29 de julho, criou o vespertino *O Globo*. Por causa das histórias que cercam a saída de Irineu da *Noite* como resultado de “traições”, a fundação de *O Globo* foi feita cercada de uma imagem de “lugar indestrutível”, que seria resultado também do senso empreendedor de Irineu Marinho (BARBOSA, 2007). Essa imagem mítica acabou reforçada porque Irineu morreu apenas 21 dias depois de fundar *O Globo*. Quem assumiu seu lugar foi o filho, Roberto Marinho.

Inicialmente, *O Globo* não foi um jornal muito expressivo, embora estivesse sempre presente na cena midiática carioca. A imagem construída sobre seu surgimento era de um jornal moderno no sentido de que concedia ênfase a notícias informativas, em detrimento da opinião. Na prática, contudo, a valorização da notícia informativa não acontecia. Essa imagem mítica em torno de *O Globo* reflete a “construção gradativa de um ideal de objetividade no jornalismo carioca, que começa antes mesmo de 1910” (BARBOSA, 2007:96).

²⁷ Barbosa (2007) afirma que o motivo de Geraldo Rocha ter se apoderado das ações de *A Noite* é controverso. Alguns depoimentos afirmam que Irineu teve que ir à Europa tratar um problema de saúde e, nesse meio tempo, Geraldo Rocha teria assumido o controle acionário da *Noite*. Outros dizem que Irineu simplesmente vendeu as ações para Geraldo Rocha. *A Noite* continuou sendo um dos jornais mais importantes do Rio de Janeiro até 1940 e fechou as portas, depois de inúmeros períodos de dificuldade financeira, em 1958.

A partir de novembro de 1930, com o advento do Estado Novo e a ascensão de Getúlio Vargas, a configuração jornalística do Rio de Janeiro sofre drásticas modificações: “a polêmica e o apoio institucional ao governou ou a oposição sistemática ganham espaço nobre nas páginas das publicações” (BARBOSA, 2007:108). O espaço dedicado ao leitor, que nas décadas anteriores foi sistematicamente aumentando, começa a diminuir, abrindo espaço para a fala do Estado. No final dos anos de 1930, o Rio de Janeiro contava com 23 jornais, sendo que os principais eram *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite*, *A Manhã* e *Correio da Manhã*. O Estado Novo exerceu um rigoroso controle sobre os meios de comunicação, fazendo com que dezenas de matutinos e vespertinos deixassem de circular – alguns que existiam desde o século XIX – ou fossem incorporados ao Estado. As empresas jornalísticas que não aderiram ao regime sofreram censura ou acabaram fechadas.

O Globo passou praticamente intacto pela Revolução de 30. No início da década de 1950, ainda no formato de vespertino, aparece como um dos principais jornais do Rio de Janeiro. O número de leitores cresce expressivamente durante toda a década: sua tiragem, que era de 100 mil exemplares em 1951, atinge 218 mil exemplares em 1960. No início dos anos de 1960, é o vespertino mais vendido do Rio de Janeiro e o segundo em número geral de vendagens. O matutino *O Dia*, em 1960, era o jornal mais vendido, chegando a uma tiragem de 230 mil exemplares (RIBEIRO, 2000). Curiosamente, apesar de serem os dois jornais mais vendidos, não eram os mais influentes no aspecto político. Nesse período, há grande competitividade entre os jornais, o que vai ser acentuado pelo desaparecimento progressivo das edições vespertinas. *O Globo*, nessa época, antecipou seu horário de fechamento, transformando-se em matutino. Entre as décadas de 1950 e 1960, quando ocorre no Brasil a adesão ao jornalismo imparcial e objetivo inspirado no modelo norte-americano, quatro jornais aumentarão sua influência política no Rio: *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa*, *A Última Hora* e *Jornal do Brasil*.

Em 1964 é instalada a Ditadura Militar e em 26 de abril de 1965, a TV Globo, também comandada por Roberto Marinho, inicia suas transmissões. Com a Ditadura e durante os anos de 1970, enquanto a televisão aumenta sua influência, vários jornais são fechados. O número de jornais diminui drasticamente no Rio de Janeiro e ocorre a eclosão de um “novo sensacionalismo que vigoraria na imprensa popular sobretudo por *O Dia*” (BARBOSA, 2007:196). Nesse ínterim, *O Globo* manteve uma postura dócil em

relação às orientações dadas pelo militares, o que contribuiu para que se mantivesse influente e com bom número de vendas.

Nesse período, entretanto, *O Globo* era um jornal conservador, que ainda não se renovara. “Sua imagem estava desgastada, pois o jornal era o mais identificado com o regime militar e começara a perder leitores e espaço publicitário” (ABREU, 2003:40). A média de leitores tinha 45 anos e, apesar de tradicional e bem estruturado, não tinha importância nacional, centrando os assuntos na cidade do Rio de Janeiro. Em 1971, com o objetivo de rejuvenescer o jornal, assume a redação o jornalista Evandro Carlos de Andrade, um dos grandes responsáveis por uma série de mudanças editoriais e administrativas que levarão o jornal à liderança do mercado alguns anos mais tarde. A estratégia central foi ampliar o público leitor e investir em tecnologia. Em 1972, o jornal passa a ser impresso também aos domingos, o que abalou enormemente a influência do *Jornal do Brasil*. Além disso, a reportagem policial passou a ser integrada à reportagem geral, reduzindo sua área de influência no jornal, os cargos e salários foram reestruturados, a função de copidesque foi descentralizada e cada editoria passou a contar com seus próprios redatores, ocorreu a criação da editoria de Economia, que passou a contar com 22 jornalistas e se tornou referência nacional, houve a reestruturação das sucursais, ampliação do espaço publicitário, investimento nas vendas por assinatura e a compra de serviços da Agência Estado, entre outras medidas (ABREU, 2003).

As reformas alcançaram sucesso absoluto, e a proximidade de Roberto Marinho com o regime militar, de acordo com Abreu (2003) possibilitou que *O Globo* fosse muito mais crítico em relação à ação da Ditadura do que os outros jornais de grande circulação. Por ser considerado favorável ao regime, as críticas não despertavam a mesma ira por parte dos censores que os jornais com direcionamento mais de esquerda. Nesse contexto, a editoria de Economia teve papel fundamental, pois na medida em que divulgava números referentes ao desempenho do governo perante o mundo, dava condições para que o leitor formasse suas próprias conclusões sobre o regime.

O final dos anos de 1970 é crucial para a definição de *O Globo* como o principal jornal do Rio de Janeiro. Nesse período, diversos jornais desapareceram: enquanto em 1950 havia 22 jornais no Rio, no final de 1970 eram apenas sete (ABREU *apud* BARBOSA, 2007). Esse desaparecimento é atribuído por Barbosa a dois fatores: ao

elevado custo do papel ocorrido devido à crise do petróleo e, principalmente, à mudança sofrida pelos diários que não encontram resposta do público:

Num momento em que, por força da conjuntura política, não há mais pluralidade de espaços para o exercício de sectarismos e tomadas de posição – que resultam a maioria das vezes em favorecimentos administrativos e financeiros – cabe ao grupo que melhor serve naquele momento às elites políticas (até porque domina com sucesso outras esferas midiáticas, incluindo o rádio e a televisão), no caso *O Globo*, alcançar sucesso empresarial cada vez mais representativo. (BARBOSA, 2007:199)

Em 1978, a edição dominical de *O Globo* é lida por cerca de 1 milhão e 726 mil de pessoas. Em 1979, em decorrência da diminuição do número de jornais no Estado e de reformas tecnológicas que aumentaram sobremaneira a velocidade de impressão, *O Globo* se tornaria líder em termos de tiragem, ultrapassando a marca dos 400 mil exemplares diários na edição do dia 11 de novembro, o que representa 25% a mais do que a média das edições dominicais no ano anterior. Nos dias úteis, a tiragem do jornal é de 220 mil exemplares. *O Globo*, assim, abarcou a maior parte dos leitores dos jornais que desapareceram. Junto com *Jornal do Brasil* e *O Dia*, os três jornais congregam cerca de 90% dos leitores (BARBOSA, 2007).

A partir de 1980, *O Globo* se transformou no líder absoluto de vendas e de influência política no Rio, status que mantém até hoje. Ele ultrapassa significativamente o número de vendas de *O Dia* e do *Jornal do Brasil*, que vive uma grave crise econômica desde os anos de 1980. Como *O Dia* tem um perfil popular de leitores, diferentemente d'*O Globo*, as Organizações Globo lançaram, em 1998, o *Extra*, que tem um perfil muito parecido com o de *O Dia* e, hoje, supera em número de vendas o seu maior concorrente direto. Atualmente no Rio de Janeiro, o *Extra* só perde em número de vendas para *O Globo*, e é o terceiro jornal mais vendido do país.

Matheus (2006) analisou os meta-discursos²⁸ de *O Globo* e verificou que, atualmente, ele procura transmitir ao público uma imagem de jornal que se preocupa

²⁸ Os meta-discursos analisados por Matheus foram o livro ilustrado "O Globo, primeiras páginas", uma obra de 227 páginas vendida a assinantes, e a exposição "80 anos de História nas páginas d'O Globo",

principalmente com política internacional e nacional, esporte, carnaval e com as realizações técnicas e editoriais do próprio jornal. Questões violentas, por exemplo, são minimizadas nos meta-discursos mas, todavia, aparecem em grande quantidade quando se analisa o dia-a-dia do jornal. Nesse sentido, *O Globo* trabalha no seu cotidiano com matérias de maior apelo sensacional, enquanto procure apagar a imagem de mídia voltada para essa temática, construindo um discurso de jornal voltado exclusivamente para assuntos considerados mais “universais” e importantes, como política nacional e internacional, relações institucionais e economia.

Esse estilo ambíguo que o jornal apresenta – ele se utiliza de técnicas com apelo sensacional mas simultaneamente constrói uma imagem de si mesmo galgada na seriedade e no ideal da informação objetiva – pode ser compreendido quando se observa a sua evolução histórica. Há mais de oitenta anos, *O Globo* tem demonstrado facilidade em se adaptar às mudanças políticas e sociais do Rio de Janeiro e do Brasil, mantendo-se em posições políticas importantes e fidelizando o seu público-leitor. Com bastante sucesso, o jornal agregou uma série de públicos distintos, que anteriormente compravam jornais que desapareceram ou estão em crise, como é o caso do *Jornal do Brasil*. Dessa forma, a heterogeneidade de leitores obrigou *O Globo* a desenvolver um jornalismo que agradasse a essa pluralidade, ou seja, que fosse maleável e facilmente modificável.

Quando comparado com a *Folha*, o estilo desenvolvido por *O Globo* é bastante diferenciado: enquanto o primeiro se foca na informação, o segundo se baseia na narrativa do acontecimento. Essa diferenciação vai influenciar sobremaneira a narrativa que ambos vão construir sobre o ritual de posse presidencial de Luis Inácio Lula da Silva. Enquanto a *Folha* vai tentar se restringir às informações secas, ou seja, vai priorizar a perspectiva transmisional da comunicação (CAREY, 1989), *O Globo* vai construir um discurso mais envolvente e passional, focado na narrativa, nas histórias paralelas e no tom sensacional. Em outras palavras, vai construir uma narrativa que tem como pano de fundo a perspectiva ritual da comunicação.

realizada de 26 de julho a 11 de setembro de 2005, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB-RJ), em comemoração ao aniversário do jornal.

CAPÍTULO III

RITUAL DE POSSE NA MÍDIA

A posse constitui um ritual que resolve simbolicamente dilemas inerentes à democracia representativa, pois é a partir de sua realização que o candidato da maioria se transforma em representante de todos. A mediação desse ritual tem um papel fundamental no desenvolvimento e na receptação das ações pelo público, visto que é através da mídia que a grande maioria da população toma conhecimento do evento e, assim, passa a aceitá-lo e a fazer parte dele. O presente capítulo, portanto, visa a verificar como a grande imprensa cobriu a primeira cerimônia de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. De maneira geral, a mediação pode ser feita priorizando-se essencialmente dois tipos de cobertura midiática: a que tem um caráter mais ritual, ou seja, que mantém com o evento uma relação de proximidade, e a mediação informacional, que prioriza um olhar descritivo e distanciado em relação aos acontecimentos. Este capítulo visa a analisar dois exemplares da mídia nacional que priorizam, cada um, tipos diferenciados de cobertura midiáticas: *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. O primeiro, no que concerne à cobertura da posse, enfatizou o caráter ritual, envolvendo-se com os eventos descritos. A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, se esforçou no sentido de manter um distanciamento em relação aos fatos, o que pode ser observado, entre outros elementos, através da formalidade discursiva.

Para dar início à análise, convém retomar, de forma sintética, algumas questões tratadas nos capítulos anteriores. O primeiro capítulo deste trabalho tratou do caráter liminar (TURNER, 1974) do ritual de posse presidencial no Brasil. Vista por essa perspectiva, a posse constitui uma janela simbólica que permite perceber uma série de

características culturais que dificilmente seriam observadas de forma expressiva no decorrer das ações cotidianas. Apesar de a posse se desenvolver ao redor do presidente da República, ele só é viabilizado com eficiência, ou seja, só atinge seus objetivos fundamentais por causa da atuação da mídia na cobertura do evento e, também, na publicação das narrativas referentes ao assunto. Esse viés foi desenvolvido no segundo capítulo deste trabalho, que fez uma discussão em torno dos principais papéis desempenhados pela mídia na atualidade – ela age como mediadora de informações e de significado simbólico. Além disso, o capítulo discutiu o perfil editorial e a cronologia histórica dos dois exemplares midiáticos selecionados para esta pesquisa: *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. Com base nisso, foi possível perceber que a origem e o desenvolvimento editorial de ambos diferiram de forma significativa. Enquanto a *Folha* se pautou em um olhar discursivo que procura defender princípios empresariais, *O Globo* apresenta um tom mais maleável, que está mais preocupado em dar conta da grande pluralidade de leitores.

Com base em tudo que foi discutido, a idéia agora é concentrar esforços na análise relativa à cobertura que os dois jornais fizeram da primeira cerimônia de posse presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva para saber que elementos foram ritualizados durante a cobertura de cada jornal, ou seja, que tipo de ritual midiático *O Globo* e a *Folha* construíram em relação à cerimônia de posse. O ritual ocorreu no dia 1º de janeiro de 2003, ou seja, as matérias que serão analisadas correspondem ao dia 2 de janeiro de 2003, uma quinta-feira. O trabalho está dividido em duas partes. Primeiramente, será feita uma análise do padrão geral da cobertura que ambos os jornais realizaram. A idéia é expor o direcionamento que cada jornal deu à cerimônia, prestando atenção no tipo de narrativa que cada um privilegiou. Posteriormente, a análise vai tratar separadamente de três questões importantes da democracia representativa que são dramatizadas no ritual da posse: a alternância de poder, o mandato representativo e o caráter popular da democracia. De que maneira elas aparecem nas narrativas dos dois jornais? Que elementos cada cobertura priorizou? São questões fundamentais que vão ajudar a definir a memória construída em torno da primeira posse presidencial de Lula.

3.1 Padrões gerais da cobertura da posse em *O Globo*

Ao ler as matérias que *O Globo* publicou especificamente sobre a posse de Luiz Inácio da Silva, percebe-se que, em linhas gerais, o jornal apresentou três características durante toda a cobertura: os textos são eminentemente narrativos, o tom discursivo das matérias é bastante informal e, principalmente, o caráter popular permeia todos os textos. As matérias não explicitam depoimentos de personalidades do mundo acadêmico, o que costuma conferir legitimidade e confiança ao que é narrado, de forma que os repórteres aparecem como os únicos espectadores dos acontecimentos. Em relação ao tom informal, a maior parte dos textos utilizam figuras de linguagem que deixam o discurso mais literário, como metáforas, gírias e até poesias. É justamente essa maneira informal de narrar os acontecimentos que acabam dando um teor menos elitizado e mais popular à posse.

Durante todo o dia, dezenas de repórteres e fotógrafos acompanharam separadamente a cerimônia, o público presente, os milhares de convidados e, claro, o novo presidente da República. Enquanto os fotógrafos registraram todos os momentos possíveis (o jornal contratou, também, os serviços de fotografia de agências de notícias internacionais, como Reuters e Associated Press), os repórteres se dividiram em áreas temáticas. Alguns ficaram responsáveis por observar o desenvolvimento dos protocolos, por exemplo, enquanto outros cobriram assuntos mais prosaicos, como os figurinos que o presidente e outras personalidades usaram no decorrer do dia. O jornal, que normalmente conta com correspondentes em Brasília, enviou jornalistas adicionais em caráter excepcional. Todas as matérias sobre a posse aparecem assinadas; em alguns casos, três e até quatro repórteres assinam o mesmo texto.

O momento excepcional que a posse demarca pode ser vista no destaque que o jornal concedeu ao evento. Normalmente, o primeiro caderno d'*O Globo* é divido em duas editorias, “O País” e “Rio”, e têm entre 15 e 20 páginas, dependendo do dia. A posse de Lula ocorreu em uma quarta-feira, ou seja, as matérias foram publicadas na quinta – normalmente um dia de menor vendagem. Nesse dia, contudo, o primeiro caderno tem 30 páginas, sendo 23 inteiramente dedicadas à posse de Lula, perfazendo um total de 35 matérias, incluindo a capa do jornal. O fato de *O Globo* misturar as matérias da posse junto com as demais ações ocorridas naquele dia pode parecer um

tratamento menos significativo concedido ao evento, diminuindo seu caráter excepcional. Ainda mais se for levado em conta que, tradicionalmente, *O Globo* nunca se colocou como aliado político de Lula, muito pelo contrário. Mas nesse caso, o destaque que o jornal concedeu ao ritual aparece estampado nas páginas a mais e, especialmente, no perfil discursivo escolhido para narrar os acontecimentos.

É possível perceber desde o início que *O Globo* está mais preocupado em fazer com que o leitor se sinta parte do ritual que está sendo narrado do que propriamente em fornecer furos jornalísticos ou a informação precisa e ascética. Em algumas passagens, há imprecisão e erros de informação. Em uma matéria, por exemplo, o jornal afirma que a “festa da posse” reuniu 100 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. Em outra matéria, afirma que a cerimônia reuniu 150 mil pessoas. Em uma terceira matéria, esse número salta para 200 mil. Ao se referir a celebridades e políticos presentes no evento, o jornal às vezes se equivoca, como na hora de indicar o cargo ou o título de personagens citados. Enquanto em um texto o jornal afirma que um dos convidados, o franco-argentino Luís Favre, é namorado de Marta Suplicy, então prefeita de São Paulo, em outra matéria o convidado se transforma em marido da prefeita. O casal, na verdade, se casou no decorrer de 2003, após a cerimônia de posse.

No lugar de priorizar a informação, o ponto forte da cobertura d’*O Globo* é a história do evento. Aos poucos, o jornal vai construindo uma narrativa rica em detalhes, dividida em três partes: o início, o meio e o fim. As primeiras dez páginas dão conta dos protocolos da cerimônia: 13 matérias, incluindo as vinculadas e a íntegra do discurso oficial, descrevem a assinatura do termo de posse, a transmissão da faixa, de Fernando Henrique Cardoso para Lula, e o discurso presidencial. Após a descrição dos protocolos, é a vez da “festa popular” que se seguiu à posse. De acordo com o jornal, após a realização dos protocolos, a população brasileira *inteira* esteve em estado de graça. Onze matérias espalhadas em cinco páginas são dedicadas à “festa” do povo nas ruas. Além dos textos, o jornal reuniu, em duas páginas, um grupo de nove fotografias legendadas mostrando a felicidade dos “populares” na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. As sete páginas finais descrevem histórias complementares relacionadas à posse e a Lula: políticos internacionais que prestigiaram o evento dão depoimentos sobre o novo presidente, a despedida do agora ex-presidente Fernando Henrique, descrita com detalhes, e o “novo estilo de governar” que Lula deveria implantar a partir de então são algumas das temáticas publicadas ao final da cobertura.

Apesar de o maior número de páginas ser dedicado aos assuntos protocolares, as fotografias e o teor dos textos transformam a posse – um evento formal – em uma grande festa carnavalesca. As fotografias, em particular, reforçam especialmente elementos sensoriais que indicam felicidade, comoção, alegria e entusiasmo²⁹:



(Figura 1, página 1, O Globo de 02/01/2003)

A Figura 1 foi escolhida para figurar no centro da primeira página do jornal. No lugar de reforçar o distanciamento que necessariamente existe entre o presidente, que é líder da nação, e o resto da população, o jornal escolheu, para dar início à sua narrativa, uma fotografia que em nada lembra uma cerimônia sisuda e protocolar: Lula aparece com a faixa presidencial, mas está praticamente mimetizado com o resto da multidão. Ao fundo, uma moça sorri de braços abertos sentada na garupa de um amigo, como se assistisse a um show musical. À direita, um rapaz aparece fotografando o presidente e

²⁹ A qualidade das fotos de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo* presentes na análise é bem diferente. No caso de *O Globo*, o material foi conseguido através da cópia da edição pertencente ao acervo da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro. Como o material não pode sair do local, todas as cópias foram feitas na própria biblioteca, em preto e branco, e não são de boa qualidade. No caso da *Folha de S. Paulo*, a edição foi adquirida através do Banco de Dados do jornal, em arquivo PDF, exatamente da maneira como foram publicados, ou seja, são de excelente qualidade.

segurando uma camisa (vermelha) com o símbolo do PT. Além de presidente, Lula é retratado como um artista. A legenda que acompanha a fotografia reforça, mais uma vez, o tom festivo com o qual o jornal qualifica a cerimônia: “Já empossado e com a faixa presidencial, Lula, em cima do Rolls-Royce oculto pela multidão, é festejado nas ruas e responde a acenos”.

Outras fotografias aparecem com a mesma temática:



(Figura 2, página 13, O Globo de 02/01/2003)



(Figura 3, página 12, O Globo de 02/01/2003)



Refresco

POR CALOR ou por farra, eleitores de Lula, com bonés ou faixas na cabeça, fazem a festa dentro do espelho d'água em frente ao Congresso durante a passagem do Rolls-Royce presidencial

(Figura 4, página 12, O Globo de 02/01/2003)

As Figuras 2, 3 e 4 dividem as páginas 12 e 13 do jornal. Junto com outras seis fotografias, apresentam, como protagonista, a alegria da multidão. Na Figura 2, sorrisos e bandeiras dividem espaço com um cartaz de Lula. Pessoas sorriem, acenam, balançam as bandeiras. Na Figura 3, além de uma multidão lotar o pátio em frente à Praça dos Três Poderes, duas pessoas escalam o mastro do Supremo Tribunal Federal – símbolo máximo da lei e da ordem. Uma delas segura uma bandeira do Partido dos Trabalhadores. Este ato seria inaceitável se ocorresse em dias “normais”, mas é absolutamente permitido pela sociedade e pela mídia por se tratar de um momento excepcional, rodeado de alegrias e celebrações que envolvem todo o grupo social. A Figura 4 celebra a alegria do povo em festa.

Até a realização dos protocolos é retratada de forma a valorizar o tom alegre que, de acordo com o jornal, permeou a cerimônia:



(Figura 5, página 5, *O Globo* de 02/01/2003)

A matéria que a Figura 5 acompanha descreve o clímax da cerimônia: a transmissão da faixa presidencial. No lugar de mostrar uma foto literal, retratando a entrega da faixa a Lula, o jornal optou por uma imagem celebratória: Lula, Fernando Henrique e alguns personagens não identificados aparecem sorridentes, de braços erguidos e mãos dadas, mostrando que até o ato mais protocolar da cerimônia tem seus momentos de descontração.

3.1.1 Considerações sobre a primeira página de *O Globo*

Vitrine e espelho do jornal, a primeira página deve servir tanto para seduzir o leitor e convidá-lo a explorar as demais páginas quanto para fazer um resumo dos principais assuntos que serão tratados. No dia posterior à posse, portanto, não é de se estranhar que Lula e a cerimônia configurem o assunto principal. Para mostrar os principais aspectos do evento, *O Globo* acabou por hierarquizar as três características essenciais que permearam o acontecimento, em termos simbólicos e políticos: a passagem da faixa presidencial, o caráter genuinamente popular da cerimônia e as principais ações protocolares:



(Figura 6 e Figura 7, página 1, O Globo de 02/01/2003)

A primeira metade da página, que compreende o espaço mais valorizado, descreve, através de fotos, a transmissão da faixa presidencial e, por meio da manchete, a presença do povo. Logo abaixo da logomarca do jornal, três fotos explicitam os principais momentos da troca de faixa, o momento de maior peso simbólico do evento. No centro da página, uma foto em que Lula é carregado por uma multidão, demonstrando a forte aproximação popular do novo presidente, e a manchete: “Povo segue Lula e testemunha seu compromisso por mudanças”. A manchete, aliás, oferece o aperitivo de boa parte do que será degustado mais à frente: a importância do povo na conquista de Lula. Um texto de duas colunas acompanha a foto central e discorre sobre

a grande presença popular, a felicidade do presidente e o seu esforço em repetir que seu governo será totalmente diferente dos anteriores.

Na parte inferior da capa, normalmente dedicada a assuntos importantes, mas sem o peso do que é posto na metade superior e no centro, fotos ilustrando o desfile de Lula feito em carro aberto e a subida na rampa do Palácio do Planalto, ao lado do vice-presidente, José Alencar. Às ações protocolares da posse, também realizadas por outros presidentes na mesma situação, foi dedicada apenas a parte final da primeira página, e sem direito a texto explicativo. E mesmo esta região ainda conta com uma charge feita pelo chargista Chico que acentua não os protocolos, mas o povo. Ele desenhou um mapa do Brasil com Lula e dona Marisa, a primeira-dama, rodeados por várias pessoas sorridentes, aparentemente em festa. Embaixo, uma única frase: “No flagrante, o Brasil toma posse de si mesmo”.

3.2 Padrões gerais da cobertura da posse na Folha de S. Paulo

A *Folha de S. Paulo* adotou uma maneira bem diferente, quando comparada a *O Globo*, para narrar os acontecimentos do dia. No lugar de destacar o caráter popular e a informalidade, a *Folha* adotou um discurso pautado na seriedade e na formalidade. Como características principais, os textos apresentam um teor bastante descritivo e o destaque vai para as ações protocolares do ritual. O caráter popular do evento, que em *O Globo* permeou toda a narrativa, aparece apenas para complementar os protocolos, não constituindo o assunto principal. Mais do que mostrar que a ascensão de Lula seria o retrato do povo no poder, a *Folha* parece estar preocupada em expor a importância política e simbólica do evento. O teor dos textos acompanha essa aparente preocupação com a seriedade: em geral são sucintos. Percebe-se o esforço dos jornalistas em tentar interferir o mínimo possível na descrição das informações.

Diferentemente d`*O Globo*, a *Folha* publicou um caderno especial todo dedicado à posse. Dezesseis páginas descrevem protocolos, analisam como o governo deverá agir nos próximos dias e ilustram, com dezenas de fotografias coloridas, as diversas fases do evento. Ao todo, o jornal publicou 48 matérias no caderno especial, divididas em três categorias. As primeiras 12 páginas descrevem o ritual de posse em si e têm Lula como protagonista. A maior parte das matérias trata dos eventos diretamente relacionados ao ritual em si, como a passagem da faixa e a apresentação das Forças Armadas. Duas dessas páginas destacam o caráter popular da festa. Como fez *O Globo*, a *Folha* reuniu fotos do povo nas ruas de Brasília para mostrar a alegria dos “populares”. Essas duas páginas – oito e nove – são as únicas que concedem espaço ao povo de forma expressiva. A página 13 é dedicada à íntegra do discurso presidencial.

Por fim, as três últimas páginas destacam eventos que se relacionam ao ritual protagonizado por Lula, mas que não têm o presidente como foco. Descrevem em linhas gerais como as posses governamentais ocorreram, dando destaque aos governos de São Paulo e Rio de Janeiro (o Dia da Posse presidencial, no Brasil, acontece no mesmo dia que as posses dos governadores), e como ocorreu a despedida do agora ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A página 16, que fecha o caderno especial, é toda dedicada às ações de Fernando Henrique ao deixar o posto de chefe da nação. Das 48 matérias que preenchem todo o caderno, 16 estão reunidas nas três últimas páginas, ou seja, cerca

de 33% do total não focam especificamente o novo presidente da República. A página 14, que trata das posses governamentais, concentra dez matérias, o maior agrupamento de textos de toda a edição.

Em termos profissionais, a *Folha* concentra o maior número de repórteres na sede da empresa, que fica na cidade de São Paulo, mas mantém sucursais espalhadas pelo País, como Rio de Janeiro, Recife e Brasília. Para cobrir a posse, o jornal dividiu as atividades entre a sede e as sucursais, e ainda enviou alguns profissionais da sede para Brasília. Algumas matérias aparecem assinadas e outras com indicação da sucursal que produziu o texto. Trata-se de um procedimento utilizado também no dia-a-dia do jornal, o que confere uma dose de independência e individualidade aos profissionais que atuam fora da sede. Boa parte dos textos foi produzida em equipe, muitos com atuação conjunta das sucursais e da sede.

Como já foi apontado, o grande destaque do caderno vai para as ações protocolares do Dia da Posse. As sete primeiras páginas descrevem cronologicamente o desenvolvimento do ritual. Sem usar texto corrido, a página dois faz um grande resumo dos eventos por meio de fotos e tabelas históricas. A posse de Lula é vista como uma continuidade do processo democrático: uma tabela faz uma extensa lista com os nomes de todas as personalidades que presidiram o Brasil. Uma fotografia de Lula, evidentemente, finaliza a lista. Junto com ela, algumas fotos demarcam os principais eventos do dia na visão do jornal. Para abrir³⁰ a página, todavia, foi escolhida uma fotografia que aparentemente destaca um evento que foge do protocolo:

³⁰ “Abrir a página”, na linguagem jornalística, significa que uma reportagem, matéria ou fotografia aparece na parte superior da página, ou seja, constitui a informação mais importante.



(Figura 8, página 2, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

A imagem retrata o momento em que, de acordo com a legenda explicativa, o professor Pedro Ângelo da Silva de Lima “fura o bloqueio para tirar foto com Lula, agarra o ainda presidente eleito e o puxa para baixo”. Trata-se, pois, de uma quebra de protocolo de caráter popular: um fã declarado do novo presidente interfere na realização do desfile em carro aberto. As demais informações contidas na imagem, contudo, reafirmam o caráter protocolar do momento. Os seguranças ao redor do presidente, o vice-presidente compondo a cena, os cavalos pertencentes à guarda presidencial que aparecem em segundo plano, a comitiva de carros que vêm logo atrás do Rolls-Royce presidencial e a população acompanhando o trajeto de forma periférica atestam que não se trata de uma cena popular. O professor, na verdade, está atrapalhando a plena realização das ações ritualísticas. Ele está, nas palavras do jornal, “furando o bloqueio”, ou seja, trata-se de uma ação externa, que não deveria compor o cenário descrito. Além disso, as outras seis fotografias presentes no restante na página dão conta, exclusivamente, de momentos protocolares. Alguns exemplos seguem abaixo:



(Figura 9, página 2, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)



(Figura 10, página 2, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

A Figura 9 aparece no centro da página dois e “corrigé” o primeiro protocolo do ritual de posse que a foto anterior já começa a descrever: o desfile em carro aberto. O presidente e o vice aparecem em destaque no centro acenando para todos, rodeados porseguranças. Nos planos periféricos, os espectadores da cerimônia: o povo assiste na parte de trás da foto e a imprensa na frente, em primeiro plano. As câmeras da imprensa

aparecem com nitidez, ao passo que o povo aparece embaçado, como se formasse um todo homogêneo. Na Figura 10, uma ação simbolicamente expressiva: Lula já aparece usando a faixa presidencial de mãos dadas com Fernando Henrique. Ambos estão sorridentes e sintetizam, assim, a aceitação às regras do ritual. Junto com essa duas fotografias, a *Folha* ilustrou a página dois com imagens do presidente e do vice descendo a rampa do Palácio do Planalto e com Lula passando em revista os militares. Além das imagens dessa página, muitas outras ao longo da edição dão destaque às ações estritamente simbólicas. A imagem que segue, por exemplo, abriu a página três:



(Figura 11, página 3, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

A Figura 11 ocupa quase metade da página do jornal e ilustra uma ação eminentemente simbólica e protocolar: o presidente já empossado desfila em frente a representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. É interessante observar que a matéria publicada nessa página em nenhum momento cita a passagem em revista que a imagem exibe. O tema central do texto dá conta da multidão que esteve presente na cerimônia. Há diversas fotografias que auxiliam a matéria e explicitam, por exemplo, a multidão ao redor do carro presidencial, mas nenhuma tão grande e com tanto destaque. A principal fotografia da página, assim, não tem relação com o tema dos textos, mas é o elemento que mais chama atenção. Um protocolo secundário – hierarquicamente ele é

menos importante que outros, como a passagem da faixa presidencial – suplanta a importância da multidão que toma as ruas.

Além das fotos, o teor dos textos reforça a importância do caráter protocolar. Como já foi apontado, a grande maioria das matérias praticamente não utiliza recursos literários, como figuras de linguagem, e os textos são bastante descritivos. Com isso, a seriedade discursiva que se percebe nas matérias acompanha a importância política do evento, pois a realização dos protocolos presidenciais é visto como um elemento sério e fundamental para a democracia brasileira. Das 48 matérias, apenas três adquirem um tom mais informal. Duas se relacionam à felicidade de Lula por ter chegado à presidência e a terceira descreve especificamente as diversas quebras de protocolo que ocorreram durante o dia. Nos três casos, contudo, os textos não foram redigidos por repórteres comuns, mas por outra categoria de profissional. Dois dos textos foram feitos pela colunista Danuza Leão, que foi enviada especialmente para narrar o evento a partir de suas impressões, ao passo que o terceiro texto foi excepcionalmente escrito por Nelson de Sá, o então editor da Ilustrada, o caderno cultural da *Folha de S. Paulo*. Compreensivelmente, essas matérias adquirem um tom mais autoral e menos descritivo, elaboradas sobretudo a partir das impressões que os dois profissionais criaram do evento. Essas e outras matérias serão analisadas mais adiante.

3.2.1 Considerações sobre as primeiras páginas da *Folha de S. Paulo*

A cobertura do ritual de posse na *Folha* utilizou duas capas: a primeira página do jornal e a primeira página do caderno especial. Em ambos os casos, naturalmente, a cerimônia de posse é o assunto principal. A capa do jornal privilegiou os protocolos tanto nas fotografias quanto nos textos:

FOLHA DE S.PAULO

São Paulo, quinta-feira, 2 de janeiro de 2003

"Você tem um amigo aqui", declara FHC, na transmissão da faixa; cerca de 150 mil pessoas compareceram à posse

Lula assume Presidência e pede 'controle das ansiedades sociais'



A posse. O presidente Lula e a primeira-dama Marisa, vestida de chifles de Rolls-Royce pelo Capitão dos Altimeters, saúpa à posse

Governo quer propor ao FMI a adoção de 'meta social'

O governo IT está propondo ao Fundo Monetário Internacional que sejam criados indicadores sociais para o Brasil. A medida é sugerida por Luiz Inácio Lula da Silva, que, em seu discurso de posse, defendeu uma "meta social".

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de lei

que obrigue os países

do FMI a adotar

metas sociais

de desenvolvimento.

O novo governo tentará

criar um projeto de



A SAUDAÇÃO O presidente Lula e a primeira-dama Marisa Letícia desfilam de Rolls-Royce pela Esplanada dos Ministérios após a posse

(Figura 13, página 1, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

A manchete que acompanha a fotografia afirma que “Lula assume Presidência e pede ‘controle das ansiedades sociais’”. Enquanto a manchete reforça a verdadeira razão de existir da posse – uma pessoa “assumir a Presidência” –, a fotografia coloca em primeiro plano a personagem Lula. Mas, aqui, Lula encarna seu papel de presidente, o que fica atestado principalmente por causa da faixa presidencial que ele carrega no corpo. É o presidente como instituição política que desfila em carro aberto e acena para a multidão. Essa multidão, por sua vez, aparece, como em diversas outras imagens da *Folha*, embaçada e em segundo plano.

Na segunda parte da capa, destaque para a transmissão da faixa presidencial:



A FAIXA Lula segura os óculos de FHC, que haviam caído, durante a transmissão da faixa presidencial

(Figura 14, página 1, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

E, por fim, a parte inferior da primeira página destaca o caráter popular da posse. Ao lado de questões exteriores ao evento, como o índice de notícias do jornal e uma pequena tabela com informações meteorológicas relacionadas a São Paulo, a seguinte foto concede importância à população que votou em Lula:



A FESTA Militantes com bandeiras comemoram a posse no espelho d'água do Congresso

(Figura 15, página 1, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

Na parte inferior da capa, a *Folha* selecionou uma imagem que constrói uma cena popular parecida com a que *O Globo* construiu durante toda a sua narrativa: a carnavalização do momento protocolar. As pessoas estão alegres, acenando bandeiras e quebrando protocolos, por exemplo, ao invadir o espelho d'água do Congresso Nacional. O único texto que acompanha a foto é a sua legenda – “A festa: Militantes com bandeiras comemoram a posse no espelho d'água do Congresso” –, que é bastante literal à imagem.

Já a capa do caderno especial referente à posse conta com apenas uma grande imagem e um texto logo abaixo, que resume alguns pontos do evento que serão descritos mais à frente:



Lula assume a Presidência e prega 'mudança sem atropelo'

Informalidade marca cerimônia de posse em Brasília, acompanhada por cerca de 150 mil pessoas

Markada pela informalidade, por quebra de protocolo e por pequenas incertezas, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, 57, como 30º presidente da República, no dia 1º de janeiro, na capital federal, foi uma das históricas cerimônias de abertura do governo brasileiro. Mais de 150 mil pessoas ocuparam as ruas da capital do país, segundo autoridades de segurança. Nascido de Fernando Collor, em 1990, havia cerca de 20 mil pessoas na cerimônia de posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

O novo presidente desceu de avião para cumprir a agenda oficial nos palácios (do Congresso e do Planalto), mas não saiu de avião a bordo do Bellú-Royce sem capota ou quando subiu a rampa. O presidente discursou duas vezes, para o volante, em ambas, os temas históricos do PT, como o combate à fome, que "comprei minha [base]", conforme anuncia no Discurso, já como futuro presidente eleito.

No Congresso, Lula enfatizou que fará dia 1 para fazer a mudança, mas leva sempre o cuidado de evitar expectativas excessivas de alterações estruturais. Ele se mostrou disposto a rediscutir o projeto de reforma tributária, mas afirmou que a sociedade tem que se posicionar sobre a medida antes de se comprometer com ela.

A festa marcou assim como plenário da Câmara dos Deputados, que Lula recebeu o título de "O Rei da Lula-Lula". No discurso, o presidente da república, ao lado de seu vice, José Alencar, pregou a "mudança sem atropelo", reafirmou seu discurso para a América, do auge do Partidão, foi imprevisível. Nde, Lula pediu: "Me ajudem a governar, porque a responsabilidade é grande minha".

Há de se lembrar que fez o que fez e pediu que o brasileiro continue a confiar no país.

(Figura 16, capa do especial, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

A manchete e a fotografia reforçam, mais uma vez, o caráter protocolar da posse. O título – “Lula assume a Presidência e prega ‘mudança sem atropelo’” – segue a mesma estrutura que a manchete da capa do jornal – “Lula assume Presidência e pede ‘controle das ansiedades sociais’”. O presidente é colocado como sujeito das ações e a sua posição de chefe da nação suplanta todas as demais funções. A matéria, ao contrário, destaca no lead os eventos exteriores ao ritual, como a informalidade, as quebras de protocolos e alguns incidentes ocorridos durante o evento. Mas a maior parte do texto faz uma descrição do que será tratado nas páginas seguintes, como o discurso de Lula no Congresso e a despedida de Fernando Henrique do Palácio do Planalto. Por fim, a fotografia destaca claramente um dos elementos protocolares mais importantes do ritual de posse: a alternância de poder. Em primeiro plano, de costas, Fernando Henrique aparece ainda com a faixa presidencial enquanto Lula e o vice José Alencar se dirigem a ele, subindo a rampa do Palácio do Planalto. Nas laterais, a Guarda Nacional confere segurança e tradição ao momento. Em último plano, embaçada e com menos destaque, está a população aplaudindo e saudando a transmissão democrática de poder. Trata-se, por assim dizer, da imagem-símbolo referente à cobertura que a *Folha* construiu em torno da posse de Lula.

3.3 Ritual e alternância de poder em *O Globo*

O principal objetivo da cerimônia de posse na democracia representativa é demarcar oficialmente a alternância de poder. Coerentemente com isso, essa é a temática protocolar mais tratada nas matérias de *O Globo*. Como características principais, o jornal conferiu às matérias um caráter histórico, popular e consensual do evento. O primeiro texto que o jornal elaborou, logo na capa, se refere prioritariamente a essas questões:

Mais de 40 anos depois de um presidente eleito pelo voto passar a faixa a um sucessor eleito também pelo voto popular, Luís Inácio Lula da Silva tomou posse ontem como presidente da República do Brasil numa cerimônia marcada pela presença do povo nas ruas de Brasília. A promessa de mudanças e o apelo à conciliação nacional para superar os problemas sociais e fazer o país voltar a crescer deram o tom do discurso da posse no Congresso. (página 2, *O Globo*, 02/01/2003)

A prioridade temática do parágrafo é o recebimento da faixa presidencial pelo novo presidente, que é citada logo na primeira frase. O texto abarca, contudo, outros elementos como o caráter popular do evento, visto que faz questão de enfatizar a presença da população nas ruas, a importância histórica do momento, na medida em que reforça uma novidade protocolar depois de mais de 40 anos, o tom esperançoso de um novo recomeço pautado por mudanças e a “conciliação nacional”, ou seja, o consenso sócio-político.

A fotografia da capa do jornal que ilustra a passagem da faixa concretiza a cordialidade entre perdedor e vencedor: Lula e Fernando Henrique estão abraçados e sorridentes, um encarando o outro, mas de uma forma aparentemente bastante amigável:



(Figura 17, página 1, O Globo de 02/01/2003)

A cordialidade que rege a passagem de poder foi compreendida e descrita pelo jornal, que continua reforçando o seu caráter histórico. Mas a história, aqui, é entendida não como um processo regido pela continuidade, mas como algo diferente, singular. Esse tratamento excepcional que a transmissão de poder recebe por parte do jornal reforça o momento liminar descrito por Turner (1974) relativo ao ritual como um todo, pois o momento incentiva a modificação do comportamento social e, também, demarca a transição simbólica de poder. Muitas matérias qualificam os vários momentos da cerimônia como históricos, desde a euforia com que a população recebeu o presidente até a emoção da totalidade dos políticos. No caso da passagem da faixa, o repórter fez a constatação no início de uma vinculada:

A imagem certamente vai entrar para a História. O abraço dado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no recém-empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no alto da rampa do Palácio do Planalto, foi o apogeu do processo de transição entre os dois governos. (página 5, O Globo, 02/01/2003)

O reforço aos preceitos democráticos e o seu caráter “sagrado” aparecem no decorrer da narrativa, especialmente quando o jornal descreve a realização dos protocolos. O cuidado em mostrar que a cerimônia representa o mais alto grau de desenvolvimento democrático aparece em vários momentos, como na passagem acima. O jornal transmite a idéia de que a democracia acontece essencialmente quando ocorre a “transição” entre os dois governos, todavia, percebe-se mais espaço jornalístico concedido ao momento da troca de faixa – um ato simbólico – do que durante a assinatura do termo de posse – um ato concreto que realmente transforma Lula em

presidente. O jornal dispôs lado a lado as matérias sobre a assinatura do termo de posse e a transmissão da faixa presidencial. Na página 4, uma matéria e três vinculadas narram a assinatura do documento de posse. Na página 5, uma principal e quatro vinculadas reportam a troca da faixa. Apesar de dividirem o mesmo espaço, sabe-se que em jornal, as páginas ímpares são mais valorizadas que as pares, pois chamam mais atenção para leitura. Além disso, as matérias referentes à assinatura ficaram espremidas ao lado de uma coluna de opinião que utiliza integralmente a lateral esquerda da página e duas colunas, ao passo que as matérias sobre a troca de faixa cobrem a página inteira. Nesse caso, o ato simbólico é mais importante que a ação contratual.

No caso da matéria que descreve a troca da faixa residencial, nessa posse o jornal pôde contar com um ingrediente inédito: o agora ex-presidente eleito pelo povo entrega a faixa ao novo presidente eleito pelo voto direto:

Emocionados, Lula e FH se atrapalham com a faixa

O clima de emoção e a quebra de todas as regras do protocolo marcaram ontem a passagem da faixa presidencial de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva e a posse dos novos ministros. Com passos lentos e um largo sorriso, Lula subiu a rampa do Palácio do Planalto pela primeira vez sem disfarçar a emoção de estar realizando um sonho cultivado durante 13 anos. Do alto da rampa, Fernando Henrique o esperava de braços abertos. Lula mal conseguiu falar e abraçou carinhosamente o antecessor. Logo atrás, também emocionado, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, caminhava lentamente, observando cada detalhe do momento histórico. (página 5, O Globo, 02/01/2003)

O título da matéria principal que descreve a troca de faixa não fornece de forma seca e direta a transmissão simbólica de poder. O jornal opta por narrativizar ao máximo as informações, de forma a passar não apenas dados, mas sentimentos: antes de tudo, o jornal reforça que ambos estão “emocionados” com o momento, a ponto de Fernando Henrique cometer deslizes e “se atrapalhar” durante a realização do protocolo mais importante da cerimônia.

Fernando Henrique é descrito de forma peculiar: apesar de estar entregando um poder que por oito anos foi dele, aparece sempre sorridente, compartilhando a emoção

que toma conta de Lula. A transmissão da faixa, ocorrida de um modo bastante civilizado, simboliza uma conciliação, não obstante temporária, entre os dois maiores grupos políticos do país, que em condições normais, não-regidas por um momento excepcional, são antagônicos. O apagamento da disputa é explícito: o político derrotado corrobora com a alegria e emoção do vencedor. No decorrer do texto de página inteira (a transmissão da faixa recebeu uma matéria principal e quatro vinculadas), o texto descreve o nervosismo de Fernando Henrique, mostrando que ele é acima de tudo humano, e a dignidade de Lula:

Minutos depois, no Parlatório, Fernando Henrique passou a faixa presidencial que usou por oito anos ao sucessor, diante de uma multidão que lotava a Praça dos Três Poderes. Sem esconder o nervosismo, Fernando Henrique deixou cair os óculos ao tirar a faixa e entregá-la a Lula. O novo presidente, então, se abaixou para pegar os óculos do amigo, que os colocou no bolso esquerdo do paletó. Por pouco a faixa também não caiu. Já com a faixa no peito, Lula disse que estava muito feliz.

– A emoção é do tamanho da responsabilidade do cargo. Estou muito feliz – disse. (página 2, O Globo, 02/01/2003)

No lugar de rivais políticos, o ex-presidente e o presidente se transformam em amigos. As matérias constroem uma relação excessivamente cordial entre Lula e Fernando Henrique. Uma construção que ganha ares míticos, dado que os dois foram adversários políticos nas duas campanhas que elegeram Fernando Henrique e opositores indiretos nessa eleição que sagrou Lula vencedor³¹. Seu maior opositor na ocasião, José Serra, é até hoje colega de partido de Fernando Henrique, pelo PSDB, e teve apoio do então presidente durante toda a campanha eleitoral. Mas no dia em questão, o jornal constrói uma relação entre os dois que, para o leitor, perdura a sensação de que são amigos de longa data. Muitas vezes, o texto contém tantos elementos discursivos, como figuras de linguagens, adjetivos e até gírias, que sobra um espaço reduzido para a informação em si:

³¹ Sabe-se que Lula e Fernando Henrique foram mais próximos no passado, pois atuaram juntos em favor da redemocratização, na década de 1980. Após esse movimento, entretanto, trilharam caminhos diferentes, o que pode ser visto principalmente pelos partidos políticos que integram.

No Planalto, parecia que a elegância gestual ia prevalecer: Fernando Henrique recebeu o presidente empossado de braços abertos, com um jeitão de “você por aqui?”. Mas, no Parlatório, a passagem de faixa parecia homenagem a Chaplin, em tempos de estréia de “O grande ditador” (se bem que um pastelão coroado com a festa da democracia, para usar outra expressão campeã de audiência, capaz de rivalizar com “momento histórico”). Gesto esperto de Fernando Henrique foram as mãos dadas, braços altos, capitalizando a vitória pessoal, no momento lindo da transição. (página 16, *O Globo*, 02/01/2003)

O objetivo do parágrafo é relatar que enquanto no alto do Palácio do Planalto houve conciliação e amizade entre Fernando Henrique e Lula, o mesmo não ocorreu quando os dois estavam no Parlatório. Ali, eles se comportaram de maneira mais formal. Mas o jornal não se contenta em descrever essa aparente contradição; ele quer que o leitor sinta os dois ambientes relatados. Para isso, há no texto um discurso bastante informal que se aproxima da linguagem oral e, por conseguinte, do leitor. “Jeitão de ‘você por aqui?’”, “pastelão”, “gesto esperto” e a comparação curiosa entre o ritual de posse e o filme de Charles Chaplin conferem despojamento ao texto e realçam, assim, variadas sensações.

Diversos textos que tratam da alternância de poder em *O Globo* utilizam marcas do discurso sensacionalista para seduzir o leitor. Apesar de ser considerado um jornalismo “ruim” e de mau-gosto, em contraposição ao jornalismo “objetivo”, o jornalismo sensacionalista acompanha as origens da imprensa no Ocidente (Angriman, 1995) e aparece, com freqüência, no texto jornalístico de caráter narrativo descrito por Schudson (1978). Em linhas gerais, o discurso sensacionalista apela para a emoção do leitor, baseia-se normalmente em acontecimentos do cotidiano e utiliza elementos estruturais que visam a suscitar sensações no leitor. Essa reação pode ser tanto dramática quanto irônica, ou vir carregada de humor ou terror. O sensacionalismo é uma estratégia discursiva utilizada para chamar a atenção do leitor e prendê-lo na leitura não apenas em jornais ditos sensacionalistas, mas também na literatura tradicional e mesmo na poesia. Sua linguagem aparece em tom melodramático, tem forte apelo popular e é carregada de marcas da linguagem oral (Enne, 2006).

O tom melodramático aparece em diversas passagens, como na que descreve a saída de Fernando Henrique de Brasília, após a transmissão da faixa presidencial:

Emoção e lágrimas marcaram a despedida do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de Brasília. Pouco antes de embarcar na Base Aérea para São Paulo, ele recebeu homenagens de integrantes do PSDB e de ex-ministros. No momento em que se despediu de assessores mais próximos, o ex-presidente e sua família choraram. Fernando Henrique confidenciou que também quase chegou às lágrimas no momento de passar a faixa para Luiz Inácio Lula da Silva.

– Fiquei muito emocionado quando dei um abraço no Lula. Nós dois praticamente choramos e ele me disse “você tem um amigo aqui” – contou. (página 17, O Globo, 02/01/2003)

O uso do excesso no discurso e a tentativa de evocar sentimentos que levam às lágrimas são duas das principais características do melodrama (BALTAR, 2006). O melodrama tem um eficiente poder pedagógico, ou seja, transforma a notícia em um produto de fácil compreensão para qualquer público, e procura, acima de tudo, aproximar o discurso do receptor. No jornalismo, o melodrama apresenta os fatos a partir das individualidades (AMARAL, 2007), transformando-os em informações de interesse geral. Como em um *fait-divers* onde o melodrama é comumente utilizado, a individualidade narrada seduz o leitor em função da identificação que há entre ele e o ambiente (um bairro conhecido, um restaurante famoso etc.), a personagem ou outro elemento importante da história. No caso da cerimônia de posse, em princípio não existe identificação direta entre Fernando Henrique e o leitor comum. Essa identificação, então, é criada pelo jornal a partir da utilização do melodrama no texto. Qualquer pessoa chora em despedidas e ao receber homenagens, como aconteceu com Fernando Henrique. As frases ditas por ele ao final da citação – “Fiquei muito emocionado quando dei um abraço no Lula. Nós dois praticamente choramos e ele me disse ‘você tem um amigo aqui’” – não contêm informação nova; trata-se, sobretudo, de uma estratégia de sedução discursiva.

3.4 Ritual e alternância de poder na Folha de S. Paulo

A principal característica dos textos referentes à posse de Lula publicados na *Folha* é o caráter descriptivo, resultado do esforço do jornal em tentar transmitir as informações cruas e “objetivas”. As matérias que focam a alternância de poder, sobretudo, apresentam a descrição mesmo quando tratam de informações mais próximas do sensacionalismo, como a emoção que Lula sentiu ao receber a faixa presidencial e se dirigir pela primeira vez à multidão. Como forma de se distanciar dos fatos e das personagens narradas, ou seja, para escrever de forma imparcial, a *Folha* procura se distanciar dos fatos narrados; age como se assistisse a tudo apenas como observadora, não como agente do processo. De acordo com Campbell, trata-se de uma estratégia que se apropria de um “ponto de vista onisciente da terceira pessoa em seus escritos a fim de fortificar seu distanciamento e enfatizar sua superioridade”. (CAMPBELL, 1991:9).

A matéria principal da página sete, que relata o discurso oficial que Lula proferiu após a transmissão da faixa presidencial começa narrando emoção, mas de uma maneira bastante formal:

`Sou o sonho de uma geração`, afirma Lula

Ao contrário do protocolar discurso do Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi emocional ao se dirigir à multidão do Parlatório do Planalto.

Em sua fala, Lula fez uma referência aos antigos petistas e não-petistas mortos: "Não sou resultado de uma eleição, sou resultado de uma história, sou o sonho de uma geração e de gerações que vieram antes da minha", disse, lembrando os "companheiros que morreram pela democracia e pelas liberdades". (página 7, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

Para mostrar que Lula não apenas discursou em frente à multidão, mas se emocionou, a *Folha* relata, simplesmente, que o presidente “foi emocional ao se dirigir à multidão”. Não há descrição de pormenores, adjetivos ou qualquer elemento que incentivasse o envolvimento do leitor com o fato. Para dar um caráter ainda mais impessoal, o jornal utiliza o discurso direto do presidente a todo momento, a exemplo

do que pode ser visto no título, numa tentativa de se distanciar do que está sendo contado. Ao escrever que Lula configura o “sonho de uma geração”, o jornal afirma por meio de metáforas – Lula se transforma em um sonho – que o presidente representa a esperança e o recomeço demarcados pelo ritual. Todavia, como a afirmação aparece entre aspas, a *Folha* mantém a formalidade mesmo tratando de um assunto sensacional e próximo dos leitores. De acordo com Tuchman (1999), o uso do discurso direto é um instrumento de distanciamento que o repórter utiliza como “prova suplementar” da sua aparente imparcialidade no julgamento e na interpretação dos acontecimentos narrados. Quanto mais citações o texto tiver, maior é a impressão de que o repórter excluiu suas opiniões pessoais.

O distanciamento que a *Folha* tenta construir em relação aos acontecimentos também pode ser observado na descrição do o ritual de transmissão da faixa presidencial. Ele não foi detalhadamente descrito, ao contrário do que fez *O Globo*. No lugar de usar o discurso escrito, o jornal colocou de forma destacada três fotografias que mostram as principais etapas da ação:



(Figura 18, página 7, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

O clímax protocolar da cerimônia de posse – a passagem da faixa presidencial – não aparece textualmente nessa página. Na verdade, o momento é descrito no meio de uma matéria na página três, sem tanto destaque. Mas o tema recebe atenção significativa em imagens, como se elas transmitissem a informação à revelia do jornalista, que apenas assistiria a tudo. As três fotografias reunidas na imagem Folha9 dão conta do início, do meio e do fim do protocolo. Na primeira foto, Fernando Henrique acabara de tirar a faixa do corpo, como a legenda descreve. A fotografia do meio apresenta a primeira parte da transmissão da faixa e, por último, Fernando Henrique finaliza a transmissão. O jornal chega a destacar a quebra de protocolo protagonizada pelo agora ex-presidente, que sem querer deixa os óculos caírem ao retirar a faixa do corpo. Mas o grande destaque vai mesmo para a ação protocolar. A maneira como a *Folha* tratou a transmissão da faixa é uma das maiores diferenciações em relação à cobertura de *O Globo*. Enquanto a *Folha* se prende a uma seqüência de ações isoladas, de maneira estritamente descritiva, *O Globo* enfoca o episódio de maneira grandemente interpretativa, como se a quebra de protocolo, por exemplo, constituísse uma confusão provocada pelo excesso de emoção que caracterizava a cerimônia.

A *Folha* não deixa de narrar os fatos menos formais, mas faz o possível para dar independência à informação. No meio da matéria que destaca a posse, o texto relata um momento marcado pelas lágrimas e pela emoção:

Se faltavam as tão esperadas lágrimas no dia da posse de Lula, elas vieram só a minutos da descida da rampa do Palácio do Planalto e do fim das cerimônias. Foi quando o presidente se deparou com Roseana Garcia, viúva do prefeito assassinado de Campinas, o Toninho.

Lula parou, no meio do empurra-empurra depois do discurso, e mandou os seguranças abrirem caminho: “Abram! Quero abraçar esta mulher aqui”. E abraçou longamente Roseana, que chorava. Depois, o presidente enxugou o rosto com um lenço – gesto que repetiu várias vezes no Planalto – e seguiu para descer a rampa com a mulher, Marisa. (página 7, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

O trecho contém certa dose de informalidade – como a descrição do “empurra-empurra” – e um tom melodramático – “abraçou longamente Roseana, que chorava” – que se aproximam do sensacional. Mas mesmo esse relato tem um forte caráter descriptivo e não há lugar para o repórter se colocar na narrativa, como ocorre em *O Globo*. Além disso, o trecho localiza-se no meio da matéria, fragmentado entre uma série de outras informações.

De maneira geral, os textos relacionados à alternância de poder da *Folha* procuram impor a mesma seriedade que o evento protocolar exige. Veja-se, por exemplo, o longo trecho que relata a transmissão da faixa, na página três:

Lula gastou exatos 35 segundos para realizar seu projeto de 13 anos de subir a rampa do Planalto. Acompanhado de Alencar, iniciou a subida exatamente às 17h. Antes, ficou 55 segundos parado ao pé da rampa, ajeitando o paletó. Na subida, sorriu e acenou para jornalistas.

No topo da rampa, encontrou Fernando Henrique Cardoso, sua mulher, Ruth, e a nova primeira-dama, Marisa. Também estava presente o ex-vice-presidente Marco Maciel. O presidente deu um abraço em FHC e ambos se encaminharam ao Parlatório.

Na hora da transmissão da faixa, houve um incidente. Os óculos de FHC caíram quando ele retirava a faixa presidencial. Lula abaixou-se para pegá-los.

Em seguida, o hino nacional foi tocado. No Parlatório, ao lado de Lula e FHC, havia uma intérprete de sinais para surdos, que "transmitiu" o hino simultaneamente. O presidente do Uruguai, Jorge Battle, assobiou o hino durante a execução.

Terminado o hino, Lula acenou para autoridades internacionais localizadas em uma área restrita ao lado do Parlatório. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, respondeu ao aceno juntando as duas mãos em posição de prece. Na saída do Parlatório, o locutor oficial anunciou que FHC estava deixando o Planalto para retornar a São Paulo. Uma salva de palmas das pessoas que estavam na praça dos Três Poderes saudou a informação. (página 3, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

A descrição da ação ritual aparece tão cheia de detalhes que é possível saber até o tempo que Lula gastou arrumando o paletó antes de subir a rampa do Palácio do Planalto. O momento em que o protocolo é quebrado, quando os óculos de Fernando Henrique caem, o jornal qualifica apenas como um “incidente” e retorna rapidamente à descrição do ato, como se a saída repentina do protocolo não chegassem a desviar a

atenção do que seria a informação principal. Essa forma seria de tratar o evento e de priorizar as ações protocolares acaba, em última análise, concedendo legitimidade ao momento protocolar e, por tabela, às ações que reforçam a democracia representativa. A alternância de poder é mais importante para o conhecimento público do que qualquer informação adicional que possa desviar a atenção.

3.5 Ritual e mandato representativo em *O Globo*

O princípio representativo atua de acordo com uma dupla lógica no sistema presidencialista: o presidente representa a nação como um todo e os parlamentares representam interesses de grupos particulares, ou seja, de pequenas parcelas do grupo social. O Congresso Nacional brasileiro é formado pela Câmara de Deputados e pelo Senado Federal, cujos parlamentares representam interesses particulares e, usualmente, opostos entre si. Trata-se, por definição, de um ambiente de conflito. O Dia da Posse presidencial, entretanto, caracteriza-se por incentivar a suspensão do confronto cotidiano que forma essa esfera de poder político no Brasil. A realização dos protocolos que dramatizam a democracia fazem com que aliados e oposição aparentemente superem suas diferenças em nome do mandato representativo. *O Globo*, nesse sentido, relatou que compareceram à cerimônia representantes de praticamente todos os partidos políticos com representação na Câmara e/ou no Senado. A narrativa do jornal procurou reforçar a suspensão dos conflitos, retratando deputados, senadores e ministros como se formassem um grupo em defesa das mesmas idéias. A conciliação do parlamento brasileiro aparece de forma a reforçar a legitimidade do presidente:

O presidente foi aplaudido de pé quando entrou no plenário da Câmara. Foi cercado, deputados e senadores queriam tocá-lo, abraçá-lo, apertar sua mão. E, indiferente à liturgia do cargo, Lula respondeu às manifestações de alegria, afeto e companheirismo. Apertou dezenas de mãos, deu abraços, a muitos dedicou uma palavrinha de cumprimento. (página 4, *O Globo*, 02/01/2003)

De acordo com *O Globo*, todos os políticos presentes na posse de Lula saúdam, aplaudem, fazem questão de apertar a mão do novo presidente e o tratam de maneira diferenciada. A ocasião é descrita de forma bastante informal, e o ritual de posse propriamente dito por vezes cede espaço a interpretações de assuntos paralelos, nem sempre relacionados aos protocolos. A conciliação oferece espaço para que um assunto sério receba um tratamento despojado. O trecho a seguir, que constitui a primeira parte da matéria principal sobre a assinatura do termo de posse, visa a mostrar de que maneira o jornal suspende o conflito político na posse através de seu discurso:

Informalidade e euforia dão o tom da posse do presidente no Congresso

Gargalhadas, palmas, aplausos e palavras de ordem tomaram conta do plenário da Câmara dos Deputados na solenidade de posse menos solene e mais informal que já se viu ali. A começar pela cor. Praticamente todas as parlamentares vestiam-se de vermelho, assim como eram vermelhas também as diversas bandeiras que apareceram durante a cerimônia.

As bancadas petistas compareceram em peso, assim como os novos ministros e assessores mais importantes do presidente e os visitantes estrangeiros. O maior rebuliço foi provocado pela chegada do presidente de Cuba, Fidel Castro. Vários deputados fizeram questão de cumprimentá-lo, e nas galerias mulheres de ministros e parentes levantavam-se para melhor ver os que estavam paparicando o dirigente cubano.

O presidente foi aplaudido de pé quando entrou no plenário da Câmara. Foi cercado, deputados e senadores queriam tocá-lo, abraçá-lo, apertar sua mão. E, indiferente à liturgia do cargo, Lula respondeu às manifestações de alegria, afeto e companheirismo. Apertou dezenas de mãos, deu abraços, a muitos dedicou uma palavrinha de cumprimento.

Era tudo festa e todos começaram a gritar palavras de ordem como se estivessem participando de mais uma manifestação de campanha eleitoral. “Brasil urgente. Lula presidente”, gritavam todos. E emendaram: “Olê, olé, olá, Lu-lá, Lu-lá”. O deputado Milton Temer (PT-RJ) subiu numa cadeira para dar a mão a Lula, tendo nas mãos uma bandeira do Brasil. Foram minutos intermináveis até que Lula, depois de ter apertado a mão de Miro Teixeira (PDT-RJ), José Genoíno (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Paulo Delgado (PT-MG), José Sarney (PMDB-AP) e do presidente do STF, Marco Aurélio Mello, subiu para se sentar à mesa. Nova gritaria: “Olê, olé, olá, Lu-lá, Lu-lá”. (página 4, *O Globo*, 02/01/2003)

Essa é a matéria principal que descreve um importante ato protocolar, a assinatura do termo de posse, pois é a ação que concretamente transforma o vencedor das eleições em presidente de fato e de direito. Apesar da importância do fato no aspecto político, *O Globo* praticamente não fornece informação sobre o ato em si. O

lead³², que deveria conter as principais informações sobre a assinatura, acaba discorrendo sobre gargalhadas e aplausos. A segunda parte do lead não se refere a Lula, mas aos vestidos vermelhos usados pelas parlamentares, numa referência à cor-símbolo do PT. Os três primeiros parágrafos dão conta da ambientação do plenário e das impressões que o repórter teve durante o evento. A assinatura do termo só vai finalmente ser descrita – de forma superficial – no quarto e último parágrafo, quando Lula senta-se à mesa para assinar o documento. Em termos lingüísticos, há várias expressões informais e pouco usuais na linguagem jornalística, como “rebuliço”, “paparicando” e “palavrinha de cumprimento”.

Por fim, o que mais chama a atenção no trecho é que o jornal reforça a suspensão do conflito político incentivado pelo momento ritual, mas expondo apenas os aliados políticos de Lula, excluindo a oposição. Durante todo o texto, o jornal produz a sensação de que *todos* os políticos aceitam satisfeitos a ascensão de Lula – “praticamente *todas* as parlamentares vestiam-se de vermelho”, “era *tudo* festa e *todos* começaram a gritar palavras de ordem” (grifos nossos) –, mas não há referência a nenhum político de oposição. De acordo com a matéria, petistas, aliados, ministros (que são escolhidos pelo presidente) e esposas de ministros estiveram presentes no plenário e saudaram a assinatura do termo de posse feita por Lula. No último parágrafo, há até a explicitação do nome de diversos políticos, mas nenhum que integre os partidos de oposição.

Na verdade, o jornal concedeu pouco espaço à oposição nas matérias que tratam diretamente da posse. O político dessa ala que teve maior destaque foi, obviamente, Fernando Henrique Cardoso que, como já foi descrito, reforça a conciliação política sedimentada na posse. Ele está sempre sorridente, transmitiu a faixa presidencial com emoção e uma aparente felicidade e realizou os protocolos sem pôr empecilhos. Mas os demais representantes da oposição pouco aparecem. Há uma matéria que destaca um deles, Severino Cavalcanti, o então primeiro secretário da Câmara dos Deputados que era integrante do Partido Progressista Brasileiro, o PPB, e havia feito campanha contra Lula durante as eleições. Mas o jornal o trata de maneira irônica e até jocosa. A matéria, intitulada “Tirando casquinha na festa da posse”, qualifica Severino como um “papagaio

³² Lead, na linguagem jornalística, é o primeiro parágrafo de uma matéria. Normalmente deve conter as informações mais relevantes do fato a ser narrado e resumir o teor do que virá nos parágrafos seguintes.

de pirata”³³, pois ele havia feito campanha contra Lula e agora o elogiava, numa tentativa de se aproveitar da popularidade do novo presidente.

A suspensão do conflito que *O Globo* construiu, portanto, pôs em evidência apenas as personagens que naturalmente apoiaram a ascensão de Lula, como é o caso dos petistas, dos demais aliados políticos e até das pessoas que compareceram à Esplanada dos Ministérios para acompanhar o ritual. Entretanto, a forma como o texto foi construído faz crer que a população inteira – incluindo os possíveis insatisfeitos com essa suspensão – está de acordo com o governo que se inicia. Essa estratégia midiática atua diretamente na transformação do vencedor das disputas eleitorais em representante de todos. A partir do momento em que o jornal divulga que o país todo aceitou o novo presidente, a população – incluindo os demais representantes da esfera política – realmente passa aceitá-lo como líder da nação, pois a versão do jornal se transforma em premissa, em verdade incontestável (SCHUDSON, 1999).

Sabe-se que a trégua temporária entre os adversários políticos a posse presidencial como um momento liminar (Turner, 1974), caracterizado pela suspensão da lógica que rege a vida cotidiana e, em alguns aspectos, da sua inversão. Exemplar, neste sentido, é o tratamento que *O Globo* dispensou à farta presença, durante a posse, das bandeiras vermelhas e símbolos dos partidos da base de sustentação da candidatura de Lula – Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na matéria relativa à assinatura do termo de posse, o jornal observa:

Praticamente todas as parlamentares vestiam-se de vermelho, assim como eram vermelhas também as diversas bandeiras que apareceram durante a cerimônia. (página 4, *O Globo*, 02/01/2003)

O foco na inversão da ordem cotidiana é particularmente útil para entender este aspecto da cerimônia. A presença de símbolos partidários em um evento destinado a

³³ Papagaio de pirata é um termo usado na televisão brasileira para designar pessoas que procuram ficar atrás dos jornalistas quando estes estão fazendo matérias ou entradas ao vivo com o objetivo de “aparecer na televisão”.

marcar a posse do candidato vencedor como presidente de todos os brasileiros poderia parecer paradoxal, do ponto de vista de uma abordagem exclusivamente focada na construção do consenso: afirmar a vitória de um partido (ou coalizão) implica necessariamente ressaltar a derrota de todos os demais (bem como dos cidadãos que os apoiaram). Tal situação é certamente mais compreensível sob a ótica da negociação dos conflitos: deste ponto de vista, o destaque aos partidos na posse presidencial pode ser entendida como uma afirmação da importância da diversidade política e da alternância do poder para a democracia. O comentário simpático de *O Globo* acerca deste aspecto também pode ser mais bem compreendido à luz da dimensão da inversão da ordem presente neste tipo de ritual. Ele certamente não se explica por qualquer tipo de afinidade política do jornal com o presidente e seu partido – em que pese o movimento que o PT e o governo Lula fizeram da esquerda para o centro político. Como regra geral, *O Globo* se manteve um crítico do governo Lula antes e depois da sua posse. Provavelmente ele tem relação com o lugar ceremonial – de mediador da experiência para um público ampliado – que o jornal assume numa circunstância tão especial (ALBUQUERQUE E HOLZBACH, 2007).

3.6 Ritual e mandato representativo na Folha de S. Paulo

Enquanto *O Globo* construiu a narrativa da posse com base em um mandato representativo que destaca o novo presidente legitimado pela conciliação totalizante dos demais atores políticos, a *Folha* optou por uma narrativa diferenciada. O jornal destaca a representação institucional de Lula como presidente por meio de uma narrativa que privilegia a conciliação de forma menos abrangente que *O Globo*, pelo menos aparentemente. O jornal constrói, assim, a legitimidade presidencial através de outros elementos, como as temáticas das matérias, que sedimentam a importância simbólica de Lula enquanto instituição política. A segunda metade do caderno especial é representativa nesse sentido. Diversas matérias tratam de questões futuras a serem solucionadas por Lula, mostrando que ele já é visto como uma espécie de comandante do sistema democrático. A temática da matéria que abre a página 11, por exemplo, concede um poder simbólico de presidente a Lula:

Petista quer meta social no acordo com FMI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda propor ao FMI (Fundo Monetário Internacional) a inclusão de uma meta social no acordo firmado em agosto passado por FHC. A verba prevista para o programa Fome Zero em 2003, algo em torno de R\$ 2,5 bilhões, seria considerada despesa financeira e não gasto social. Na prática, segundo a proposta, esse gasto não afetaria as metas fiscais com o FMI porque não teria impacto no cálculo do superávit primário (a economia que se faz para o pagamento de juros). (página 11, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

Apesar de não ter relação direta com a cerimônia de posse, a matéria recebeu destaque significativo no caderno especial, pois figura em toda a primeira metade da página, junto com a foto oficial de Lula ao lado do vice, das duas primeiras-damas e rodeado por toda a equipe ministerial. O tratamento que o jornal concede a Lula aproxima-o de seu cargo de representante de todos. Afinal, ele já é citado como presidente e a narrativa, a todo o momento, analisa as atividades que Lula vai ter que enfrentar enquanto presidente. As três outras matérias que completam a página 11

também seguem essa lógica, pois já tratam Lula como presidente e seus assessores como integrantes de seu governo. Abaixo estão os três títulos dessas matérias:

Governo determina corte de 10% dos cargos

Presidente tem agenda cheia no primeiro dia

Berzoini quer aprovar projeto de lei de FHC

(página 11, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

Nos dois primeiros casos, Lula está à frente do que é proclamado no ritual, pois ele já aparece desenvolvendo o seu papel de representante na democracia representativa. A primeira matéria, em particular – “Governo determina corte de 10% dos gastos” – constrói uma imagem de Lula que o integra ao jogo democrático. Ele já é presidente, está apto a gerenciar a nação e, como afirma o segundo título, “tem agenda cheia” como presidente. O texto se refere a uma circular assinada por integrantes do governo, a atividades a serem desempenhadas por ministros e a previsões da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Ao descrever essas ações que fazem parte do “governo Lula”, a *Folha* age no sentido de naturalizá-las como parte do contexto brasileiro, legitimando o vencedor das disputas eleitorais e tornando-o, mais do que nunca, representante de todos. A última matéria da página 11 – “Berzoini quer aprovar projeto de lei de FHC” – coloca em primeiro plano o então ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, que acabara de ser empossado, durante a posse de Lula. Apesar de não fazer referência direta ao novo presidente, o texto está incluído no caderno especial sobre o Dia da Posse, tem relação com Lula, portanto, e faz parte do grupo de matérias que analisa o governo comandado por ele.

As duas manchetes destacadas na capa do jornal e na capa do caderno especial também explicitam a maneira institucional com a qual *Folha* encara o presidente:

Lula assume Presidência e pede ‘controle das ansiedades sociais
(página 1, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

Lula assume a Presidência e prega ‘mudança sem atropelo
(capa do especial, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

Nas duas principais manchetes do jornal, Lula não se torna presidente, ele “assume” a presidência. Isso quer dizer que, na visão da *Folha*, o posto de presidente existe independentemente de quem o ocupe, ou seja, os dois títulos reforçam o papel de Lula como integrante de um mandato delegado. Enquanto *O Globo* afirma constantemente que Lula é a representação legítima do povo, a *Folha* afirma que Lula foi escolhido para ocupar um cargo. Ele não é a representação do povo, mas ocupa um posto que o legitima a agir como representante.

Um destaque interessante que a *Folha* demarca diz respeito às presenças estrangeiras na posse de Lula. Há praticamente uma página inteira com matérias sobre a presença do então presidente de Cuba, o ditador Fidel Castro, e do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. A matéria seguinte abre a página dez:

‘Lula, Chávez e eu surgimos na crise’, diz Fidel

O presidente de Cuba, ditador Fidel Castro, afirmou ontem que dirigentes como ele e Luiz Inácio Lula da Silva surgem em épocas de crise. “Dirigentes como Lula, Chávez [presidente da Venezuela] e eu, surgimos ajudados pela acumulação de problemas tremendos e pela crise”, afirmou Fidel em entrevista após a posse.

“Assim como Bolívar, os líderes aparecem em momentos de crise. São sonhadores que buscam um mundo melhor. Sinto-me feliz de ver que nossa idéia avança e que por tantos caminhos diferentes também se chega a Roma.”

Fidel disse acreditar que a eleição de Lula, com quem deve almoçar hoje, vai favorecer não só o desenvolvimento do Brasil, mas da América Latina como um todo. Para ele, a região vive uma “situação desesperadora”, e a vitória de Lula pode criar condições necessárias para uma mudança. (página 10, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

Usando, como em várias outras passagens, o discurso direto, o jornal iguala Lula a um “líder”, e coloca a sua ascensão como sendo tradução das aflições de um povo. Em

princípio, essa construção se opõe àquela feita na maior parte do jornal, que procura manter o distanciamento e evita personalizar o papel de Lula como presidente. A matéria seguinte também segue nesse sentido:

Chávez compara petista a ‘libertador’

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, comparou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao general pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima, que lutou ao lado de Simon Bolívar nas guerras de independência da América Latina no século 19.

“Há 200 anos outro Inácio, também pernambucano, lutava ao lado de Bolívar”, disse o presidente venezuelano, que veio ao Brasil para assistir à posse de Lula.

Segundo Chávez, 200 anos depois se enfrenta a mesma batalha: “Brasileiros e bolivianos lutam pela integração e justiça na América Latina”. O presidente venezuelano agradeceu mais uma vez ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pelo envio de gasolina ao seu país, que enfrenta uma greve, agradeceu a Lula e elogiou o programa Fome Zero. “É um programa para o mundo todo.” (página 10, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

A equiparação de Lula a um líder, a um sonhador e a um lutador não aparece de forma direta em outros trechos da cobertura. Trata-se, pois, de uma exceção. O jornal tenta se defender constantemente desse posicionamento através da utilização demasiada do discurso direto. Quando usa o discurso indireto, como na matéria que ressalta a opinião de Hugo Chávez, procura manter o distanciamento, estruturando o texto como se estivesse explicitando exclusivamente a opinião de terceiros, jamais dos repórteres ou do próprio jornal. Esse posicionamento excepcional do jornal ocorreu devido, sobretudo, à legitimidade que outros presidentes citados conferem ao presidente Lula como representante da nação. Quando Hugo Chávez, Fidel Castro e outros líderes comparecem à posse, dizem nas entrelinhas que aceitam a legitimidade do governo que se inicia, ou seja, que estão de acordo com o mandato representativo que Lula assume. A matéria, inclusive, destaca que nessa cerimônia de posse houve o maior número de missões de governos da história do Brasil. De acordo com o jornal, “117 países estavam representados na festa”.

As temáticas narradas pela *Folha* que transformam Lula em presidente constituem estratégias que o jornal utilizou para demarcar, à sua maneira, a suspensão dos conflitos políticos no momento ritual. No lugar de explicitar que todos os políticos estão de acordo com o poder que se inicia, a *Folha* transforma Lula em presidente descrevendo ações presidenciais futuras a serem desempenhadas por ele e concedendo espaço a autoridades que, como já politicamente legitimadas, aceitam o presidente enquanto tal.

Quando se refere aos parlamentares brasileiros, o jornal parece ir de encontro à suspensão do conflito, pois, diferentemente do que *O Globo* faz, concede destaque ao conflito político que rege o sistema presidencialista no decorrer das ações cotidianas. Na página seis, ou seja, ainda na primeira metade do caderno especial, a matéria de abertura tem como tema central o confronto político:

Oposição faz ironia, mas negocia apoio a reformas

A oposição, sobretudo PSDB e PFL, reagiu com ironia ao discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que considerou moderado no tom, mas exagerado nas promessas. Lula terá o apoio que pediu no pronunciamento de posse para votar as reformas estruturais, mas terá de negociar caso acaso.

"Vai ser mais difícil fazer do que falar", disse o líder do governo FHC no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR). "Se o governo é equilibrado, é mais fácil fazer oposição moderada", afirmou José Carlos Aleluia (BA), vice-líder do PFL na Câmara.

Preterido na formação do ministério Lula, o PMDB refletiu sua divisão. "Para haver mudanças é preciso que o partido apóie", disse o senador Maguito Vilela (GO), da ala dissidente do comando da sigla. "Foi uma declaração de princípios", afirmou o senador Amir Lando (RO).

Mais irônico, o vice-líder de FHC no Congresso, Ricardo Barros (PPB-PR), comentou: "O Duda [Mendonça, marqueteiro de Lula na campanha] foi muito bem no discurso. Achei muito bom. Poderia ter sido feito pelo presidente Fernando Henrique".
(página 6, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

As personagens ouvidas pela *Folha* aparentemente não foram contaminadas pelo aparente consenso político que o ritual de posse proclama. A matéria cita um número expressivo de personagens políticas que aparentemente deram continuidade aos conflitos que regeram as eleições e costumam atuar no dia-a-dia do jogo democrático. O discurso oficial do presidente é tratado por alguns de forma irreverente – o que reduz a seriedade do evento, embora não o deslegitime. Entretanto, analisando a manchete do

texto, que destaca que a oposição está disposta a “negociar”, percebe-se uma tentativa de minimizar o conflito. Soma-se a isso o seguinte parágrafo, que integra o mesmo texto:

Segundo tucanos e pefelistas, quem vai ditar o ritmo das reformas – previdenciária, tributária, trabalhista e política – é o presidente. Eles devem analisar caso a caso. “O PFL não deve se aproveitar da fragilidade do governo Lula, que não tem maioria, para obstruir a pauta”, disse Aleluia. (página 6, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

A matéria lembra uma importante informação que *O Globo* excluiu de sua cobertura: apesar de ter vencido as eleições, os aliados de Lula não constituíam, na época, maioria na Câmara dos Deputados. Isso quer dizer que haveria grandes chances de o governo ter dificuldades para aprovar projetos de seu interesse. A fim de amenizar o tom conflituoso da matéria, o jornal concede espaço para que um representante do PFL, um dos principais opositores do PT, destaque a importância política do presidente – o único responsável por “ditar o ritmo das reformas” – e a vontade do partido em não atrapalhar as ações lideradas por Lula como presidente dali para frente. Dessa forma, a *Folha* não constrói, nessa matéria, um consenso político de forma tão expressiva como ocorre em *O Globo*, mas ao mostrar que a oposição está disposta a negociar e aceita como legítimo o poder que se instala, acaba fazendo do ritual um momento excepcional, diferente do que se vê cotidianamente.

E a construção desse consenso vai ficando mais forte quando se observa a matéria que fecha a página seis, a mesma que destaca a oposição:

Nunca um presidente foi mais feliz

"Não foi o PT que ganhou: foi Lula." O ex-governador Leonel Brizola, autor da observação, talvez tenha razão: nunca um presidente foi mais endeusado e adorado pelo povo no dia da posse como Lula—e nem mais feliz.

O dia foi de glórias, e tudo deu certo. (...)

No Planalto, os amigos mais chegados — que eram muitos — tiveram um local especial para ficar, separados por uma cordinha.

Dentro desse cercadinho, uma geléia total e geral. Benjamin Steinbruch cruzava com Beth Carvalho, de blusa estampada em cores gritantes, Maria da Conceição Tavares, a Heloísa Helena da economia, tropeçava num Djavan cheio de trancinhas, e quando Lucélia Santos apareceu, alguém — mulher, é claro — fez a maldade. "Mas o tempo não passa para Lucélia?" A do lado aproveitou e botou fogo: "Tem quanto tempo mesmo, Escrava Isaura?" (página 6, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

A “glória” que, segundo o texto, acometeu o dia da posse, é um contrapeso simbólico ao destaque à oposição e à aparente fragilidade do governo que são destacados na matéria anterior. Apesar de estar em um espaço hierarquicamente inferior, a matéria é maior e ainda está acompanhada de uma foto que simboliza a alternância de poder: a ex-primeira dama e esposa de Fernando Henrique aparece abraçada a Lula. Ambos estão sorridentes no Parlamento:



Lula recebe cumprimentos de Ruth Cardoso, no parlatório

(Figura 19, página 6, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

O teor bem-humorado da matéria e o uso da linguagem coloquial – “Dentro desse cercadinho, uma geléia total e geral” – podem ser explicados pelo fato de a autora do texto, Danuza Leão, atuar como colunista do jornal. Ela foi enviada em caráter

excepcional para Brasília a fim de acompanhar a posse e fez algumas matérias para o caderno especial. Essa informação, contudo, não aparece em nenhum momento, pois o texto está junto com outros, como se tivesse sido feito pelos profissionais que trabalham como repórteres. Para o leitor comum, portanto, Danuza Leão seria uma repórter, não uma colunista. O seu texto, por sua vez, receberia o mesmo tratamento e o mesmo tipo de legitimidade que, por exemplo, aquele que prioriza a oposição.

3.7 Ritual e caráter popular em *O Globo*

Quando Lula ganhou pela primeira vez as eleições presidenciais, no final de 2002, a mídia nacional não poupou esforços para relembrar o passado sofrido do novo presidente, desde os tempos em que vivia no sertão pernambucano até o momento em que fugiu da pobreza para tentar a vida em São Paulo. De acordo com narrativas construídas por jornais, revistas, telejornais e sites informáticos, depois de firmadas as raízes no ABC paulista e após muita luta, o novo presidente virou líder sindical e entrou definitivamente para a vida política, onde ajudou a criar o que seria um dos maiores partidos do país, o Partido dos Trabalhadores. Este, desde seu cerne, foi construído a partir de uma ideologia de esquerda para fazer oposição aos grandes partidos que dominavam a cena política na época. *O Globo*, em sua narrativa, construiu a imagem que considera Lula uma personagem que chegou ao posto de líder da nação por esforço individual. Em praticamente toda a cobertura do Dia da Posse, o jornal descreve o presidente como um líder que tem forte aproximação com o povo, aqui entendido como as camadas sociais mais pobres da nação, mesmo depois que ganhou as eleições e ascendeu ao cargo mais importante da nação, ou seja, depois de ter mudado seu posto na hierarquia social.

Na cerimônia de posse em questão, *O Globo* constrói em seus textos uma representação que suspende os conflitos políticos inerentes à democracia cotidiana e oferece uma imagem personalista do líder da nação, valorizando especialmente o caráter humano de Lula e o aproximando do cidadão comum. O caráter personalista é observado na maior parte dos textos que narram ações executadas pelo presidente, como no seguinte trecho:

Às 15h07m, Luis Inácio Lula da Silva leu com voz firme e sem choro o juramento em que prometeu manter, defender e cumprir a Constituição. Nas galerias do plenário da Câmara, porém, muitos olhos se encheram de lágrimas. As famílias Lula da Silva e Alencar assistiram à posse do pai e do avô junto com amigos e convidados entre aplausos, palavras de ordem e cambalhotas do neto Tiago. (página 4, *O Globo*, 02/01/2003)

À primeira vista, a matéria parece narrar o discurso que Lula fez ao ser oficialmente declarado presidente da República. A partir da segunda frase, todavia, o foco do texto sofre uma drástica modificação e passa a dirigir-se à família do presidente e do vice e às sensações que a ocasião suscitou neles. A descrição das “cambalhotas do neto Tiago”, os choros e aplausos de pais, avôs e amigos transformam o momento oficial em uma celebração familiar. A importância da ocasião, assim, recai não apenas no presidente e no vice enquanto instituições políticas, mas também na figura de Lula e de José Alencar enquanto pais de família, avôs dedicados e amigos incondicionais. Ao ler o juramento da posse “com voz firme e sem choro”, Lula se encaixa no papel de presidente. Ao provocar lágrimas de alegria e aplausos nos familiares, contudo, Lula se enquadra no papel de cidadão brasileiro.

A construção textual que faz de Lula um legítimo representante do povo brasileiro é reforçada seguidamente em várias matérias que fazem referência ao mandato representativo firmado entre o presidente e a população, como no trecho que segue:

Num dos momentos mais emocionantes da cerimônia de posse, quando discursou para o povo no Parlatório, o presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou que sua chegada ao Palácio do Planalto é o resultado de uma luta histórica e que corresponde ao sonho de várias gerações. Falando de improviso para mais de 20 mil pessoas que lotavam desde a manhã a Praça dos Três Poderes, prometeu governar com o povo e pediu ajuda para ser bem sucedido. E se comprometeu a fazer as reformas e a acabar com a fome. (página 10, O Globo, 02/01/2003)

“Governar com o povo” é a típica definição da democracia. No caso do trecho selecionado, o jornal transforma essa definição em um símbolo de uma “luta histórica”, fazendo referência a dois elementos da história nacional: à Ditadura Militar, época em que não era permitido o governo do povo, e aos aliados políticos de Lula, ou seja, aos petistas e simpatizantes do partido. A probabilidade de essas duas referências serem imediatamente compreendidas pelo leitor brasileiro da época é alta, pois são elementos fortemente presentes na cultura nacional. Em 2003, o final da Ditadura, ocorrido em

1985, era bastante recente. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, gozava de ótimo prestígio, contava com diversos aliados históricos e era considerado sério e coerente com sua linha política de pensamento, o que não ocorria com outros partidos nacionais³⁴. A ascensão de Lula e do PT, assim, é retratada pelo jornal como “um sonho de várias gerações”, ou seja, como a verdadeira tradução dos anseios populares.

O povo, de acordo com *O Globo*, é o único responsável pela vitória de Lula:

Acompanhado do vice José Alencar, que estava com a mulher, dona Mariza, o presidente prometeu trabalhar 24 horas por dia. Para Lula, mais do que compromissos do seu programa de governo, suas realizações representarão o pagamento de uma dívida ética e moral com os brasileiros, os únicos responsáveis pela sua vitória, segundo o presidente. (página 10, *O Globo*, 02/01/2003)

Apesar de o texto creditar ao presidente a afirmação de que os brasileiros são “os únicos responsáveis pela sua vitória”, a citação foi escrita na forma indireta e não entre aspas, como acontece no caso de citações literais. *O Globo* interpretou o depoimento de Lula segundo seu próprio juízo de valor e afirmou que, muito mais do que representar os cidadãos, Lula vai pagar uma “dívida ética e moral com os brasileiros”, ou seja, vai cumprir seus deveres de presidente e irá além, compensará sofrimentos do passado e erros de governantes anteriores. O teor exagerado do texto – “prometeu trabalhar 24 horas por dia” – confere ainda mais legitimidade à percepção de Lula como verdadeiro representante da nação e o aproxima, por exemplo, ao operário e à mulher que trabalha fora e cuida dos filhos. De acordo com o senso comum brasileiro, ambos trabalham sem cessar para oferecer melhores condições financeiras à família. Em outras palavras, o excesso de trabalho por parte do presidente levará à felicidade da “família” brasileira.

O caráter popular é relembrado logo na manchete principal e no subtítulo da primeira página do jornal:

³⁴ As acusações de corrupção que assolaram diversos personagens históricos do PT, a partir de 2004, ainda não haviam ocorrido na época da primeira posse de Lula.

Povo segue Lula e testemunha o seu compromisso por mudanças.

Multidão toma as ruas na posse do presidente, que vê reencontro do Brasil consigo mesmo.

(página 1, O Globo, 02/01/2003)

O título e o subtítulo que inauguram o assunto no jornal reforçam a importância do povo na construção da imagem do novo presidente. Apesar de, normalmente, Lula aparecer relacionado às camadas mais pobres da população em função de seu passado de retirante nordestino e dos anos trabalhando como líder sindical, “povo” e “multidão”, palavras recorrentes em inúmeras matérias, são expressões totalizantes. Dessa forma, o jornal afirma que a população brasileira inteira faz parte do grupo social que está feliz com a ascensão de Lula. A charge que ilustra a primeira página reforça a relação de Lula com todo o povo brasileiro:



(Figura 20, página 1, O Globo de 02/01/2003)

O desenho mostra claramente a equivalência construída entre Lula e a população. O mapa do Brasil está repleto de pessoas acenando aparentemente em estado de festa. Lula e a primeira-dama, dona Marisa, aparecem no centro, acenando para todos

ao redor. Embaixo, a frase que explica o desenho, “No flagrante, o Brasil toma posse de si mesmo”, complementa o que o desenho já leva a crer: Lula é o mais legítimo representante do povo e a sua posse, por conseguinte, representa a concretização democrática do povo no poder. A charge suplanta o que a própria democracia representativa exige: Lula não apenas representa o povo, ele é o povo.

O caráter popular da cerimônia de posse é comparado pelo jornal a uma grande festa de carnaval, onde todos parecem inebriados de tanta felicidade, inclusive os fenômenos da natureza:

Tudo acontecia sobre o céu de Brasília, onde os traços do arquiteto foram ora iluminados pelo sol da nossa terra, ora sombreados por nuvens carregadas, para que, feitas as contas, a chuva pouasse Lula (só choveu quando ele estava no Congresso ou no interior do Planalto) e molhasse à beça o povo feliz de alma lavada. (página 16, O Globo, 02/01/2003)

Contudo, o elemento carnavalesco da posse traz uma inerente contradição. De acordo com Bakhtin (1996), o carnaval se caracteriza por não ter uma fronteira espacial, apesar de ter uma relação com o tempo, e por poder ser entendido, entre outras características, como um momento de inversão da ordem cotidiana. As festas oficiais, por outro lado, constituiriam um tipo de festividade que, muitas vezes sem intenção, tendem a consagrar a “estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes” (BAKHTIN, 1996:8). A cerimônia de posse de Lula, apesar de ser uma festa oficial e de reforçar uma ordem existente, aparece no jornal como uma festividade que não seguiu praticamente nenhum protocolo e foi marcada pela desestabilidade da ordem e pela consagração popular. Vários trechos do material de análise reforçam o teor carnavalesco da posse. O seguinte título e seu subtítulo, por exemplo:

Palhaços e até freiras com a bandeira da posse

Populares em festa desfilam criativas fantasias na festa em homenagem ao novo presidente

(página 14, O Globo, 02/01/2003)

Ambas as frases mostram que a posse se caracterizou não por ser um ritual sério e cheio de protocolos, como seria de se esperar nesse tipo de cerimônia. A alegria e o riso, marcas do carnaval e da cultura popular³⁵, parecem liderar as atividades. A alegria, aliás, é descrita por *O Globo* como tão significativa que as pessoas, ou os “populares”, como preferiu o jornal, se deram o direito de se travestirem, por meio das fantasias, e incorporarem diversas personagens, deixando de ser cidadãos para se transformarem em personagens da comemoração, temporariamente. Apesar de a cerimônia de posse marcar o “triunfo de uma ordem pré-fabricada, vitoriosa, dominante”, como lembra Bakhtin (1993:8)³⁶, a posse é vista pelo jornal como uma festa de liberação temporária da verdade dominante, em que ocorre uma quebra das relações tradicionais de classe e onde todos estão do mesmo lado, fazendo parte de uma mesma camada social.

O mesmo tom festivo de inversão da ordem pode ser observado, por exemplo, no título e no subtítulo que seguem:

A praça (esplanada) é do povo

Ocupadas desde a véspera, as imediações do Congresso e do Planalto deram vazão a diferentes formas de expressão das pessoas que foram assistir à posse

(página 12, *O Globo*, 02/01/2003)

³⁵ Este estudo está ciente de que ao utilizar a expressão “cultura popular” está necessariamente aceitando a existência de dois “pólos”: a cultura popular e a cultura erudita, como se fossem dois gêneros que pudessem ser separados, o que, na opinião da autora, não acontece. Contudo, o uso do termo se dá por falta de outro que defina melhor a cultura do povo, caracterizada sobretudo pela oralidade, sendo influenciada e influenciando a chamada cultura “erudita”. Trata-se, para além de uma dicotomia, de uma circularidade (GINZBURG, 1997).

³⁶ Quando descreve o carnaval e a cultura popular, Bakhtin se refere especialmente ao carnaval e às festas populares na Idade Média e no Renascimento. Mas não se pode negar que muitos dos elementos dessas festas continuam presentes no imaginário e na cultura dos povos, como pode ser observado nos textos de *O Globo* escolhidos para a presente análise.

O Congresso Nacional e a Esplanada dos Ministérios configuram respectivamente a sede do poder Legislativo e a praça onde se localizam todos os ministérios do país. Normalmente, abrigam políticos eleitos no âmbito federal e toda a equipe de ministros do presidente. Trata-se de um ambiente sóbrio, com pessoas engravatadas que representam a elite dos políticos nacionais e que não costuma abrir espaço para festas da população. A sociedade só tem espaço nesses lugares, em geral, quando se organiza para fazer protestos e reivindicar algum direito. No caso da posse em questão, ao contrário, o jornal afirma que uma multidão ocupou os arredores do Congresso e da Esplanada para “dar vazão” à sua alegria, transformando um lugar que tradicionalmente é sério e elitista em um espaço voltado para o riso, para o carnaval, para a comicidade e para o povo.

A proximidade construída entre o novo presidente e o povo também atua na delimitação da identidade da “nação brasileira”. Durante toda a narrativa da posse, *O Globo* constrói uma idéia de nação que reforça, a todo momento, a “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989) que forma a idéia de nacionalidade brasileira. Várias matérias, além de retratarem a ascensão de Lula como reflexo do povo no poder, fazem do ritual de posse um palco para reforçar diversos elementos considerados genuinamente nacionais. O texto que segue é um exemplo disso:

E a Esplanada se encheu de brasileiros. Gente de toda parte foi ver o ex-metalúrgico virar presidente da República. Um funcionário público de Camaragibe (PE) se fantasiou de palhaço. A professora do Rio Grande do Sul veio vestida de prenda (roupa folclórica da mulher gaúcha). O piauiense botou terno e o mineiro misturou tudo: gravata, sandália de dedo e capacete. E nem a freira de Brasília escapou. O hábito ganhou enfeites folclóricos. (página 14, *O Globo*, 02/01/2003)

No momento da posse, já fazia mais de dez anos que Lula deixara de ser metalúrgico para exercer, a partir de então, diversos cargos políticos. Mas o adjetivo utilizado pelo jornal para qualificar o presidente – “ex-metalúrgico” – tem relação com a maior parte da população, pois faz referência aos operários e demais trabalhadores que formam, de acordo com o senso comum, a nação brasileira. Além de ser uma qualificação que mostra força física (para ser metalúrgico, de acordo com o inconsciente

coletivo, é preciso ser forte), o termo “ex-metalúrgico” mostra uma característica de Lula que faz parte da maioria dos brasileiros, já que poucos são os donos de empresas e muitos são os operários que mantêm essas empresas. Além disso, o parágrafo faz referência a diversos estados nacionais – Pernambuco, Rio Grande do Sul, Piauí, Minas Gerais e Distrito Federal – e a algumas profissões consideradas populares: funcionário público e professora. Sabe-se que o maior reduto de votos a favor de Lula desde sua primeira tentativa de ser eleito presidente, em 1989, reside na chamada classe trabalhadora, formada por funcionários públicos, professores, metalúrgicos e demais representantes dos cargos tidos como mais humildes. É, mais uma vez, a idéia do povo no poder.

Hall (2002) trata do conceito de nação como uma forma de representação simbólica que constrói identidades. Por meio de estórias, memórias e imagens construídas de um determinado lugar, uma identidade floresce e acaba por representar uma cultura. É claro que uma nação não abarca uma única forma cultural, mas os estereótipos construídos socialmente ao longo da história acabam servindo como modelos de vida e de comportamento. No Brasil, por exemplo, sabe-se que não existe apenas o ritmo musical samba, e que muitos estados nem sequer possuem sambistas ou artistas ligados ao gênero. Entretanto, a imagem que o próprio país exporta de si mesmo é a de que somos o “país do samba”. Nesse sentido, o “brasileiro típico” é aquele que adora samba e futebol, não tem muita instrução, gosta de comidas típicas e fortes como feijoada, ouve música brasileira e não tem muito dinheiro, entre outras características. Levando isso em conta, *O Globo* intitulou e subtitulou assim uma das matérias:

Choro, rabada, sertanejos e barba

Lula leva novo estilo ao poder, que deverá marcar a República da Silva
(página 22, *O Globo*, 02/01/2003)

Conhecendo as preferências particulares do presidente, o jornal resumiu suas raízes consideradas genuinamente nacionais: a dificuldade de conter o choro; o gosto pela rabada, que é um típico prato nordestino consumido pelo sertanejo; a preferência por músicas sertanejas e a utilização da barba, um detalhe físico que confere a Lula uma

identidade absolutamente popular, de operário. A “República da Silva” novamente faz referência ao sobrenome de Lula, que é também o mais comum do país. O lead da matéria resume com humor (como convém a um brasileiro típico) o estilo brasileiro de ser de Lula:

Ele é chorão, para desespero dos médicos adora rabada e uma cachacinha e já andou avisando: em vez de pérriplos pelo circuito Helena Rubinstein (Paris, Roma, Londres e Nova York), prefere viajar pelas entranhas do Brasil. Enquanto o carioca Fernando Henrique Cardoso, em oito anos de mandato, foi o retrato de um país cosmopolita e globalizado, o pernambucano Lula promete ser a cara do Brasil sertanejo e pé no chão, onde é fashion governar com ternos de grife brasileira e sapatos made in Franca. (página 22, O Globo, 02/01/2003)

Além de vir carregada de expressões informais e bem humoradas, a matéria marca uma importante diferença entre o “antigo” governo de Fernando Henrique e o “novo” governo de Lula. Trata-se da concretização do ritual de posse visto como um recomeço para a sociedade brasileira. Esse recomeço é considerado positivo pelo jornal pois, mais do que nunca, o novo presidente configura a representação de *todos* os brasileiros, diferentemente do que teria ocorrido com Fernando Henrique. Essa diferenciação não significa que Fernando Henrique, quando eleito, não cumpriu as exigências relacionadas à identidade nacional. Trata-se muito mais de uma forma discursiva de incentivar o recomeço e as esperanças que rodeiam o ritual de posse que se desenvolve naquele momento. Ao lado da matéria, um box ilustra com detalhes o estilo considerado brasileiro de Lula:



(Figura 21, página 22, O Globo de 02/01/2003)

O box localiza-se na penúltima página da cobertura do jornal, praticamente finalizando, assim, as matérias referentes ao ritual. Depois de narrar os protocolos e a festa popular nas ruas, o jornal finaliza seu discurso mostrando por que a personagem que venceu as eleições merece ser considerado o presidente de todos, mesmo daqueles que não votaram nele. Lula preenche, de acordo com o jornal, os requisitos para ser representante dos brasileiros. Nessa etapa do discurso, *O Globo* já construiu o consenso sócio-político do ritual de posse e, agora, reforça cada característica que faz do presidente o legítimo representante dos que o elegeram e, também, dos anteriormente insatisfeitos.

3.8 Ritual e caráter popular na Folha de S. Paulo

O elemento popular aparece na *Folha* de forma bem menos explícita que em *O Globo*. Neste, o caráter popular permeou praticamente a totalidade das matérias e o governo de Lula, dessa forma, é visto como a real personificação do povo no poder. A *Folha*, por outro lado, construiu um discurso focado sobretudo no caráter protocolar da cerimônia de posse; o caráter popular, aqui, aparece de forma a complementar o discurso principal. Essa característica pode ser vista logo no texto de abertura presente na capa do jornal, logo abaixo da manchete e ao lado da fotografia principal:

Ao assumir a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, 57, reafirmou o compromisso de mudança de sua campanha, disse que a fará "sem atropelos" e defendeu o controle das "muitas e legítimas ansiedades sociais", para atendê-las "no ritmo adequado e no momento justo".

O ex-sindicalista e líder de esquerda foi empossado como o 39º presidente da história do país às 15h06, em cerimônia no Congresso Nacional. Segundo Lula, a mudança que prega só virá com "paciência e perseverança", conforme afirmou em discurso — que durou 45 minutos e foi interrompido por aplausos 30 vezes. (página 1, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

O trecho é cheio de informações sobre os protocolos da posse, a exemplo do discurso presidencial e do fato de Lula ser o 39º presidente. A referência ao caráter popular aparece apenas no início do segundo parágrafo – Lula foi “ex-sindicalista” – para então desaparecer e dar lugar, novamente, às informações de caráter protocolar.

De maneira geral, a referência à proximidade de Lula com o povo acontece quando a *Folha* relata a informalidade que acometeu alguns momentos protocolares, o que explicita onipresença dos protocolos, e quando relata o grande número de pessoas que assistiram ao ritual. Um dos textos que mostram essas características de forma expressiva inicia o texto presente na capa do caderno especial:

Marcada pela informalidade, por quebras de protocolo e por pequenos incidentes, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, 57,

como 39º presidente da República transformou-se na maior manifestação popular da história das cerimônias do gênero em Brasília. Cerca de 150 mil pessoas ocuparam as ruas da capital do país, segundo autoridades de segurança. Na posse de Fernando Collor, em 1990, havia cerca de 20 mil pessoas; na de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, cerca de 10 mil.

O tempo colaborou: choveu apenas nos períodos em que Lula estava nos palácios (do Congresso e do Planalto), mas não quando saía a bordo do Rolls-Royce sem capota ou quando subiu a rampa. O presidente discursou duas vezes, para voltar, em ambas, a temas históricos do PT, como o combate à fome, que "começa amanhã [hoje]", conforme anunciou no Parlamento, já com a faixa presidencial no peito. (capa do caderno especial, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

Apesar de o jornal destacar a importância popular no ritual de posse de Lula logo no início do caderno especial, afirmado que o evento se transformou na “maior manifestação popular da história das cerimônias do gênero m Brasília”, o destaque ao povo vai pouco a pouco perdendo espaço no texto. A partir do segundo parágrafo, a matéria passa a relatar as circunstâncias em que a posse ocorreu, oferece informações sobre o discurso proclamado no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados e sobre a despedida de Fernando Henrique do comando da nação.

A característica que mais diferencia a cobertura da *Folha* em relação a *O Globo*, no que diz respeito à maneira como ambos incluíram discursivamente o caráter popular no ritual de posse de Lula, é que a maior parte dos textos da *Folha* se refere ao povo a partir de termos totalizantes como “multidão” e “populares”, mas muitas vezes com teor pejorativo. A única matéria que compõe a página três ajuda a visualizar essa característica:

Multidão rompe segurança para celebrar posse de Lula

Luiz Inácio Lula da Silva passou seus últimos minutos como presidente eleito em meio a uma multidão que não respeitou as barreiras policiais montada para proteger o Rolls-Royce em que ele percorreu a Esplanada dos Ministérios, em direção ao Congresso.

(...)

Ao chegar à entrada do Congresso, houve o momento de maior tumulto. Pessoas cercaram o Rolls-Royce presidencial, e o professor Pedro Ângelo da Silva de Lima, 24, coordenador da Juventude Petista em Juquitiba (SP), conseguiu subir no carro de Lula para tirar uma foto com ele. Puxou para baixo o presidente,

que, sorrindo, agachou-se e abraçou o homem. A segurança agiu rápido e retirou o invasor do local. À medida que Lula se aproximava da rampa do Congresso, milhares de pessoas invadiram o gramado situado em frente. Muitas pularam no fosso que isola a entrada principal, cantando e jogando água para cima. Lula novamente acenou e pouco antes das 15h entrou no Congresso. (página 3, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

A manchete começa afirmando que uma multidão “rompeu” a segurança de Lula, ou seja, violou as regras que regem o ritual. Nos parágrafos seguintes, a *Folha* constrói uma narrativa que transforma Lula em uma vítima da multidão: as pessoas “romperam” as barreiras policiais, “tumultuaram” os protocolos, “cercaram” o veículo presidencial, “invadiram” o gramado do Congresso e, por fim, um “invasor” se aproximou do presidente, atrapalhando o desenrolar da cena. Os termos utilizados para se referir ao povo demonstram o distanciamento que o jornal considera existir entre a realização dos protocolos e o público. Como demonstram as fotografias já citadas, a construção do ritual de posse que a *Folha* privilegia faz com que a população apareça embaçada, geralmente em último plano, formando um todo indivisível e homogêneo. São personagens necessárias, mas apenas para complementar o cenário da posse.

Um texto publicado na página seis reforça a idéia de povo e de popular que o jornal constrói:

Tudo pode acontecer

Era Duda Mendonça, o encenador de Lula, sobre o próprio Lula, mas não sobre seu governo, sobre a "esperança" que traz.

Falava da possibilidade de que o espetáculo armado para Brasília escapasse do roteiro que havia traçado. Em se tratando de Lula, tudo esteve perto de acontecer.

Por exemplo, Boris Casoy, que fez a narração na Record, falou seguidamente da importância, do "simbolismo" da passagem da faixa presidencial de eleito para eleito.

Alexandre Garcia, narrador da Globo, também citou como isso é um fato raro na história. Até William Bonner, no Jornal Nacional ancorado de Brasília, com direito a uma música nova, sublinhou o fato.

Pois a passagem da faixa foi uma comédia de erros, por todos os canais abertos — e por vários canais pagos, inclusive CNN e BBC.

Já no Parlatório, caíram os óculos de FHC ao tentar tirar a faixa com apoio de Lula; este se abaixou em busca dos óculos no chão; FHC tentou vestir nele a faixa e ao mesmo tempo pegar os óculos

de suas mãos; a faixa ficou torta enquanto os dois se abraçavam desajeitados.

Apresentada como mais um sinal da espontaneidade lulista, a sequência de equívocos abriu logo que entrou na Esplanada dos Ministérios, com os cavalos dos "dragões" se assustando, atropelando o Rolls-Royce e até derrubando Lula.

Também — e de maneira mais assustadora — com o jovem que furou a segurança para agarrar o petista como um ídolo pop e depois dizer:

— Foi inesquecível.

No espelho d'água, diante do Congresso, mais invasão e até uma mulher que tirou a roupa, o que a transmissão em "pool" não mostrou, mas o JN sim, de relance.

E tome lágrimas de Lula, de novo, no Congresso. E tome tietagem, estimulada pelo presidente. Lula deixou o roteiro para abraçar uma tiete, como qualificada por Franklin Martins na Globo, e foi obrigado a tirar foto.

Também deu autógrafos.

No quadro de maior comédia, "a melhor cena do dia", segundo Martins, o Rolls-Royce empacou numa pequena subida. Uma dúzia de seguranças deixou de lado a segurança para empurrar o carro — enquanto Lula ria à solta.

Se era o que Duda Mendonça tinha em mente, ao prometer um ritual revelador do "estilo Lula" de governar, pode-se dizer que conseguiu. (página 6, Folha de S. Paulo, 02/01/2003)

O "estilo Lula de governar" foi reforçado diversas vezes na campanha e após a vitória do presidente nas urnas: como *O Globo* revelou diversas vezes na sua cobertura, trata-se de uma maneira popular de gerenciar a nação que se oporia ao modo elitizado e requintado que foi marca da administração de Fernando Henrique. A forma de Lula governar seria, portanto, mais popular e informal, influenciado pelo passado pobre do presidente e pela sua trajetória política, que sempre seguiu a oposição e a "classe trabalhadora". Duda Mendonça, publicitário responsável pela campanha de Lula para presidente, havia afirmado dias antes que a cerimônia de posse representaria o estilo do novo presidente: teria muita comemoração e forte presença do povo nas ruas. O trecho acima se refere ao estilo "lulista" de governar mas o faz de forma a inferiorizar o estilo popular. Utilizando um discurso mais informal que a maior parte dos textos do jornal, o autor do texto — Nelson de Sá, então editor do caderno Ilustrada — faz críticas contundentes às transmissões televisivas feitas ao vivo pelos principais canais abertos do Brasil e vai além: transforma as referências televisivas às quebras de protocolos em "comédia de erros". Isso porque, de acordo com o texto, os "equívocos" ocorridos durante a realização dos protocolos foram tratados, pelos canais de televisão, como se

fossem característicos da espontaneidade do modo “lulista” de governar. O texto não admite as quebras de protocolos. A segunda metade do trecho faz críticas diretas ao estilo popular. A ação do professor que agarrou Lula para dele conseguir um abraço é qualificada como “assustadora”. As demais ações, que *O Globo* considerou partes da festa e símbolos do governo popular que Lula iniciaria, são interpretadas pela *Folha* como graves violações aos protocolos. A emoção de Lula e euforia com que ele foi recebido são qualificadas negativamente, como se fragilizassem a realização do ritual.

O tratamento negativo que a *Folha* concede à participação popular na cerimônia de posse pode ser compreendida levando-se em conta que o jornal prioriza, em seu discurso, a definição do ritual de posse como sendo um evento que reforça e legitima a democracia representativa. Os rituais e os protocolos, nesse contexto, são mais importantes que a personagem que os desenvolve – o presidente da República – ou mesmo o povo que o elegeu. O ritual de posse, de acordo com esse ponto de vista, não legitima o povo no poder, mas sim a democracia representativa enquanto sistema de governo.

Como a participação popular foi expressiva durante todo o evento, a *Folha* concedeu um único espaço do caderno especial para tratar diretamente do público que assistiu ao ritual. As páginas oito e nove foram reunidas para formar um grande painel do que seria a festa popular da posse:



(Figura 22, páginas 8-9, Folha de S. Paulo de 02/01/2003)

A foto central, que consiste também na foto mais importante, ilustra o público presente no ritual de posse, mas o faz de forma totalizante. A imagem aérea mostra as principais áreas da Praça dos Três Poderes repletas de gente; uma “multidão” homogênea ocupando o local. É impossível identificar qualquer pessoa – o leitor só sabe que são pessoas porque a interpretação geral das duas páginas permite que isso ocorra. As demais fotografias localizadas abaixo e ao lado da foto principal também reforçam o caráter popular, mas de uma forma um pouco mais individualizada: há várias pessoas em festa, carregando bandeiras do PT e quebrando protocolos. Por fim, as imagens localizadas acima da fotografia principal individualizam ainda mais o “povo” a qual o jornal se refere. Vários rostos simbolizam a população brasileira em festa por causa da posse. Trata-se de um dos raros momentos em que a *Folha* traduz a posse como celebração do povo, ou seja, de forma a valorizar o seu caráter popular. Os textos, apesar de continuarem com o discurso formal, diferenciam-se do resto do caderno

especial. Alguns trechos concedem espaço a personagens, como familiares do presidente e pessoas comuns que acompanharam a posse. As duas páginas da *Folha* que verdadeiramente concedem espaço ao caráter popular apenas complementam o resto da cobertura da posse. Para a *Folha*, o caráter popular faz parte da cerimônia, mas não integra a natureza do ritual de posse.

CONCLUSÃO

Durante os dois anos em que me vi debruçada em livros antigos de Antropologia e em textos de política e ritual midiático sobre os quais nunca tinha ouvido falar, uma pergunta trivial mas essencial não saía da minha cabeça: por que estou estudando tudo isso? Qual o sentido de se analisar o comportamento da mídia na posse presidencial? A resposta que me parece mais adequada só chegou à minha mente quando o ponto final desta pesquisa estava muito perto: entender como a mídia constrói a narrativa da posse é destacar, em última análise, algumas ferramentas que a sociedade tem para recriar, modificar, contestar, celebrar ou reforçar os valores da sua própria democracia. Como pesquisadora e cidadã, acredito que a mídia atua como construtora de realidades simbólicas, e isso quer dizer principalmente que ela atua diretamente na manutenção de estereótipos, senso comuns e juízos de valor sobre grande parte dos elementos culturais que formam a nossa sociedade. Dessa forma, por exemplo, ao criar uma narrativa específica sobre o Dia da Posse presidencial, a mídia reforça elementos desse ritual que não necessariamente são de fato significativos, mas que se transformam em essenciais por causa justamente da importância simbólica concedida pela mídia. Isso não quer dizer, como afirmam alguns apocalípticos, que a atuação midiática é “maléfica” para a sociedade. Quer dizer apenas que, como integrante de uma enorme e complexa teia social, a mídia reforça determinados elementos culturais em detimentos de outros, e é

fundamental estarmos atentos a essa lógica de funcionamento. Pois do contrário, não poderemos questionar, reprovar ou mesmo aprovar o que a mídia nos dá todos os dias: narrativas sobre o mundo que nos cerca. Além disso, tentar desvendar a construção midiática que existe em um evento tão especial visa a auxiliar, pelo menos em parte, a compreensão da mídia que se desenvolve no Brasil – em toda a sua rica (e por que não fascinante) heterogeneidade.

Dessa forma, é possível perceber que a mídia age diretamente na realização do mais importante objetivo do ritual de posse: transformar o vencedor das disputas eleitorais em presidente da República. A mídia mantém com o ritual de posse uma relação de interdependência: enquanto o ritual de posse é uma tradição inventada que, através da realização dos protocolos, expõe à sociedade quem a partir de então é o líder da nação, a mídia constrói narrativas sobre o evento que legitimam e reforçam os protocolos e a cerimônia como um todo.

Como características essenciais, o ritual de posse é uma estrutura de ação e de pensamento e um rito de passagem. O evento prepara o grupo social para as transformações que já estão em andamento dando uma nova roupagem a diversos elementos já culturalmente presentes na sociedade, como o reforço à nacionalidade e ao sentido de pertencimento a um lugar comum. Diferentemente da maioria dos rituais políticos, que constituem lugar de disputa e conflito político permanentes, o ritual de posse prega a união, a suspensão (temporária) dos conflitos e, assim, a dramatização dos preceitos que regem a democracia representativa. Mais do que qualquer outro ritual político, a cerimônia de posse coloca a democracia em primeiro plano e tenta cimentar uma união nacional. Para tanto, o evento utiliza diversos elementos que, em contextos diversos, não teria as mesmas funções, a exemplo dos símbolos nacionais e da presença das Forças Armadas no desenvolvimento dos protocolos. O momento singular que o ritual de posse encena faz com que esses elementos passem a atuar exclusivamente no reforço da democracia representativa. No lugar de ser sinônimo da lei e da ordem, por exemplo, a presença das Forças Armadas no ritual simboliza subjugação à democracia. Os símbolos nacionais, por sua vez, atuam no reforço da democracia brasileira, ao passo que comumente atuam na solidificação da idéia de nação.

Nesse contexto, o ritual de posse presidencial constitui uma janela simbólica, um momento de exceção na vida cotidiana que, por sua própria natureza diferenciada,

possibilita observar determinados fenômenos que dificilmente seria vistos com tanta clareza em outros momentos da vida democrática. Apesar de ser um momento celebratório por definição, em contraposição ao conflito político que rege a democracia representativa, o ritual de posse explicita valores que regem cotidianamente esse sistema de governo no Brasil.

Tendo isso em vista, é fundamental destacar que dificilmente esses elementos seriam eficientemente assimilados pela maior parte da população se não fosse a atuação midiática durante todo o desenrolar da cerimônia. Como atesta um dos principais dilemas da democracia representativa, o grande número de pessoas que integram a mesma nação torna impossível a efetiva participação de todos na tomada das decisões. Da mesma forma, atualmente, se não fosse a participação midiática durante o ritual, o evento jamais chegaria à maioria das pessoas; apenas àquelas que foram conferir o evento *in loco*, além de seu restrito campo de atuação (parentes próximos, vizinhos etc.). Sob esse ponto de vista, portanto, a mídia é parte integrante do ritual na medida em que o transforma em notícia de interesse público e o expõe à maioria da população. A mídia – em seus diversos formatos – “convida” a população a fazer parte da cerimônia e a aceitar os seus protocolos e significados simbólicos. A partir disso, cada exemplar midiático pode adotar como prioritário um dos seguintes modelos de construção de significado: o de caráter informativo, centrado nos fatos, e o de caráter narrativo, centrado mais na história em si do que na busca pela informação “objetiva”.

Este trabalho optou por observar que tipos de narrativa a mídia impressa construiu em torno do ritual de posse³⁷. Para tanto, foram selecionadas as edições imediatamente posteriores ao Dia da Posse de 2003, referentes à primeira posse de Luiz Inácio Lula da Silva, dos dois jornais mais vendidos do país – *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Apesar de aparentemente terem públicos-alvos semelhantes, classes A e B, percebe-se que cada jornal adotou prioritariamente um modelo diferenciado de narrativa. A *Folha de S. Paulo* priorizou o caráter informativo do acontecimento, ao passo que *O Globo* adotou um tom mais passional e envolvente, característicos do modo narrativo de construção discursiva. Essa diferenciação ocorre, sobretudo, por causa dos diferentes contextos de surgimento e desenvolvimento de cada um. Enquanto *O Globo*,

³⁷ Ao fazer referência à “mídia impressa”, a intenção é, evidentemente, apontar características gerais da mídia tida como hegemônica a partir de duas referências de peso, não da mídia alternativa.

desde muito cedo, cresceu aglutinando o público de diversos jornais, a *Folha* se desenvolveu a partir de uma idéia bastante particular de mercado. O Projeto Folha, nesse sentido, solidificou essa visão e influencia o perfil editorial do jornal até hoje.

Para dar conta das narrativas construídas por cada jornal, este trabalho analisou o padrão geral da cobertura, o que possibilitou verificar diversas características específicas das linguagens adotadas. Posteriormente, foram escolhidos três dos mais importantes elementos constituintes da democracia representativa – o mandato representativo, a alternância de poder e o caráter popular –; e cada jornal foi analisado com base nessas características. O reforço de um dos elementos em detrimento de outros e a maneira como cada jornal tratou essas questões, por exemplo, oferecem dicas preciosas para percebermos *como* os jornais reforçam e legitimam o ritual de posse.

De maneira geral, os dois jornais apresentaram formas radicalmente diferenciadas de narrar os acontecimentos do dia, e isso pode ser visto ao se prestar atenção nos padrões gerais da cobertura que cada jornal apresentou. Se por um lado a *Folha* optou por fazer uma cobertura descritiva e formal, dando espaço principalmente para o caráter protocolar da cerimônia, *O Globo* escolheu uma forma mais narrativa e informal, e concedeu espaço principalmente ao caráter popular do evento. A *Folha*, nesse sentido, trata do assunto de forma mais “séria”, enquanto *O Globo* prioriza uma narrativa mais despojada, cheia de elementos melodramáticos e sensacionalistas.

Ao tratar da alternância de poder, *O Globo* adotou um caráter histórico, consensual e extremamente popular para tratar do assunto. Com bastante ênfase, o jornal destaca a excepcionalidade do evento, sempre relacionando o momento diferenciado que a posse demarca com a “sacralidade” que a cerca. Em seu discurso informal e repleto de literalidade, o jornal acaba se aproximando do evento, como se fosse parte integrante dele. A *Folha*, por sua vez, procurou se distanciar ao máximo dos fatos narrados, agindo como se fosse apenas observadora.

Em relação ao mandato representativo, novamente encontramos narrativas diferenciadas. Por um lado, a *Folha* construiu uma narrativa que considera o mandato representativo um elemento democrático essencialmente institucional: Lula é retratado como instituição política. *O Globo*, por outro lado, reforça um caráter mais personalista do presidente, além de ligar o ritual de posse em questão como sendo a legítima representação do povo no poder. Ambos os jornais, todavia, reforçam a suspensão dos

conflitos políticos e a conciliação, embora *O Globo* o faça de forma mais explícita. Este, por exemplo, afirma em diversas passagens que *todos* os políticos estão satisfeitos com a ascensão de Lula, mas, na sua narrativa, concede espaço apenas aos aliados políticos do presidente. A *Folha* é uma pouco mais cautelosa nesse sentido e procura dar espaço também à oposição. Mas a maneira como constrói os textos acaba, também, concedendo importância simbólica à suspensão do conflito.

Por fim, o que mais chama atenção é a forma como cada jornal tratou o caráter popular da cerimônia de posse. No caso de *O Globo*, como já foi excessivamente descrito até aqui, o caráter popular permeia toda a cerimônia, fazendo com que o ritual de posse seja sinônimo de povo no poder. O caráter popular aparece mesmo nos momentos em que, teoricamente, seria natural a ênfase em questões mais protocolares e o consequente distanciamento em relação ao povo, como na transmissão da faixa e durante a assinatura do termo de posse. Em várias passagens, inclusive, o povo é retratado pelo jornal como o único responsável pela ascensão do presidente. A *Folha*, diferentemente, priorizou um discurso que minimiza – quase extingue – a função popular no desenvolvimento e na legitimidade do evento. Em vários momentos, a população aparece apenas de forma a complementar o cenário da posse, raramente como protagonista. Em alguns casos, a *Folha* se refere ao povo de forma pejorativa, como ao utilizar em seu discurso termos totalizantes, a exemplo de “multidão” e “populares” – também encontrados em *O Globo* –, acompanhados de discursos que enfatizam aspectos considerados negativos da ação popular. Entre os exemplos, destacam-se expressões como o povo “rompe” bloqueios, “invade” a trajetória do carro presidencial e “tumultua” a realização dos protocolos. Ao minimizar a participação popular no ritual de posse e, consequentemente, o reforço aos preceitos da democracia representativa, a *Folha* utiliza uma estratégia discursiva que concede à sua narrativa e ao próprio ritual de posse um teor eminentemente elitista.

OBRAS CITADAS

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves de. “Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática”. In: ABREU, Alzira, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Another “Fourth Branch: press and political culture in Brazil”. In: *Journalism*, 6 (4): 486-504. 2005.

ALBUQUERQUE, Afonso de, HOLZBACH, Ariane Diniz. *As Metamorfoses do Contrato Representativo: Jornalismo e Democracia no Manual da Redação da Folha de S. Paulo*. Trabalho apresentado no GT Comunicação e Democracia do Compolítica 2007. Disponível no link: http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_cd_afonso.pdf

ALBUQUERQUE, Afonso de, HOLZBACH, Ariane Diniz. “Sob nova direção: democracia e alternância de poder na cerimônia de posse de Lula”. In: *Logos: Comunicação e Universidade*. Ano 14, n. 2, 2007. Disponível no lik: http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/05_AFONSO_ARIANA.pdf

AMARAL, Márcia Franz. “Oh meu Deus! Manchetes e singularidades na matriz jornalística melodramática”. In: *Revista Eco-Pós*, v. 10, n. 2, pp. 113-127, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso Editions and NLB. 1983.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus Editorial, 1995. – (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47)

ARATO, Andrew. “Representação, soberania popular e accountability”. In: *Lua Nova*, n. 55-56, PP. 85-103, 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Dados. Disponível em: www.anj.org.br. Acesso em: 23/05/2006.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi. São Paulo-Brasília: HUCITEC, 1996.

BALTAR, Mariana. *Moral deslizante – releituras da matriz melodramática em três movimentos: Sirk, Fassbinder e Haynes*. Trabalho apresentado no GT “Fotografia, Cinema e Vídeo”, do XV Encontro Anual da Compós. São Paulo, 2006

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. “A política de perto: recortes etnográficos de campanhas eleitorais”. In: *Novos Estudos*. n. 74, p. 177-194, 2006

BELLAH, Robert Neelly. "[Civil Religion in America](#)". In: *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. 96 (1): 1-21, 1967.

BOORSTIN, 1992. J. “The Image: a guide to pseudo-events”. In: *America 1961*. New York: Vintage Books, 1992

BREED, Warren. “Controlo Social na Redacção: Uma Análise Funcional”. In: TRAQUINA, Nélson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, PP. 152-166, 1999.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei – A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press. 1991.

CAREY, James W. "Why and how. The dark continent of American Journalism". In: MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael, eds. *Reading the news: a pantheon guide to popular culture*. New York: Pantheon Books, pp. 146-196, 1987.

CAREY, James W. *Communication as culture: essays on media and society*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CAZENEUVE, Jean. *Sociologie du rite*. Paris : Presses Universitaires de France. 1971.

CHALABY, Jean K. "Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s". *European Journal of Communication*. London, v.11 n. 3. P303-326, 1996. Trad. de M.T.G.F. de Albuquerque F.F.L. de Albuquerque. Rev. técnica de A. de Albuquerque.

COULDREY, Nick. *Media Rituals: a critical approach*. New York and London: Rutledge, 2003.

COULDREY, Nick, e ROTHENBUHLER, Eric W. "Simon Cottle on 'mediatized rituals': a response". *Media, Culture and Society*, 29(4): 691-695. 2007.

COTTLE, Simon. "Mediatized Rituals: A Reply to Couldry and Rothenbuhler". In: *Media, Culture and Society*. 30(1): 135-140. 2008.

COTTLE, Simon. "Mediatized Rituals: Beyond Manufacturing Consent". In: *Media, Culture and Society*, 28(3): 411-432. 2006.

DAYAN, Daniel & KATZ, Elihu. "La télévision et la rhétorique des grandes cérémonies". In: FERRO, M., ed. *Film et histoire*. Paris: Ed. de l'École des Hautes Études, pp.83-97, 1984.

DAYAN, Daniel & KATZ, Elihu. "Rituels publics à l'usage privé: métamorphose télévisée d'un mariage royal". *Annales: économies, sociétés, civilisations*. Paris, 38an., n.1, pp. 3-20, 1983.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa - os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno – arquétipos e repetição*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

ENNE, Ana Lúcia. “O sensacionalismo como processo cultural”. In: *Revista Eco-Pós*, v. 10, n. 2, pp. 70-84, 2006.

FISHMAN, Mark. *Manufacturing news*. Austin: University of Texas Press, 1990. 180p. cap.1, p.3-26. Trad. de MTGF Albuquerque e FFL Albuquerque. Ver. Técn. De A de Albuquerque.

GEERTZ, Clifford. *Negara: o estado-teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980. cap.2, Versions of SDS, spring 1965. p.32-77. Trad. de MTGF de Albuquerque e FFLA de Albuquerque. Rev. técn. de Afonso de Albuquerque.

HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo. “Falando do Presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália”. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp.306-325, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart, ET AL, “A Produção Social das Notícias: O ‘Mugging’ nos Media”. In: TRAQUINA, Nélson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp. 224-248, 1999.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KATZ, Elihu. “Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião”. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, pp.52-60, 1999.

MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 29, pp. 5-34, 1995.

MANUAL DA REDAÇÃO: FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Publifolha, 2006.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO – 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987.

MATHEUS, Letícia Cantarella. *Elos, temporalidades e narrativas: a experiência contemporânea do medo no jornalismo de O Globo*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. “A Eleição Visível: A Rede Globo Descobre a Política em 2002”. *Dados*, v. 46. Rio de Janeiro, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. “Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política”. In: *Revista Sociologia Política*. Curitiba, 25, pp. 25-38, 2005.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

ONG, Walter J. *Oralidade e Cultura Escrita*. São Paulo: Papirus, 1998

PITKIN, Hannah Fenichel. “Representação: palavras, instituições e idéias”. In: *Lua Nova*. São Paulo, 67, pp. 263-269, 2006

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*; tese de Doutorado em Comunicação. UFRJ/ECO, 2000.

RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1989.

SCHUDSON, Michael. “A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão”. In: Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja Ltda., pp. 278-293, 1999.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of American newspapers*. USA: Basic Books, 1978.

SCHUDSON, Michael. “The sociology of news production revisited”. In: CURRAN, James & GUREVITCH, Michael, eds. *Mass media and society*. New York: Edward Arnold, 1992. Cap. 7, p. 141-159. Trad. para o português de MTGF de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil Dias: Seis Mil Dias Depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Kelly Cristiane da. “A Nação Cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de ‘comemoração dos 500 anos do Brasil’”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 18, n. 51. pp. 141-194, 2003

SILVA, Marco Antônio Roxo da. *Os jornalistas e sua greve: consciência de classe e debate político*. Texto apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004.

SOLOSKI, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp. 91-100, 1999.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUCHMAN, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp. 74-90, 1999.

TURNER, Victor W. *O processo ritual – estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

TRAQUINA, Nelson. “As notícias”. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp. 167-176, 1999.

URBINATI, Nadia. “O que torna a representação democrática”. *Lua Nova*. São Paulo, n. 67. 2006

WHITE, David Manning. “O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias”. In: TRAQUINA, Nélson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp. 142-151, 1999.

Jornais:

- O Globo – edição de 02 de janeiro de 2003
- . Folha de S. Paulo – edição de 02 de janeiro de 2003

OBRAS CONSULTADAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. “Política partidária e política midiática: substituição ou coexistência?”. In: *Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura*. Vol. 3, nº 1. p. 9-37. Janeiro/junho 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BARBERO, Jesus Martin. “Anos 1990: pensar a sociedade desde a comunicação”. In: *Ofício do Cartógrafo*. São Paulo: Loyola, 2004.

BARBOSA, Marialva. *Tragédias apaixonam a cidade*. Texto mimeo.

BARTHES, Roland. “Mitologias Hoje”. In: *Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. “Campo de Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. “The political field, the social field and the journalistic field”. In: *Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CHAMPAGNE, Patrick. “As sondagens, o voto e a democracia”. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. Estação Liberdade. pp. 363-402, 2005.

COOK, Timothy. *Governing with the news: news media as a political institution*. Chicago, 1954.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cap. V. “Teoria Ampliada do Estado”. In: *Gramsci, um estudo sobre o pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ENNE, Ana Lúcia. *O caso ‘Mão Branca’ e o fluxo da narrativa do sensacional*. Artigo apresentado na Alaic 2006. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, julho de 2006.

FERRO, M., ed. *Film et histoire*. Paris: Ed. de l'École des Hautes Études, 1984. p.83-97. Trad. para o português de MTGF de Albuquerque e FFL de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 2*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

KATZ, Richards S. e MAIR, Peter. *Changing Models of Party Organization and Party Democracy*. Party Politics. Vol. 1. January 1995. pp. 5-28.

MIRA, Maria Celeste. “Invasão de privacidade? Reflexões sobre a exposição da intimidade na mídia”. In: *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*. N. 5-6, 1999. pp. 97-116.

NORRIS, Pippa. *A Virtuous Circle: political communications in postindustrial societies*. Cambridge: University Press, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das Mídias*. São Paulo: Experimento, 2000.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SINGER, Bem. “Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular”. IN: Leo Cherney e R. Schwartz (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, pp. 115-147, 2001.

TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2004.